

Promessas e esperanças:  
Eleições na América Latina  
2006

---

Promessas e esperanças:  
Eleições na América Latina  
2006

---



*Editor responsável*  
Wilhelm Hofmeister

*Conselho editorial*  
Antônio Octávio Cintra  
Fernando Limongi  
Fernando Luiz Abrucio  
José Mário Brasiliense Carneiro  
Lúcia Avelar  
Marcus André Melo  
Maria Clara Lucchetti Bingemer  
Maria Tereza Aina Sadek  
Patrícia Luiza Kegel  
Paulo Gilberto F. Vizentini  
Ricardo Manuel dos Santos Henriques  
Roberto Fendt Jr.  
Rubens Figueiredo

*Coordenação editorial*  
Cristiane Duarte Daltro Santos

*Revisão*  
Cristiane Duarte Daltro Santos

*Tradução*  
Marcelo Moura

*Capa, projeto gráfico e diagramação*  
Cacau Mendes

*Impressão*  
Imprinta Express

---

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer VII (2006), nº 4  
*Promessas e esperanças: Eleições na América Latina 2006*  
Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, janeiro 2007.  
ISBN: 85-7504-111-?

---

Todos os direitos desta edição reservados à  
FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER  
Centro de Estudos: Praça Floriano, 19 – 30º andar  
CEP 20031-050 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil  
Tel.: 0055-21-2220-5441 · Telefax: 0055-21-2220-5448

Impresso no Brasil

Apresentação ..... 7

## ARTIGOS

Situação política chilena ..... II  
IGNACIO WALKER

O sistema político costa-riquenho:  
entre a decomposição e a recomposição ..... 19  
CONSTANTINO URUCUYO

Colômbia, Alvaro Uribe e os desafios  
de um novo sistema de partidos políticos ..... 29  
CARLOS ANDRÉS PÉREZ M.

O impreciso futuro do Peru ..... 39  
FERNANDO ROSPIGLIOSI

Continuidade no México: o triunfo eleitoral  
de Calderón como negação do populismo ..... 49  
FRANK PRIESS

Eleições 2006 no Brasil: considerações sobre  
os próximos quatro anos de governo Lula ..... 57  
CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

Eleições e perspectivas pós-eleitorais no Equador ..... 67  
CARLOS DE LA TORRE

Novo mapa político na Nicarágua:  
um governo de unidade nacional em formação ..... 85  
JORGE ESPINOZA MALTEZ E MORENA GUADALUPE ESPINOZA

Eleições presidenciais na Venezuela 2006:  
consolidação do projeto da “Revolução Bolivariana”  
e reafirmação da oposição democrática ..... 103  
CARLOS S. LUNA RAMÍREZ

## Apresentação: A democracia na América Latina

7

Se eleições são um indicador da democracia, no ano de 2006 confirma-se que, na América Latina, a sua consolidação avançou consideravelmente desde o final dos governos militares. Desde Haiti e Chile – onde, além de tudo, registra-se a vitória inédita de uma mulher, Michelle Bachelet – passando por Costa Rica, El Salvador, Peru, Colômbia, República Dominicana, México, Brasil, Equador e Nicarágua, até as eleições presidenciais na Venezuela, ocorridas no dia 3 de dezembro, doze países latino-americanos realizaram eleições presidenciais ou parlamentares durante o ano 2006. Este fato memorável nos motivou a apresentar análises da maioria destes processos eleitorais na atual edição dos *Cadernos Adenauer*.

Apesar de fragilidades e problemas, a democracia estabeleceu-se como forma de governo dominante na região. Além disso, a maioria dos países vivencia o seu maior período de democracia. Outros atores políticos como os militares e as elites econômicas perderam seu antigo poder de boicote e destruição dos governos democráticos. Até mesmo graves crises políticas que no passado inevitavelmente levaram a golpes de Estado – como, por exemplo, na Argentina que entre 2001 e 2002 contou cinco presidentes distintos em apenas duas semanas ou, na Bolívia, onde, num só período eleitoral, dois presidentes foram expulsos do cargo depois de protestos em massa da população, em 2003 e 2005 – foram solucionadas por vias democráticas, através de eleições.

A democracia, porém, não apenas revelou-se como método eficaz na eleição de governantes, mas também deu início a outros processos de desenvolvi-

mento político e social. O fortalecimento de candidatos e partidos “de esquerda” nas eleições dos últimos anos, tanto em nível nacional como regional e local, é indicativo desse desenvolvimento. Cidades como São Paulo, Buenos Aires, México, Bogotá e Montevideú, por exemplo, foram ou ainda estão sendo governadas por esses partidos. Assim eles adquiriram experiência em governar, tiveram a possibilidade de formar seus quadros e, principalmente, ampliaram a sua base social.

A democracia promoveu, também, novos movimentos sociais que atingiram um grande potencial. Embora o poder dos sindicatos tenha enfraquecido consideravelmente e os mesmos tenham perdido parte de sua influência em consequência dos processos de ajustes liberais dos anos 90, os processos de descentralização originaram novos movimentos sociais. Muitos desses movimentos atuam principalmente em âmbito local, no entanto, alguns tornaram-se importantes atores nacionais. Ganharam influência, sobretudo através de suas ações contra as reformas (neo-)liberais, como no caso dos *piqueteros*, na Argentina, e dos movimentos contra a privatização das empresas de abastecimento de água, na Bolívia. Simultaneamente, apoiaram os partidos de esquerda como o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, o Movimento para o Socialismo (MAS) na Bolívia ou a *Frente Amplio* no Uruguai, partidos que, por sua vez, mantiveram estreitas relações com os movimentos. Sem dúvida, porém, os movimentos de maior influência política das últimas duas décadas são os dos indígenas que tanto na Bolívia como no Equador contribuíram decisivamente e mais de uma vez para a queda de presidentes. Na Bolívia, com Evo Morales, um representante destes movimentos chegou até o cargo de presidente da República.

Este quadro da democracia na América Latina que num primeiro olhar se revela como bastante positivo, no entanto, traz em si outras facetas que o obscurecem consideravelmente. Embora as pesquisas de opinião revelem que os latino-americanos consideram a democracia como a melhor forma de governo, a grande maioria mostra-se insatisfeita com o desempenho dos seus sistemas e governos democráticos. Essa insatisfação se refere, sobretudo, à superação da pobreza e da desigualdade social assim como à insegurança pública. Conseqüentemente, um número crescente de latino-americanos – a maioria, em alguns países – aceitaria uma limitação da democracia na medida em que um governo mais “autoritário” lhes proporcionasse uma qualidade de vida mais elevada.

Não há acontecimento que demonstre mais claramente as fragilidades da democracia na América Latina do que o fato de que, desde 1993, nada menos

que catorze presidentes eleitos tiveram que entregar o cargo antes do tempo, muitas vezes expulsos pelos protestos das massas. Essa dinâmica é a expressão da insatisfação com as instituições políticas como parlamentos, partidos, administração pública e a justiça, cujo prestígio é muito baixo em quase todos os países. Os partidos, em particular, são considerados incapazes de promover o crescimento econômico e social.

Os sistemas partidários são marcados por precariedade institucional, fragmentação e polarização, e a maioria dos partidos por corrupção, incapacidade de incentivar novas lideranças políticas, pouca transparência, clientelismo e caudilhismo. Além disso, há a ausência de democracia interpartidária e incapacidade de apresentar novas tarefas e desenvolver respostas programáticas às questões mais complexas da sociedade moderna. Mesmo que essas observações possam parecer estereotipadas, a maioria dos latino-americanos concordará com elas sem nenhuma restrição.

Quando as fragilidades dos partidos tornam-se transparentes para praticamente todos, a democracia passa por transformações em diversos países. Essas transformações ocorrem de forma discreta, mas atingem a essência da democracia. As constituições não são suspensas, porém, “reformadas” de maneira que os atuais governantes tenham um poder ainda maior em suas mãos; leis não são descumpridas, porém adaptadas aos interesses específicos do poder; o Executivo amplia suas áreas de atuação às custas da influência e da possibilidade de controle dos parlamentos, elimina tribunais independentes e coloca os juízes sobre sua tutela. Além disso, atores “modernos” como latifundiários, cartéis de entorpecentes e também grupos econômicos e financeiros exercem uma influência considerável no processo político. Por outro lado, alguns movimentos contrários ao sistema, como o MAS na Bolívia, o CONAIE no Equador, os *piqueteros* na Argentina ou uma parte do Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil aparentam aceitar as regras do jogo democrático somente por motivos táticos.

Essas falhas apontam para problemas graves da institucionalização da democracia que atingem os países em medidas diferentes. Tradicionalmente, Chile, Uruguai, e Colômbia possuem instituições fortes, que também evoluíram no Brasil e no México. Por outro lado, países como Bolívia, Equador e Venezuela, e, de certa forma, Argentina, atualmente vivenciam um processo de “desinstitucionalização”. Trata-se essencialmente de países governados por uma “nova esquerda”.

Não é de todo certo, no entanto, denominá-los como “neopopulistas”, pois, diferentemente dos antigos populistas, são tão preocupados em assegu-

rar condições econômicas estáveis, evitar déficits orçamentários e controlar a inflação, quanto os governos “conservadores”. A “nova esquerda” caracteriza-se, sobretudo, por tratar as instituições democráticas representativas de forma autocrática, na qual a figura do líder situa-se acima das instâncias políticas e as fragiliza. É bastante improvável que, com tal postura, problemas como pobreza, desigualdade, violência, corrupção, repressão de mulheres, abuso sexual de crianças e impunidade de políticos, funcionários do governo ou membros da elite, possam ser combatidos com eficiência.

Com relação à situação dos direitos humanos, também não é possível, de forma alguma, registrar melhoras decisivas. Hoje, porém, as vítimas não são mais os políticos ou os intelectuais e, sim, os pobres a quem são negados os direitos fundamentais e que não têm a possibilidade de mobilizar algum grupo de poderosos em seu favor. Isso demonstra que a democracia não pode restringir-se apenas ao processo das eleições livres e justas. Para sua maior consolidação, a democracia precisa apresentar resultados. Após as promessas durante as campanhas eleitorais, é isto que os latino-americanos esperam daqueles que venceram as eleições de 2006.

*Wilhelm Hofmeister*

## Situação política chilena

IGNACIO WALKER

### I. CONCERTACIÓN DE PARTIDOS PELA DEMOCRACIA

A aliança de governo formada pela Concertación de Partidos pela Democracia (“Concertación”)<sup>1</sup> é talvez a chave para entender o processo político chileno no cenário pós-autoritário. Essa aliança ganhou as 14 eleições ocorridas no Chile desde o plebiscito de 5 de outubro de 1988. Quatro eleições presidenciais (Aylwin-Frei-Lagos e Bachelet), cinco eleições parlamentares, quatro eleições municipais e o próprio plebiscito de 1988 constituem, sem dúvida alguma, um grande êxito político e eleitoral.

Na última eleição presidencial (dezembro 2005/janeiro 2006), a candidata da Concertación, Michelle Bachelet (PS), venceu com 53,5%, em segundo turno eleitoral, o candidato da oposição, Sebastián Piñera (Renovação Nacional), que obteve 46,5%. Este, por sua vez, havia vencido o outro candidato da direita, Joaquín Lavín (União Democrática Independente), com 25,41% contra 23,23% (em 2000, Lavín havia perdido de Ricardo Lagos por uma diferença muito pequena: 48,69% contra 51,31%). Por outro lado, nas eleições parlamentares (Câmara de Deputados), a Concertación venceu com um cômodo resultado (51,76%) a Aliança pelo Chile (38,72%). Uma terceira força, Juntos Podemos (esquerda extraparlamentar), obteve 5,4% nas eleições presidenciais e 7,4% nas eleições parlamentares.

1. A Concertación é formada pelo Partido Demócrata Cristão (PDC), o Partido Socialista (PS), o Partido pela Democracia (PPD) e o Partido Radical Social-Democrata (PRSD).

Além da Concertación, todavia, deve-se enxergar o sistema político em seu todo, para entender o processo político chileno, inclusive o papel construtivo desempenhado, no geral, pela oposição desde a recuperação da democracia, em torno da denominada *Democracia dos Acordos*, após a história recente de polarização pela qual o Chile passou, antes e depois do golpe de Estado de 11 de setembro de 1973. Essa forma de democracia é vista como superior quando comparada com a *democracia majoritária*, anterior a 1973, na qual bastava uma maioria relativa para chegar à Presidência da República (deve-se recordar que Salvador Allende venceu com 36% dos votos, em 1970, e Jorge Alessandri, candidato da direita liberal e conservadora, com 31%, em 1958).

## 2. AVANÇOS NO CHILE

**O** Chile recuperou graus significativos de estabilidade política, procurando conciliar democracia política, crescimento econômico e igualdade social. Ficou para trás o tempo de um multipartidarismo polarizado (1964-1973), embasado nos “três terços” (esquerda-centro-direita) e o “presidencialismo de minoria” que existiu no período anterior a 1973. Em seu lugar, temos um multipartidarismo moderado, de tendência bipolar (fortemente influenciado pelo sistema eleitoral binominal), com uma forte coalizão de centro-esquerda no governo (Concertación) e uma forte coalizão de centro-direita, na oposição (Aliança).

Em 2005, se avançou significativamente em termos de democratização, com a aprovação das reformas constitucionais que removeram definitivamente os “entulhos autoritários” (senadores “biônicos” e vitalícios, participação das Forças Armadas no Tribunal Constitucional, inamobilidade dos Comandantes-em-chefe, dentre outros), depois de 15 anos de debate, desde a recuperação da democracia em março de 1990 (ou 20 anos, se tomarmos como ponto de partida o Acordo Nacional para a Transição à Plena Democracia, de agosto de 1985). Com isso se pôs fim definitivamente à transição à democracia, ainda que, segundo alguns, seja possível dizer que já sob o governo do presidente Aylwin (1990-1994) esta havia sido concluída.

No centro desses grandes acordos está uma estratégia de desenvolvimento baseada em uma economia aberta, de mercado, dinamicamente integrada ao mundo, com um forte componente social. Este último elemento está garantido pela estratégia de desenvolvimento estabelecida pela Concertación, baseada na idéia de “crescimento com igualdade”, o que significou um cresci-

mento econômico médio de 5,9% no período 1990-2005, superior aos 3,35% de média no período 1974-1989, sob o regime militar. Junto com o crescimento econômico alto e sustentado, se conseguiu reduzir a pobreza de 40%, em 1989 (5 milhões de chilenos e chilenas), para 18% em 2002.

A integração ao mundo fica nítida no fato de que o comércio exterior equivale, aproximadamente, a 65% do PIB e de que o Chile subscreveu 17 tratados de comércio com 47 países, que representam 3,6 bilhões de habitantes e 75% do PIB global. Atualmente tem-se uma economia exportadora, com um forte protagonismo do setor privado e um ativo papel do Estado no campo das políticas públicas. Contrariamente ao que se costuma pensar, o Estado chileno não foi desmantelado, subsistindo empresas estatais importantes como Codelco, Enap, Banco do Estado e TVN.

A base da estratégia de desenvolvimento se assenta em um acordo entre o setor público e o privado, que deixa atrás uma estratégia de Industrialização Substitutiva de Importações (ISI), baseada na idéia do “Estado Empresário” e “crescimento ‘para dentro’”, como a implantada entre os anos 40 e 70, com uma modesta média de crescimento econômico de 3,31% no período 1958-1973. Essa atitude protecionista, com elevadas tarifas de importação, deu lugar a uma economia aberta, evidenciada pela redução dos impostos alfandegários de 15% (1989) para 6%, em termos nominais, ainda que de 2% em termos reais – se considerarmos o impacto dos Tratados de Livre Comércio –, o que a torna uma das economias mais abertas do mundo.

Os modelos assumidos pelo Chile são países como Nova Zelândia, Irlanda, Finlândia, Letônia, Cingapura, ou seja, países pequenos, fortemente integrados à economia mundial – alguns mais marcadamente com base nos recursos naturais, outros em manufaturas e serviços –, que vêm a globalização mais como uma oportunidade do que como uma ameaça.

Nesse predomínio da Concertación de Partidos pela Democracia, cabe fazer uma referência às dificuldades que teve a direita (Aliança pelo Chile) para chegar ao poder. Talvez uma das chaves para isso resida em entender que a direita ainda é identificada com o regime de Pinochet (1973-1990). A clivagem ditadura-democracia continua aparecendo como um traço característico do processo político chileno nos últimos 20 anos, enquanto que a direita se esforça para distanciar-se da imagem de Pinochet e da ditadura militar. De alguma maneira, a direita política chilena, apesar de poderosa eleitoralmente – cerca de 40% –, tem a imagem de ser autoritária na política (por sua identificação com Pinochet), neoliberal na economia e marcadamente conservadora no cultural.

A Concertación, por sua vez, foi capaz de transformar a maioria social em uma maioria política. Expressa, com um claro sentido nacional, a aliança dos setores populares e médios, tendo concebido uma estratégia de desenvolvimento baseada na idéia de “crescimento com igualdade”, embasada na crítica tanto ao neoliberalismo como ao neopopulismo. Aquele, identificado no Chile com a experiência dos chamados *Chicago Boys*, e este último com a experiência recente de Hugo Chávez, na Venezuela e de Evo Morales, na Bolívia. Além disso, a Concertación reinterpreta a ruptura histórica do eixo socialista-comunista.

Esse último aspecto merece um comentário à parte. Não se pode esquecer que a Concertación é, basicamente, uma aliança da democracia-cristã (PDC) com o socialismo democrático (PS, PPD e PRSD), forças que foram antagônicas sob o governo da Unidade Popular, encabeçado por Salvador Allende (1970-1973). Quando a esquerda socialista chilena governou com o centro – na “Frente Popular”, em 1938-1948 (PS/PC/PR), ou na Concertación da última década e meia –, pode-se dizer que influiu em direção à estabilidade política e à modernização. Em contrapartida, quando o eixo socialista-comunista imperou no cenário político – como na FRAP (Frente de Ação Popular), entre 1957 e 1970, e na Unidade Popular (1970-1973) –, tal aliança política, com o substrato de uma política de classe, de conteúdo revolucionário, teve um efeito mais propriamente disruptivo no sistema político.

Disso decorre a importância da Concertación na história recente, que logra aglutinar a esquerda socialista democrática com a democracia-cristã, rompendo com o eixo socialista-comunista, em pleno pós-Guerra Fria e pós-autoritarismo. É interessante que essa experiência de 16 anos no poder coincida atualmente com o que vemos na Itália e na Alemanha, com Romano Prodi, proveniente da DC, aliado a Máximo D’Alema e os socialistas italianos, na coalizão Olivo (muito parecida com a Concertación), e Angela Merkel (CDU) aliada aos social-democratas alemães, em torno da segunda Grande Coalizão (a primeira ocorreu no fim da década de 1960). Será isso tão-somente uma coincidência temporal, ou nos diz algo acerca da necessidade de dar um meio de expressão política à maioria social?

### 3. CULTURA POLÍTICA

Convém examinar alguns aspectos relevantes da cultura política chilena, na era da Concertación e do pós-autoritarismo. Uma pesquisa recente de caráter nacional – realizada pelo Instituto de Sociologia da Pontifícia Univer-

sidade Católica de Chile, em junho-julho de 2006, com 2.042 entrevistados e uma margem de erro de +/- 2,2% – sobre as mudanças culturais na sociedade chilena atual nos diz que (1) o orgulho de ser chileno se mantém extremamente alto, especialmente nos setores mais populares, (2) existe uma lealdade e um apego amplo ao Chile (como “o melhor lugar para viver na América Latina”), sobretudo nos setores socioeconômicos baixos (nacionalismo popular), (3) há uma baixa propensão às migrações ao exterior, com uma maior disposição a emigrar entre os jovens, dos estratos médios e altos e de maior escolaridade, (4) dois terços dos chilenos consideram que é melhor que os Mapuches mantenham sua cultura (multiculturalidade), enquanto somente um terço considera que é melhor que se adaptem e se integrem (assimilação), (5) metade dos chilenos é partidária de dar algum tipo de solução à “questão boliviana” (velha divergência que vem desde a Guerra do Pacífico, em 1879), (6) Espanha, França e Itália (Europa) são os países mais admirados, enquanto Argentina e Brasil são os países mais admirados na América do Sul (também há uma certa admiração pelos Estados Unidos, especialmente entre os setores populares), (7) a disposição a permanecer em família é extremamente alta e incondicional, em todos os setores, em um quadro de alta valorização da mesma, (8) existe forte solidariedade intergeracional (cuidado dos pais por parte dos filhos), (9) há alta valorização do casamento como compromisso para toda a vida, alta valorização da fidelidade matrimonial e alta e transversal desaprovação do aborto (somente 10% consideram o aborto como um direito da mulher, enquanto pouco mais de 35% o justificam em casos de violação ou de perigo para a saúde da mãe) e (10) 70% se definem como católicos (índice muito semelhante ao do último censo de 2002), 15% como evangélicos e 10% não se identificam com nenhuma religião.

Tudo isso é bastante concordante com o informe sobre *World Values Survey 2006* que aponta que, desde 1990, o Chile se move muito lentamente no nível das mudanças de valores – eixo da racionalidade –, de uma sociedade tradicional para uma menos tradicional, e mais rapidamente – no eixo de bem-estar – rumo à prosperidade. Faltariam três décadas para chegar a ser uma sociedade moderna, em termos de valores usualmente vinculados a uma sociedade moderna. A “excepcionalidade” chilena teria relação com um intenso processo de desenvolvimento (e de secularização), mas de uma lenta mudança cultural. As gerações mais jovens seriam menos preconceituosas, pois, em geral, se percebe uma menor importância dada à religião e à política e uma maior importância ao tempo livre, aos amigos e à



família. Cresce a importância da família (quanto maior o nível de desenvolvimento e bem-estar) e se observa um mercado de trabalho com alta volatilidade, segmentação e pouca mobilidade. A política não é uma esfera relevante na vida diária e se percebe uma maior tolerância em questões como o divórcio e a homossexualidade.

Finalmente, a mais respeitada pesquisa nacional (Centro de Estudos Públicos, junho-julho de 2006) mostra que os principais problemas que exigem maiores esforços do governo para serem resolvidos são a delinqüência, a saúde, a educação, o emprego e a pobreza, ou seja, temas sociais. 16% consideram que a situação econômica é boa ou muito boa, 45% dizem que não é nem boa nem ruim e 38% que é ruim ou muito ruim. 46% dos chilenos aprovam a gestão da presidente Michelle Bachelet – 59% aprovavam a gestão de Lagos em outubro-novembro de 2005 –, enquanto 31% desaprovam sua gestão (46% desaprovam a ação da oposição e somente 20% a aprovam). 32% se identificam com a Concertación, e somente 16% com a Alianza (oposição). 41% não se identificam nem com a Concertación nem com a Alianza. Finalmente, Ricardo Lagos, ex-presidente do Chile (PS), Soledade Alvear (PDC) e Michelle Bachelet (PS) são os políticos mais bem avaliados. É interessante constatar que somente um dos dez políticos mais bem avaliados pertence à oposição: Sebastián Piñera (RN), que votou NÃO no Plebiscito de 1988.

#### 4. DESAFIOS E PERSPECTIVAS

**N**o geral, a economia chilena cresce, em um clima de estabilidade política e com um certo otimismo geral sobre o futuro, sem prejuízo das graves carências em matéria social. Após a conclusão da “transição” para a democracia e após a aprovação de uma reforma constitucional com o apoio praticamente da unanimidade do Parlamento, os desafios para o futuro consistem principalmente em retomar um ritmo de crescimento econômico com taxas altas e sustentadas, avançar decididamente no tema da inovação e da competitividade, com forte ênfase na qualidade e igualdade da educação, com uma estratégia de médio prazo que dê conta daquilo que é talvez o aspecto mais crítico do “modelo” chileno: a desigualdade.

De fato, a diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres da população, em matéria de “rendas próprias”, é de 14 vezes, um dos índices mais elevados da América Latina em matéria de (des)igualdade social. Não obstante, se a desigualdade for medida em termos de “rendas totais”, isto é,

incluídas as assistências do Estado, essa diferença diminui para 7 vezes. Isso demonstra a importância das políticas públicas e do ativo papel do Estado como garantidor do bem comum – o que é coerente com o esquema de “crescimento com equidade” que foi característico dos programas da Concertación, entendida aqui como uma coalizão de centro-esquerda.

IGNACIO WALKER  
Presidente de CIEPLAN – Corporación de  
Investigaciones Económicas para Latinoamérica

CONSTANTINO URCUYO

## INTRODUÇÃO

O sistema político costa-riquenho se encontra em uma extraordinária situação de fluidez, a mudança é a nota predominante. O multipartidarismo substituiu o bipartidarismo, a divisão do governo se aprofunda, as últimas eleições provocaram disputas acaloradas em torno dos resultados eleitorais, uma oposição extraparlamentar sem expressão política direta tensiona os mecanismos tradicionais da representação. Por outro lado, uma sociedade caracterizada por seu pragmatismo se polariza em torno de discussões sobre o modelo ideal de desenvolvimento, uma vez que surgem sinais alarmantes de piora na distribuição de renda e de aumento da desigualdade econômica que geram mal-estar entre os cidadãos.

A resposta ao descontentamento tentou satisfazer as demandas sociais concedendo novos direitos, mas é tal a magnitude da mudança estrutural dos últimos anos que as respostas foram insuficientes e produziu-se uma situação de vetos recíprocos entre novos e velhos grupos de poder que paralisa o processo de governo e provoca um desafio a ser enfrentado pelo novo governo, surgido das eleições de fevereiro de 2006: a governabilidade do sistema.

## I. MULTIPARTIDARISMO, GOVERNO DIVIDIDO, ELEIÇÕES DISCUTIDAS E OPOSIÇÃO EXTRAPARLAMENTAR

As eleições de fevereiro de 2006 marcaram a transformação do sistema de partidos da Costa Rica: desapareceu o bipartidarismo,<sup>1</sup> que havia caracterizado mais de 15 anos de vida política, e foi implantado um sistema multipartidarista.

Todavia, continuou igual a tendência de governo dividido que caracteriza a política costa-riquenha há mais de três administrações. Vencedor das eleições presidenciais, o presidente Oscar Arias não conseguiu a maioria de cadeiras (29) no Parlamento e enfrentará quatro anos de governo nos quais terá que mostrar grande habilidade política para formar coalizões e conseguir a governabilidade.<sup>2</sup>

Os resultados eleitorais apertados de fevereiro de 2006 forçaram uma longa contagem dos votos, durante a qual foram feitas algumas acusações de fraude, o que não ocorria no país há mais de quarenta anos. Ao final, o Tribunal Superior de Eleições rejeitou mais de 1000 impugnações que careciam de embasamento factual e jurídico. Apesar de uma longa espera pelo resultado do escrutínio voto a voto, o episódio terminou com o respeito à decisão do alto tribunal. Entretanto, alguns setores da esquerda social quiseram utilizar esses fatos para diminuir a legitimidade do governo recém-eleito.

1. O sistema político costa-riquenho se torna bipartidarista no fim dos anos oitenta, quando o panorama é dominado por social-democratas (Partido Libertação Nacional) e social-cristãos (PUSC). Ambos chegam a captar mais de 95% dos votos nas eleições (1986-1998). Esse sistema de partidos se assenta na linha original das forças políticas que brigaram na Guerra Civil de 1948, mas o passar dos anos fez com que as novas gerações se afastassem dessas identidades partidárias durante a década de 1990. Assim, na eleição de 2002 há a primeira fratura significativa que produz um resultado tripartidarista na eleição presidencial e obriga um segundo turno eleitoral pela primeira vez desde 1936. Para as eleições presidenciais de 2006, os dois partidos com maior votação (PAC e PLN) somaram 80% dos votos. Nas eleições para o Parlamento, ambos os partidos representaram 61,88% dos votos.
2. A primeira coalizão se formou em maio de 2006, por ocasião da eleição para a Mesa diretora. O Partido Libertação Nacional (25 cadeiras), governista, conseguiu conquistar a direção da Mesa, graças ao apoio do Movimento Libertário (6 cadeiras). Entretanto, a perspectiva de coalizões de longo prazo não parece ser muito boa, o que cabe é esperar alianças fugazes, dadas as distâncias ideológicas no marco do variado arco-íris multipartidarista.

O outro grande desafio que o próximo governo enfrentará será sua relação com uma significativa oposição extraparlamentar, que não tem expressão política partidária direta e que combate de modo frontal, nas ruas, a aprovação parlamentar do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos (TLC). Sindicatos do setor público, estudantes, universidades públicas, setores importantes da Igreja Católica e intelectuais de esquerda se opõem à aprovação de um acordo que apontam como violador da soberania nacional e fonte de empobrecimento.

## 2. O TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO COM OS ESTADOS UNIDOS

O tema do TLC ocupou um dos espaços privilegiados na passada campanha eleitoral e denota uma divisão nacional importante em torno de duas visões do desenvolvimento nacional. Por um lado, os opositores apóiam versões de nacionalismo econômico que apostam no mercado interno, na redistribuição de renda e na continuação dos monopólios estatais em telecomunicações e seguros. Por outro, os liberais concentram a maior parte de suas esperanças no comércio internacional e na abertura à empresa privada da possibilidade de competir com as empresas públicas de telecomunicações e seguros. O presidente Arias apóia essa última visão, enquanto seu principal opositor (Partido Ação Cidadã) defende a primeira. Os partidos restantes (Movimento Libertário, Unidade Social-Cristã, União Nacional, Renovação) apóiam a tese governamental, ainda que com diferentes matizes, relacionados à agenda complementar que acompanha o dito tratado.

A discussão sobre o Livre Comércio com os EUA vem de antes das eleições e faz parte de um processo inconcluso de reformas econômicas, iniciado com a desnacionalização bancária na década de noventa e com a eliminação de barreiras alfandegárias nos oitenta. Apesar de êxitos iniciais nesses terrenos, as elites políticas interessadas na reforma não conseguiram nos últimos oito anos avançar de sua agenda no terreno da eliminação dos monopólios públicos, espaço no qual é forte a oposição de sindicatos e grupos sociais, como o demonstraram no ano 2000, ao obrigar o retrocesso de reformas legislativas aprovadas com amplas maiorias, graças à mobilização social que recorreu a bloqueios e greves para dobrar a classe política.

Por outro lado, a oposição extraparlamentar, uma esquerda social sem expressão política direta, se viu reforçada com a aparição de um novo partido

(Partido da Ação Cidadã, PAC), que desde as eleições de 2002 se somou ao coro opositor e viu sua posição fortalecida ao ficar em segundo lugar nas eleições de 2006, transformando-se na segunda minoria parlamentar (19 cadeiras) depois da minoria governista.<sup>3</sup>

### 3. DETERIORAÇÃO DA IGUALDADE E RESPOSTA INSATISFATÓRIA

Os resultados eleitorais nos remetem a condições socioeconômicas preexistentes às eleições e que ainda hoje marcam de modo especial o cenário sociopolítico. Segundo mostram os estudos mais recentes, apesar de os índices de pobreza terem se mantido estáveis desde 1994 (em torno de 20%), é certo que os indicadores da desigualdade pioraram, o que ajuda a explicar fenômenos de mobilização social e descontentamento com o sistema. Apesar do crescimento econômico,<sup>4</sup> é evidente que este não beneficiou de modo igual a todos os setores.

É isso que mostra a Pesquisa Nacional de Renda e Gastos Domiciliares 2004, realizada pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos, ao indicar que a participação relativa na renda total dos 20% mais pobres diminuiu de 6,3% em 1988 para 4% em 2004, enquanto que os 20% mais ricos aumentaram sua participação de 43,1% em 1988 para 53,9% em 2004. O coeficiente de Gini também mostra essa piora, pois passou de 0,358 em 1988 para 0,475 em 2004.

Frente a demandas insatisfeitas, o sistema político optou por uma hiperinflação de direitos<sup>5</sup> que, entretanto, não se traduz em sua efetiva vigência, mais verdadeiramente o que produz é o aumento de frustração em setores desfavorecidos com a deterioração do Estado de Bem-estar consolidado durante as décadas de cinquenta e sessenta. Os pesquisadores do projeto Estado da

3. A força do PAC decorre do entusiasmado apoio das classes médias vinculadas ao setor público e sua força é fundamentalmente urbana, ainda que já dê fortes mostras de implantação em nível nacional. O PAC conseguiu 39,8% da votação presidencial, enquanto o vencedor (PLN) atingiu 40,92%.

4. O Produto Interno Bruto cresceu a uma média de 4,4% entre 1995 e 2003. Em 2004, aumentou 4,1% e, em 2005, 5,9%, segundo o Banco Central da Costa Rica.

5. “Em geral, a legislação costa-riquenha tende a ser muito “garantista”: do total de 249 leis aprovadas na primeira legislatura das administrações 1994, 1998 e 2002, 43% geram obrigações do Estado frente à população, 11% ampliam direitos existentes, 14% concedem novos direitos e só uma lei restringiu direitos. *Informe Estado da Nação X*. San José 2004. p. 319.

Nação comprovaram essa aprovação de direitos sem conteúdo econômico que lhes dê vigência, assinalando:<sup>6</sup>

*“Em termos do reconhecimento de direitos e da provisão de financiamento para a aplicação de normativa emitida pela Assembléia Legislativa, é importante ressaltar que 41 das leis aprovadas nesse âmbito concedem algum tipo de direito, ampliam os existentes ou geram nova obrigação para o Estado; entretanto, só em 15 deles (cerca de uma terça parte) se estipulam fontes de financiamento...”*

A diversificação da estrutura produtiva, a urbanização e o desenvolvimento educacional dos últimos trinta anos produziram uma estrutura social mais diferenciada<sup>7</sup> da qual emergiram múltiplos atores com capacidade de veto, mas sem instrumentos hegemônicos; o que produz um bloqueio da sociedade política, refletido de modo indireto no multipartidarismo.

### 4. ANOMIA ELEITORAL E DESORGANIZAÇÃO DO APARELHO DO ESTADO

A oposição extraparlamentar se somaram sinais adicionais de estresse para o sistema político como as taxas crescentes de absenteísmo desde as eleições de 1998.<sup>8</sup>

A ausência de uma hegemonia clara a favor de um setor sociopolítico provocou também um travamento do aparelho de Estado e levou à criação de múltiplas instituições nos últimos tempos, produzindo-se uma “arquipelaguição” do aparelho de Estado que se traduz em descoordenação entre as instituições e em duplicidade de funções.<sup>9</sup>

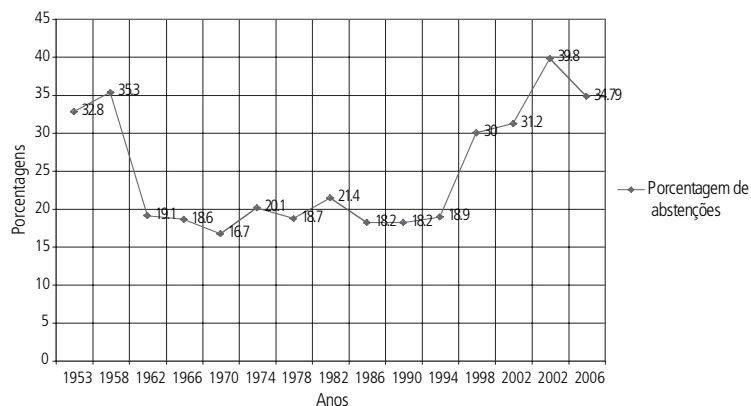
6. *Informe XII do Estado da Nação 2005*. San José 2006. p. 284.

7. A Costa Rica foi uma sociedade rural especializada no cultivo de café e banana até a década de 1980. A partir de então, a oferta exportadora se diversificou, e nem o café, nem a banana representam por si sós mais de 15% das exportações.

8. O absenteísmo se manteve em taxas de 20% desde o início dos anos sessenta, mas aumentou para 30% em 1998, 31% no primeiro turno de 2002, 39,86% no segundo turno de 2002 e 34,71% em 2006.

9. Sobre o crescimento “desordenado” e “emaranhado” do setor público, ver: Controladoria Geral da República. *Memoria Anual 2005*. San José 2006. p. 40-44 e o *Informe Estado da Nação XI*. San José, 2005. pp. 263-268.

**Gráfico I.** Eleições Presidenciais 1953-2006. Porcentagem de abstenções.



**Fonte:** Tribunal Supremo de Eleições. Absenteísmo 1953-2006

**Nota:** em 2002 há duas eleições presidenciais, 1º e 2º turnos

## 5. DESAFIOS E CENÁRIOS

O grande desafio político dos próximos anos reside em superar a crise de governabilidade atual. Um Parlamento fragmentado só poderá avançar se formar coalizões estáveis em torno de projetos de largo alcance. A fragilidade do triunfo eleitoral do presidente Arias o obriga a resultados palpáveis a curto e a médio prazos, para aumentar sua legitimidade no exercício do cargo.

A deterioração das instituições políticas (Partidos, Assembléia Legislativa e dirigência política) levou a um deslocamento das decisões políticas para o Poder Judiciário, judicializando-se a política por meio de uma freqüente intervenção do Tribunal Constitucional em temas da administração pública e do processo legislativo. Por outro lado, a transformação do sistema de partidos enfraqueceu o controle que tinham sobre a nomeação de altos membros do Poder Judiciário, o que deu mais margem de ação a estes no processo de escolha da cúpula, pois nenhum partido tem poder suficiente para promover candidatos e estes atuam como “negociadores” políticos, buscando votos e alianças que os autonomizam de modo crescente frente às vontades partidárias de cada formação partidária

O grande desafio consiste em obter resultados de política pública apesar da deterioração e do incômodo da população com as instituições políticas. A

tarefa é enorme, pois se trata de refundar a política com instrumentos debilitados (partidos).

Grande parte do futuro do processo político está sujeito ao resultado do trâmite legislativo do TLC, para o qual se articularão a oposição política parlamentar e a oposição extraparlamentar, que medirão forças com a coalizão pró-governamental no Parlamento e com as forças que o presidente Arias consiga mobilizar na sociedade (classes médias do setor privado, empresariado, jovens trabalhadores, apoio externo).

É possível prever alguns cenários para o desenlace desse conflito. O primeiro seria a aprovação parlamentar do TLC, seguido de uma reversão da decisão, provocada pelo protesto das ruas, como ocorreu no ano 2000. O segundo cenário é de aprovação sem que o protesto seja tão amplo a ponto de impedir sua vigência, mesmo que o conflito continuasse em torno das leis complementares ao tratado. Um terceiro panorama seria a possibilidade de negociação entre o governo e a oposição acerca de certas medidas de política social compensatória dos efeitos negativos do TLC. Uma quarta alternativa é a possibilidade de uma rejeição legislativa do TLC, o que, nas circunstâncias atuais, é pouco provável.

Em quinto lugar, temos a aprovação formal acompanhada de um amplo movimento de protesto popular que ultrapasse as barreiras institucionais e produza uma crise governamental séria.

Finalmente, a aprovação seguida de protestos de rua poderia provocar uma derrota dura da esquerda social, com níveis de repressão desconhecidos, prejudiciais para o tradicional clima de respeito às liberdades públicas.

Esses cenários contemplam o curso dos acontecimentos em torno da aprovação/reprovação do TLC, mas o certo é que as tensões estruturais do sistema político costa-riquenho prenunciam situações de confronto e instabilidade sociopolítica independentemente desse caso.

A concretização desses cenários depende do grau de mobilização e de legitimidade que consigam tanto o governo como os opositores, na hora em que o TLC for submetido à votação, em algum momento do primeiro semestre de 2007.

## 6. CONCLUSÕES

Apesar da vitória apertada do presidente Arias em fevereiro de 2006, a verdade é que esta fortaleceu as perspectivas de governabilidade em relação ao panorama da administração anterior. O Executivo se fortaleceu e conta

com o respaldo de sua bancada parlamentar, o que não acontecia com o ex-presidente Pacheco, que governou em discordância com o partido que o levou ao poder e com sua própria bancada.

No terreno legislativo, a nova administração tem um grupo parlamentar mais numeroso e, para certos projetos (TLC), conta com votos suficientes graças a potenciais alianças com outros partidos. Entretanto, o cerne desse tema continua a estar na contradição entre as instituições políticas e um segmento da sociedade civil aliado ao Partido Ação Cidadã. Essa situação prenuncia um panorama de maior conflitividade que não se circunscreve ao marco institucional e se estende à arena social e econômica (mobilização social).

Se nos limitamos à análise do processo eleitoral, a conclusão imediata é que o sistema de partidos se reconfigura em um multipartidarismo fragmentado que dificulta a governabilidade, por causa da complexidade das alianças necessárias em um regime presidencialista. Entretanto, no fundo, a questão é mais complicada, a deterioração dos partidos tradicionais (derrocada social-cristã e perda de identidade partidária dos social-democratas, reciclados no liberalismo econômico) nos indica uma decomposição do sistema de partidos, tese que se sustenta na escassa institucionalização das novas formações políticas.

De fato, a perda de votos do PAC entre a eleição presidencial e a parlamentar (aproximadamente 15%), a estagnação do número de cadeiras do Movimento Libertário e sua baixa votação presidencial, assim como a proliferação de grupos parlamentares unipessoais não permitem vislumbrar a consolidação de novas identidades partidárias.<sup>10</sup>

As perspectivas futuras são: a crise de governabilidade continua e chega a tomar a forma de uma crise de Estado ainda mais profunda; ou se constroem acordos de governabilidade que permitam uma redefinição do contrato social básico e afastem o país de conflitos mais sérios.

10. As eleições municipais de 3 de dezembro confirmaram a fraqueza dos novos partidos. O PAC conseguiu somente 3 prefeituras das 81 em disputa, e o Movimento Libertário, só 1.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONTROLADORIA GERAL DA REPÚBLICA. *Memoria Anual 2005*. San José 2006. p. 40-44.
- Informe Estado da Nação X*. San José, 2004.
- Informe Estado da Nação XI*. San José, 2005.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS E CENSOS. *Pesquisa Nacional de Renda e Gastos Domiciliares 2004*.

CONSTANTINO URCUYO

Professor do programa de doutorado em Políticas Públicas e Governamentais da Universidade da Costa Rica.

---

CARLOS ANDRÉS PÉREZ M.

**A**s eleições de 26 de maio de 2006 na Colômbia foram as mais atípicas na história recente do país: Alvaro Uribe, o presidente que vinha governando com um inusitado respaldo popular, foi ratificado com 62% dos votos na estréia da reeleição, depois de mais de cem anos de proibição dessa possibilidade eleitoral.

#### I. COMO URIBE TRIUNFOU?

**A**lvaro Uribe Vélez, seis meses antes das eleições nas quais superou os adversários, registrava menos de cinco pontos percentuais em todas as pesquisas feitas ao longo da Colômbia. Seus antecedentes políticos se restringiam a ter sido um dos 102 senadores do país e mais tarde governador de seu departamento. Poderia se pensar que na Colômbia existem dezenas de políticos com essas características e que qualquer um deles poderia ter chegado à Presidência da República, mas Uribe Vélez teve a sorte de ter algo de que precisariam os que poderiam ter se tornado seus competidores: a oportunidade.

Depois da ruptura do processo de paz com a guerrilha das FARC, promovido pelo então presidente Andrés Pastrana, a população colombiana buscava um mandatário que assumisse o controle efetivo da força pública e tratasse com mão forte os grupos à margem da lei. Dos quatro candidatos que estavam em campanha, somente o hoje presidente Uribe propunha uma alternativa diferente ao diálogo. Ao invés disso, seu programa de governo, sua

mensagem e seu discurso se centravam no poder do Estado sobreposto ao dos que se afastavam da legalidade.

Em 20 de fevereiro de 2002, a guerrilha, em um ato que terminaria de minar a confiança no processo, seqüestrou um avião comercial no qual viajava o presidente da Comissão de Paz do Congresso da República e reteve todos seus ocupantes. Nessa noite, Pastrana anunciava pela televisão, em cadeia nacional, o final do processo de paz, e Uribe começava sua carreira meteórica que o levaria ao palácio presidencial em poucos meses.

## 2. 2002-2006

**A**lvaro Uribe não conseguiu respaldo parlamentar amplo nas eleições de março desse mesmo ano, mas sua capacidade de negociação junto com sua popularidade e incrível ligação com as pessoas lhe abriram o caminho para que muitos senadores e representantes na Câmara optassem por deixar seus partidos e fazer parte do chamado *uribismo*, o que daria como fruto a consolidação de cinco partidos políticos que ainda hoje têm como base a figura do mandatário.

O início do primeiro período presidencial centrou-se na acomodação das forças que apoiariam o governo no Congresso e na estratégia do novo presidente de usar seu capital político e convocar um referendo popular para reformar muitos pontos centrais da vida política nacional, dentre os quais a luta contra a corrupção, a redução do tamanho do Estado, o fortalecimento dos partidos etc..

Diante da crescente aceitação das políticas públicas que o governo propunha e levando em conta o apoio da população, Fabio Echeverry Correa, um assessor próximo do presidente, disse, em uma entrevista para a imprensa escrita, que para fazer o que a maioria queria (reeleger Uribe) somente era necessário mudar um “artigozinho” da Constituição Nacional.

De imediato esquentou o debate sobre o tema nos meios de comunicação, fóruns acadêmicos, partidos políticos e chegou até o lugar no qual teria que ser examinado com mais cuidado: o Congresso da República, que, após acaloradas discussões entre os adeptos ao governo e os fogosos líderes da oposição, aprovou a tão pedida reforma que permitia a reeleição imediata, por uma vez, para o presidente e vice-presidente da República.

Da vitória dos partidos governistas decorreu o desencanto dos que não o eram, porque viam essa nova instituição como perigosa para a democracia na Colômbia, e começaram uma ativa campanha contra a reeleição, sem resultados efetivos.

## 3. NOVOS PARTIDOS URIBISTAS

**A**lvaro Uribe pertenceu toda sua vida ao Partido Liberal, o majoritário na Colômbia, mas mantém posições ideológicas que o aproximam mais do Partido Conservador, pois suas ações são claramente de centro-direita (tendência representada por esta última agremiação política). Entretanto, quando foi candidato ao governo de Antioquia, se apresentou em nome de um movimento que constituiu para essa finalidade e que chamou de Primeiro Antioquia.

No ano de 2002, fez o mesmo e fundou Primeiro Colômbia que reunia adeptos de diferentes matizes, inclusive várias figuras do Partido Liberal que, como ele, se distanciaram de sua casa política. Para entender melhor a proximidade de Uribe Vélez com o Partido Conservador, depois das eleições de 2002 e, posteriormente, em seu primeiro governo e na reeleição em 2006, é preciso dizer que, por sua proximidade ideológica com o presidente, os conservadores decidiram não lançar nenhum candidato de suas fileiras e, ao invés disso, respaldar Uribe nas duas votações.

Por enquanto, o Partido Conservador é o agrupamento mais fiel ao presidente da República e todos os seus parlamentares sustentaram decididamente as iniciativas do Executivo, diferentemente dos novos partidos uribistas que se constituíram com o objetivo único de apoiar sua gestão de governo.

É necessário analisar os antecedentes e entender as projeções para o futuro desses novos grupos que seguem o mandatário:

### 3.1 Partido Social de Unidade Nacional (conhecido como Partido de U)

Criado pelos mais fiéis seguidores de Alvaro Uribe, tentou se identificar tanto com a figura do presidente que a letra que o identifica é a inicial de seu sobrenome. Aqueles que haviam trabalhado no primeiro governo e se retiraram para aspirar a algum cargo eletivo filiaram-se a essa agremiação que parecia ser a preferida do primeiro mandatário.

Na Colômbia não é permitido que o presidente participe de atos de proselitismo, e Uribe, também como estratégia política de coesão, não manifestou em nenhum momento simpatias por nenhum partido. Entretanto, as pessoas viram o Partido de U como o partido do presidente.

Depois das eleições de março de 2006, nas quais esse partido se impôs como primeira força política, ocorreu uma série de desacertos internos que puseram em perigo a alta reputação com a qual chegou ao Congresso.



### 3.2 Partido Mudança Radical

Liderado pelo senador Germán Vargas Lleras, um dos mais devotos escudeiros de Uribe e maior opção na linha de sucessão para ser o candidato presidencial em 2010, que segue a linha de mão firme mostrada pelo atual presidente.

Ainda que com menor representação no Congresso, a Mudança Radical tem em suas filas destacados uribistas que trabalharam de maneira coesa na aprovação de projetos no Legislativo e têm representação burocrática importante no governo.

A vida desse partido está por um fio, porque Vargas Lleras disse em repetidas ocasiões que gostaria de regressar ao Partido Liberal, que foi sua casa política toda a vida e que abrigou também seu avô, o ex-presidente da República Carlos Lleras Restrepo.

### 3.3 Movimento Alas Equipo Colômbia

Dos movimentos que estão na coalizão de governo, o Alas Equipo Colômbia é o único com vocação regional. Está sob a orientação de Luis Alfredo Ramos, um experimentado político – do mesmo departamento de onde é natural Uribe – que manteve altos níveis de aceitação em toda sua vida pública. Ramos, que foi prefeito de Medellín (a segunda cidade colombiana), terminou sua gestão com 95% de aprovação popular.

Como mantém seus interesses mais regionalmente do que em nível nacional, a Alas Equipo Colômbia está fortemente centrada em fortalecer seus quadros de trabalho visando às eleições locais de outubro de 2007.

### 3.4 Partido Colômbia Democrática

Sua força é decorrente de ter sido o primeiro movimento político no qual militou o atual presidente; é presidido por seu primo, Mario Uribe Escobar, atual senador da República. Esse partido tem fortes laços com o departamento de Antioquia e tentou ampliar seus locais de atuação. Nas eleições de 2007, passará por sua prova de fogo para manter o pouco poder regional que tem até esta data.

Nas últimas eleições para o Congresso, o senador Uribe Escobar expulsou do partido duas candidatas por vínculos com os paramilitares (grupos de extrema direita).

Mesmo que se acredite que a familiaridade e proximidade com o presidente da República lhe poderia dar algumas vantagens em termos de representação no governo, o partido Colômbia Democrática não tem muita ingerência nos cargos importantes de representação.

### 3.5 Partido Conservador Colombiano

Como dissemos em um parágrafo anterior, esse partido (com mais de 160 anos de existência) é um dos mais tenazes seguidores das políticas públicas de Alvaro Uribe Vélez e por duas eleições (2002 e 2006), para apoiá-lo, não permitiu que seus dirigentes propusessem seus nomes como candidatos ao cargo de presidente da Colômbia.

O atual ministro do Interior é o ex-presidente desse partido, Carlos Holguín Sardi, que se responsabilizou pela coesão do alinhamento ao governo na passada legislatura (2002) para aprovar todos os projetos que o Executivo apresentasse.

De todos os partidos que mencionamos, o Partido Conservador é o que maiores possibilidades tem de prolongar sua existência e consolidar-se com uma opção real de governabilidade uma vez passada a era Uribe.

## 4. PROJETO URIBE E PÓS-URIBE

Um dos maiores acertos de Alvaro Uribe é o de consolidar uma estrutura de segurança na Colômbia que devolveu a confiança tanto aos colombianos como aos estrangeiros que aumentaram seus investimentos no país. Esse plano de ação chamado Segurança Democrática enfraqueceu a percepção da possibilidade de vitória dos grupos armados e deu à força pública e ao próprio governo uma margem de manobra com a qual nenhum de seus antecessores contava.

A realidade que Uribe tem à frente neste momento – e que o ajuda a manter seus índices de aceitação em níveis tão altos (66%, segundo a última medição de novembro de 2006) – é a sensação de que o governo está ganhando a guerra contra os grupos de extrema esquerda e de extrema direita. Os colombianos reconheceram esse arrojo do presidente, demonstrado com frases duras em sua campanha e ao longo de todo o governo.

Em outubro de 2006, a guerrilha das FARC detonou um carro-bomba na Escola Militar de Bogotá e conseguiu fazer o impensável: burlar a segurança do Exército da Colômbia e embaixo de seus narizes detonaram uma

carga explosiva que deixou enormes danos e muitos feridos. A reação dos colombianos foi a de um tremendo espanto, e esperaram, como sempre, que o presidente desse alguma declaração no mesmo tom com que se expressou quando tratava de defender seu projeto político. Os seguintes parágrafos são cópia textual do discurso pronunciado por Uribe no dia seguinte. Este foi o tom usado em resposta ao terrorismo:

*“Pergunto ao terrorista Jorge Briceño, conhecido pelo nome de ‘Mono Jojoy’, se tem a covardia de negar a mensagem que recebeu da pessoa a quem mandou colocar este carro bomba, na qual o terrorista miliciano lhe informava, de Bogotá, que já havia cumprido a ordem.*

*Que dirá o terrorista Raúl Reyes, terrorista fantoche de aparições internacionais, terrorista vedete dos meios de comunicação, que covardemente se esconde na selva equatoriana, contra o consentimento do Equador? Ali lucra com o negócio da coca, cinicamente nega sua condição de terrorista, para posar de vedete internacional e de extravagante.*

*Que dirá o terrorista Iván Márquez, que covardemente se esconde na selva fronteira da Venezuela – contra o consentimento da Venezuela – e posa de escritor de editoriais na página de internet das Farc, procurando criar desordem através de editoriais escritos com o sangue que fez derramar?*

*Que vão responder diante desse atentado?”*

Se o pilar dos quatro primeiros anos de governo – e a razão para sua segunda eleição, em 26 de maio de 2006 – foi a segurança, no que se refere à estabilidade financeira o atual governo seguiu o caminho traçado pela presidência de Andrés Pastrana. Seu compromisso com ela foi muito claro e, do mesmo modo que Pastrana, teve que tomar medidas impopulares que gradualmente beneficiaram o crescimento econômico da Colômbia. A taxa de crescimento anual do país se situa ainda em níveis que não são os desejáveis, mas a franca recuperação que tiveram as empresas e, em decorrência disso, os trabalhadores pode ser percebida nas ruas, com a diminuição, dentre outros fatores, da delinquência.

Para o ano 2019 – data do segundo centenário da independência da Colômbia –, o governo traçou como meta um alto desempenho nos pontos mais vulneráveis: mobilidade e transporte como caminho para a globalização, maior autonomia das regiões, menor carga fiscal para gerar empregos, aumento da flexibilidade trabalhista, dentre outros.

## 5. ELEIÇÕES 2006: CENÁRIO SOCIAL

**E**m um país onde mais da metade da população vive em condições de pobreza, o desafio dos candidatos à Presidência da República torna-se maior. A Colômbia tem sua cena política muito distanciada do social, e as intenções dos partidos que estiveram na arena pública não estavam sintonizadas com as expectativas da população.

Os dois grandes partidos (centenários, aliás) haviam perdido legitimidade pelo fato de seus dirigentes se preocuparem mais em manter uma representação nas entidades de poder do que em entender claramente o que queriam os colombianos. Foi nesse contexto que apareceu Alvaro Uribe e obteve a Presidência, independentemente dos partidos, em 2002.

Entretanto, depois de quatro anos no poder, Uribe começou a ser alvo dos ataques daqueles que diziam que seu governo tinha se preocupado somente em reforçar a defesa nacional e que descuidara dos temas sociais. Essas críticas fortaleceram a candidatura presidencial de um personagem que durante sua vida toda esteve fora dos partidos políticos e que, no momento da campanha, se converteu em líder de uma nascente opção de esquerda democrática.

O hoje ex-senador Carlos Gaviria Díaz, ex-magistrado da Corte Constitucional, saiu vencedor em 26 de maio, por se tornar, para os que aplaudem o equilíbrio político entre direita e esquerda, uma esperança. Com uma votação de mais de dois milhões de votos, apareceu na televisão na noite da eleição, como se realmente tivesse ganhado as eleições e não o presidente Uribe Vélez, de quem, aliás, foi professor nos anos de universidade.

A máquina de propaganda de Uribe se fez presente frente a essas críticas da oposição e, com cifras na mão, comparecia aos programas de rádio e televisão para demonstrar que seu governo tinha avançado no tema social.

Entretanto, a atitude dos eleitores se polarizou e em algumas regiões houve um enfrentamento que não ocorrera antes, o enfrentamento entre dois blocos que agora predominam na cena social e política: um de direita, representado pelo atual governo, e outro marcadamente de esquerda, que representa os quadros dirigentes da oposição, constituídos, em sua grande maioria, por antigos comandantes guerrilheiros desmobilizados na década de 1990.

## 6. QUAIS AS PERSPECTIVAS PARA URIBE E OS DEMAIS ATORES POLÍTICOS?

**A**inda que a sorte esteja lançada desde o momento em que o presidente foi reeleito, com o maior respaldo popular em toda a história da Colômbia (quase 7.500.000 votos), as eleições regionais de outubro de 2007 vão definir a verdadeira pauta de consolidação das forças políticas. Isso porque, dos 32 departamentos que existem na Colômbia, Uribe ganhou as eleições em 30 e o líder da oposição, em somente dois; entretanto, as coisas podem mudar quando forem substituídos por novos atores.

É muito possível que seus seguidores não consigam vencer em departamentos nos quais Uribe arrasou os adversários, e a esquerda passe a ter o controle não apenas de duas regiões, como em maio, e aumente sua quota de poder. De todo modo, é muito improvável, para não dizer impossível, que o projeto político de Alvaro Uribe Vélez termine somente alguns meses depois do triunfo arrasador que foi sua reeleição.

O que ambas as posições (direita e esquerda) têm que consolidar é um projeto político atraente para os eleitores, que os motive a seguir não a líderes, como fizeram até agora, mas sim a ideologias e a maneiras de fazer política, como seria o ideal em um sistema de partidos forte e com perspectivas de futuro.

A oposição tem uma vantagem grande pelo fato de os primeiros meses do segundo governo de Uribe terem sido nefastos, por causa de escândalos provocados pelas relações de seus aliados com grupos de extrema direita. Os congressistas não alinhados ao presidente promoveram debates de responsabilidade política nos quais citaram, inclusive, a ministra de Relações Exteriores, irmã de um conhecido senador uribista notificado pela Justiça para responder por seus vínculos com chefes dos chamados grupos paramilitares.

A figura do presidente não ficou comprometida (pelo mesmo efeito teflon que demonstrou ter em todo seu exercício como mandatário); entretanto, alguns partidos, vistos como os maiores aliados de suas políticas, perderam credibilidade entre seus eleitores. As conseqüências no voto livre serão notadas nas eleições locais.

Para Uribe, o maior desafio no campo político será manter independência de seus aliados chamados a juízo e, ao mesmo tempo, manter o apoio de seus partidos no Congresso para aprovar os projetos que tenham necessidade de passar pelo Legislativo. No campo econômico, o desafio será manter – com índices cada vez maiores – o crescimento da economia

colombiana e tornar esse aumento, já percebido pelos empresários, palpável para os trabalhadores.

## 7. A DEMOCRACIA CONTINUA

**H**istoricamente a democracia colombiana é a segunda mais antiga da América, e a verdade é que, apesar dos escândalos que diariamente ocorrem nesse país, a estabilidade democrática foi mantida, algo invejável para muitos vizinhos da região.

O novo sistema de partidos políticos, construído depois da aprovação da Reforma Política em 2003 e implantado em âmbito nacional somente em março de 2006, começou a fazer efeito: de 78 partidos inscritos no Conselho Nacional Eleitoral, somente 11 sobreviveram depois das eleições parlamentares; e desses, somente resistirão três ou quatro grandes forças políticas a médio prazo.

O que a Colômbia está vivendo é uma reestruturação da política e o fortalecimento de seus núcleos mais importantes de ação: os partidos. Para as eleições do Congresso em 2010, dos 11 partidos com representação vão mantê-la de maneira significativa as duas vertentes tradicionais, o Partido Liberal e o Partido Conservador, e será aberto o caminho para uma terceira importante vertente, construída por ser oportuna e necessária para equilibrar as cargas: o Pólo Democrático, que reunirá as formulações da esquerda moderada, antes alienadas do respaldo popular no país.

O legado de Alvaro Uribe Vélez, acolhido pelos colombianos em 2002 e ratificado pela grande maioria em 26 de maio de 2006, continuará em vigor por muitos anos mais enquanto a população civil se mantiver acossada por parte dos grupos armados à margem da lei; enquanto for necessário continuar a política de Segurança Democrática que com tanto êxito embalou o presidente, a tal ponto que Felipe Calderón, antes de tomar posse no México, disse que queria levar o modelo para seu país.

A Colômbia, por muito tempo mais, seguirá em um confronto interno que não dará trégua a nenhum governo. A presença das guerrilhas no sul do país se fortaleceu por causa do controle absoluto que têm do narcotráfico. Enquanto isso continuar a ocorrer, será muito difícil sair do atoleiro social no qual elas envolveram o resto dos colombianos. A tarefa de Uribe Vélez e dos demais presidentes que o sucedam é procurar a todo custo um processo sério de negociação, que ambas as partes se comprometam a respeitar e que consiga curar as feridas de uma guerra que açoitou essa nação por mais de quarenta anos.

Na medida em que isso ocorrer, paulatinamente o sistema político continuará fortalecendo-se e o equilíbrio de forças chegará a um ponto no qual pensar em novos modelos de governo poderia ser uma boa alternativa. Alguns falaram de implantar o sistema parlamentarista e, assim, acabar com o sistema presidencialista que tem sua estrutura esgotada.

CARLOS ANDRÉS PÉREZ MÚNERA

Mestre em Estudos Políticos Aplicados da FIAPP em Madrid, Espanha, e em estudos de Descentralização do Poder no Instituto Internacional de Ciência Política, na mesma cidade.

É assessor de campanhas eleitorais, marketing governamental e reorganização de partidos políticos. Trabalhou também com entidades governamentais e privadas na Colômbia e na América Central no tema de construção de imagem, crise e estratégia política.

Observador internacional de processos eleitorais e políticos na Espanha, El Salvador, Guatemala, Alemanha e Estados Unidos.

Pertence à Organização de Consultores Políticos Latino-americanos.

FERNANDO ROSPIGLIOSI

## I. FRAGMENTAÇÃO E RADICALISMO

Depois das eleições, que perdeu por margem estreita,<sup>1</sup> Ollanta Humala foi incapaz de manter a liderança do agrupamento político com o qual havia concorrido nas eleições.<sup>2</sup> No Congresso unicameral de 120 membros, a UPP tinha a maioria relativa, com 45 cadeiras, seguido pela APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana) com 36.<sup>3</sup> Mas imediatamente se dividiu. A primeira deserção foi comandada pelo homem que havia sido candidato à vice-presidência com Ollanta Humala, o congressista Carlos Torres Caro, que se afastou com um pequeno número de parlamentares, acusando Humala de ter se “esquerdizado” demais. Mas a mais importante fratura ocorreu quando a UPP e o Partido Nacionalista de Humala se separaram. Os partidários da UPP levaram mais de vinte congressistas.

1. No segundo turno, em junho de 2006, Alan García obteve 6.965.017 de votos (53% dos votos válidos) e Ollanta Humala 6.270.080 (47%). Em abril de 2006, Humala havia vencido com 3.758.258 (26%) e García obtido 2.985.858 (20%).
2. Humala não conseguiu inscrever a tempo seu Partido Nacionalista e se incorporou a um partido agonizante, a União Pelo Peru (UPP). Foi um casamento de interesse: a UPP tinha inscrição legal e permitia a Humala intervir no processo eleitoral; Humala tinha os votos, dos quais carecia a UPP. Essa organização, fundada em 1994, lançou como candidato, em 1995, Javier Pérez de Cuellar contra Alberto Fujimori. Depois da derrota, enfraqueceu-se e foi capturada por líderes de segunda ordem de tendência esquerdista.
3. A eleição para o Congresso é feita simultaneamente ao primeiro turno presidencial.

Em suma, muito rapidamente a bancada que havia chegado ao Congresso graças aos votos de Humala se desintegrou e Humala se enredou em públicas e ácidas disputas com vários de seus antigos partidários.

Imediatamente depois das eleições, havia o temor de que Humala se convertesse em um grave problema para a estabilidade democrática do Peru. Não somente havia expressado posições radicais, mas também estava claramente vinculado ao presidente venezuelano Hugo Chávez, que havia intervindo em repetidas oportunidades na campanha eleitoral peruana, atacando o então presidente Alejandro Toledo e o rival de Humala, Alan García, acusando-os de ser partidários do “imperialismo norte-americano”. Muitos analistas supunham que o impulso e apoio de Chávez fariam com que Humala tentasse provocar distúrbios para derrubar García, como aconteceu várias vezes na América Latina, ao longo dos últimos anos.<sup>4</sup>

Seu ex-candidato à vice-presidência, o congressista Carlos Torres Caro,<sup>5</sup> revelou publicamente que Humala lhe havia expressado sua convicção de que Alan García não duraria mais de seis meses no cargo.

A atitude de Humala imediatamente depois da eleição denotava também o caráter que pensava imprimir a sua oposição ao novo governo. Não somente se negou a felicitar o vencedor, como é habitual, como sustentou que poderia ter havido fraude eleitoral, sem mostrar nenhuma evidência. Mas a intenção era clara, deslegitimar o triunfo de García.

Entretanto, seus propósitos foram frustrados pela rápida desintegração de seu movimento.

Essa mesma incapacidade para somar forças em função de um projeto político mostrou quando se dedicou a organizar seu partido. Rapidamente entrou em conflito com muitos dos caudilhos regionais que o haviam apoiado nas eleições presidenciais. Vários deles o acusam de tratá-los como “soldados em um quartel”, de tentar impor suas decisões em lugar de usar a persuasão.

Humala pensou que, por ter obtido mais de seis milhões de votos no segundo turno, seria indiscutivelmente o líder da oposição, que esses milhões de cidadãos aderiam incondicionalmente a sua pessoa e que pode-

4. Desde 1993, catorze presidentes não terminaram seu mandato na América Latina (*Informe Latinobarómetro 2005*, p. 8.)

5. Torres Caro foi advogado de Humala no julgamento a que foi submetido pela sublevação de Locumba, em outubro de 2000, quando comandou um grupo de soldados em uma rebelião contra o agonizante governo de Alberto Fujimori.

ria ter um papel determinante nas eleições regionais e municipais de novembro de 2006.<sup>6</sup> Ou seja, que ele poderia escolher os candidatos e que estes triunfariam.

No segundo turno das eleições presidenciais, Humala ganhou em 15 das 25 regiões do país.<sup>7</sup> Na zona mais pobre do Peru, a serra, sobretudo no sul, Humala triunfou com votações esmagadoras, de cerca de 70%.

Com esses antecedentes, Humala estava convicto de alcançar uma vitória contundente nas eleições regionais e municipais e, assim, ter uma base de poder para liderar a oposição a García.

O resultado foi decepcionante. O PN de Humala não ganhou em uma única região e em nenhuma cidade importante.<sup>8</sup>

Em suma, a liderança de Humala desmoronou rapidamente. Aparentemente é válida a hipótese de vários analistas, de que Humala foi somente uma expressão passageira do descontentamento de uma parte importante dos cidadãos com os partidos políticos “tradicionais” e com a situação de pobreza em que vive metade da população.

Não obstante, o resultado das eleições regionais evidencia duas características relevantes: a fragmentação e o radicalismo.

Os partidos “tradicionais” sofreram uma derrota estrepitosa. A APRA, no governo, venceu somente em duas regiões, apesar de a popularidade do presidente García e do governo beirar os 60%, enquanto que, em 2002, sendo oposição, a APRA havia vencido em doze regiões.<sup>9</sup>

Em quase todas as regiões os caudilhos locais venceram, a maioria dos quais carecem completamente de estrutura organizativa.

Outra característica relevante dos vencedores das eleições regionais é a de que pelo menos a metade deles têm simpatia por idéias esquerdistas: alguns são moderados e outros, muito radicais.

6. Em 19 de novembro, foram eleitos presidentes nas 25 regiões do país e pouco mais de 1.800 prefeitos nos municípios provinciais e distritais.

7. O triunfo de García é explicado basicamente por sua ampla vitória em Lima, que concentra um terço do eleitorado.

8. Salvo em Arequipa, a segunda cidade do país, onde um líder local, que concorreu em quatro eleições anteriores por diferentes movimentos, ganhou dessa vez com o partido de Humala. Trata-se de um caudilho local que usou o PN como um veículo para seus próprios interesses.

9. Provavelmente o mau desempenho da maioria de presidentes regionais e prefeitos apristas influiu na derrota de novembro de 2006.

Ou seja, a tendência revelada nas eleições presidenciais de abril e junho se reproduziu novamente em novembro, só que, dessa vez, dispersada em muitas lideranças locais.

Em suma, hoje em dia há, no Peru, uma grande proporção de esquerdistas no Congresso e entre as autoridades regionais, o que não havia acontecido no período anterior, no qual a proporção de esquerdistas era muito pequena.<sup>10</sup>

Outra peculiaridade dessas eleições é que nas regiões onde existem extensos cultivos de coca, matéria-prima para a elaboração de cocaína,<sup>11</sup> numerosos defensores dessa atividade ilegal venceram as eleições. Eles concorreram tanto como candidatos de movimentos cocaleiros como de diversos partidos políticos.<sup>12</sup> Esses prefeitos e presidentes regionais vinculados à produção de coca ilegal e ao narcotráfico usarão seus cargos para travar a ação do Estado na luta antinarcóticos, do mesmo modo que a chamada “bancada cocaleira” no Congresso.<sup>13</sup> Esse é um problema sério, ao qual os políticos e o governo não deram até agora a importância devida. O narcotráfico é um dos principais problemas de segurança nacional e existem extensos territórios que são praticamente “territórios livres”, onde a autoridade e o controle do Estado são quase inexistentes, zonas onde coexistem narcotraficantes, os resíduos das facções terroristas do Sendero Luminoso e delinquentes de toda índole.

Em síntese, as recentes eleições regionais mostraram que as características observadas nas eleições presidenciais se mantêm: debilidade dos partidos “tradicionais”, fragmentação política e tendência esquerdista e radical de uma parte significativa do eleitorado.

- 
10. Os partidos “tradicionais” de esquerda também ficaram à própria sorte. Atingiram votações ínfimas nas eleições presidenciais (menos de 1%) e conquistaram muito poucos governos locais em novembro.
  11. O Peru é o segundo produtor de cocaína do mundo, depois da Colômbia (*Peru: monitoramento de cultivos de coca*. Nações Unidas. Escritório contra a Droga e o Delito, Junho de 2006.). Os donos do negócio são os cartéis colombianos e mexicanos.
  12. Por exemplo, no distrito de Campanilla, na selva nordeste, lugar famoso pelo tráfico de drogas, pelo governista partido aprista concorreu Humberto Chávez Peña Herrera, um narcotraficante que acabava de sair da prisão depois de purgar uma condenação de dez anos por narcotráfico, e irmão de um dos mais famosos narcotraficantes peruanos, atualmente preso. No distrito limenho de San Borja, o candidato do partido aprista era o advogado de vários dos mais importantes narcotraficantes peruanos, acusado de participar da lavagem de dinheiro. Esses são somente dois casos descobertos pelos jornalistas. Mas provavelmente há muitos mais que não vieram à luz.
  13. Pela primeira vez existe uma “bancada cocaleira”, integrada por dirigentes cocaleiros e outros congressistas, que ingressaram no Parlamento na lista de Ollanta Humala.

## 2. CRESCIMENTO SUSTENTADO

O governo de Alan García herdou de seu predecessor uma economia em crescimento. Na realidade, poucas vezes se teve no Peru um aumento do PBI tão alto e, sobretudo, sustentado no tempo. No último quinquênio, a economia peruana cresceu a uma média de 5% e estima-se que possa crescer 7% em 2006.

Essa bonança econômica é atribuída por alguns aos elevados preços dos minérios<sup>14</sup> e ao arrasto pela economia mundial. Entretanto, também é certo que o governo de Alejandro Toledo teve uma política econômica prudente, favorável à iniciativa privada e de incentivo às exportações. Ainda que os críticos esquerdistas e populistas sustentem que o crescimento somente beneficiou os ricos, a realidade é que todos os setores melhoraram, incluindo os pobres. Mas não o suficiente.

O governo de Toledo não foi capaz de reduzir significativamente as enormes desigualdades nem a pobreza na qual vive pouco menos da metade da população.

Alan García declarou como objetivo fundamental de seu governo lutar contra a pobreza e atender às necessidades de treze milhões de peruanos que estão nessa condição.

Não obstante, até o momento não é claro o modo como pensa em atingir esse objetivo.

Apesar da continuidade, em linhas gerais, da política econômica de seu predecessor<sup>15</sup> não se percebem no novo governo políticas claras em nenhum campo. A impressão que dá é a de que governa com uma visão de muito curto alcance e de que a improvisação, marcada pela vontade e pelo humor presidencial de cada dia, é que predomina.

## 3. INICIATIVA POLÍTICA

O governo foi hábil para definir a agenda política. Foi ajudado pelo fato de que praticamente não há uma oposição política articulada. Aos problemas apontados de Ollanta Humala e seu grupo, se somam os da centro-direita, que, liderada por Lourdes Flores, ficou em terceiro lugar nas eleições

- 
14. Pouco mais da metade das exportações do Peru são minérios.
  15. O atual ministro de Economia e Finanças foi vice-ministro no governo de Alejandro Toledo.

nacionais. Seu movimento, a Unidade Nacional, só existe no nome. Alguns de seus mais proeminentes membros foram incorporados ao governo. E o prefeito reeleito de Lima, Luís Castañeda, age em função de seu interesse pessoal.

Mas os temas apresentados pelo presidente García, que lhe permitiram manter a iniciativa, foram criticados por seus adversários como meros “fogos de artifício”, destinados a distrair ao público sem atingir objetivos concretos e necessários para o país.

Por exemplo, o presidente García propôs implantação da pena de morte para os violadores de crianças, medida que conta com o apoio da maioria da população, mas que, segundo os especialistas, é impossível de ser aplicada, porque a Constituição e os tratados internacionais aos quais o Peru aderiu o impedem. Ademais, é pouco ou nada o que se faz para evitar que se cometa esse terrível delito. Ou seja, muitas palavras, propostas descabidas, mas pouco trabalho paciente para resolver o problema.

Em seguida, o presidente García propôs que se aplique a pena de morte para os terroristas, medida também de amplo apoio popular, mas que está fora de lugar em momentos em que o terrorismo já não é uma ameaça para o Estado peruano, como o próprio governo reconhece.

Um projeto de lei sustentado por apistas e partidários do ex-presidente Alberto Fujimori no Congresso, para que o Estado controle as organizações não governamentais (ONGs), suscitou fortes críticas, não somente dos atingidos mas também de muitos analistas e meios de comunicação, que consideraram um atentado contra a democracia que o Estado pretenda submeter organizações da sociedade civil.

A aproximação – aliança chamam alguns – entre a APRA e a Aliança pelo Futuro<sup>16</sup> causou certa surpresa, dado que, depois do golpe de 1992, que transformou o governo de Alberto Fujimori em uma ditadura, Alan García foi perseguido e teve que fugir do país, retornando somente no início de 2001, quando a democracia havia sido restaurada.

Não obstante, Alan García durante a campanha eleitoral ignorou por completo o tema Fujimori<sup>17</sup> e, já no governo, desfez a Procuradoria Anti-

16. A Aliança pelo Futuro (AF) tem as iniciais de Alberto Fujimori, é um partido *ad hoc* criado pelos seguidores do foragido ex-presidente para participar das eleições de 2006. Conseguiu ganhar 13 cadeiras no Congresso, incluindo a de sua filha, Keiko, e a de seu irmão Santiago.

17. Detido no Chile desde novembro de 2005 e submetido a um processo de extradição para o Peru, acusado de delitos de corrupção e violações aos direitos humanos.

corrupção, criada para ocupar-se dos delitos cometidos por Fujimori e seus sequazes na década de 1990. Seus críticos afirmam que o governo não tem nenhum interesse em conseguir a extradição de Fujimori para o Peru, onde deveria ser julgado por numerosos delitos. Em troca disso, a bancada fujimorista no Congresso, integrada por parentes e agregados do ex-presidente, dão seu apoio à APRA, que não tem maioria.

Uma das conseqüências dessa aliança seria o abandono da luta anticorrupção, impulsionada pelo governo de transição do presidente Valentín Paniagua<sup>18</sup> e, em parte, pelo de Alejandro Toledo.<sup>19</sup>

#### 4. AUSÊNCIA DE REFORMAS

As reformas que o país requer com urgência não estão sendo abordadas pelo governo. A do corrupto e ineficiente Poder Judiciário, por exemplo. Por causa do escândalo produzido quando um juiz da Corte Suprema, o órgão máximo do Judiciário, foi filmado recebendo um suborno, o presidente García anunciou que se faria uma reforma do desacreditado sistema judicial peruano.

Mas passaram as semanas e os meses e tudo continua igual. Na realidade, nem o governo nem nenhum partido político parecem realmente interessados em produzir mudanças substanciais no Poder Judiciário. Eles tratam de colocar em cargos estratégicos de decisão os magistrados afins ou de cooptá-los com prebendas. De fato, há vários importantes juízes afinados ao partido apриста no poder.

Tampouco há indícios de que o governo tenha interesse em concretizar uma reforma do sistema educativo estatal, um dos piores da América Latina. Recentes estudos demonstram que cerca de 80% dos estudantes que concluem a educação primária não conseguem realizar as operações matemáticas básicas (somar, subtrair) nem entendem o que lêem.

Entretanto, o governo, especialmente por ter dirigentes cuja clientela é formada por professores, não demonstra interesse em produzir as mudanças necessárias.

O mesmo acontece no alquebrado sistema de saúde pública e na polícia, na qual a corrupção continua crescendo ao mesmo tempo em que a segurança do povo se deteriora.

18. Novembro de 2000 a julho de 2001.

19. Julho 2001 a julho 2006.

O único campo em que uma reforma está avançando é na Defesa, na qual o ministro Allan Wagner retomou as mudanças abandonadas durante o governo anterior, tratando basicamente de estabelecer o controle civil sobre as Forças Armadas e de lutar contra a corrupção. Mas, nesse caso, trata-se de uma política pessoal do ministro e sua equipe, não de uma política governamental. Ou seja, se o presidente nomear um ministro que tenha idéias de mudança e a capacidade de pô-las em prática, as coisas funcionam nesse setor. O problema é que quando esse ministro é substituído, como não se trata de uma política governamental, as reformas são paralisadas e tudo volta a ser como antes. O mesmo aconteceu no governo anterior do presidente Alejandro Toledo.

## 5. SINTOMAS PREOCUPANTES

**D**urante seu desastrosos primeiro governo (1985-1990), o presidente Alan García se comportou sensatamente no início, mas depois empreendeu ações de um populismo desenfreado que produziram hiperinflação, arruinando a economia e o país. Apesar de em 2006 ter iniciado seu governo de uma maneira totalmente diferente, mantendo uma política econômica prudente, abrindo as portas à iniciativa privada e apoiando um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, alguns céticos não descartam que se surgirem problemas, se a economia deixar de crescer, se sua popularidade cair, o presidente García poderia reagir como antes e produzir uma guinada populista.<sup>20</sup>

Um dos problemas mais sérios do Peru é a extrema debilidade de suas instituições. Isso permite que o presidente da República possa guinar bruscamente sem que existam contrapesos para o moderar.

Por isso, poucos meses depois de iniciado o novo governo, apesar de as coisas caminharem razoavelmente bem, o futuro é ainda incerto.

20. Por exemplo, o diário mais prestigiado, *El Comercio*, que foi benevolente com o governo até agora, adverte sobre essa possibilidade. Sua primeira página de 1.12.06 tem como manchete “Populismo do regime gerará risco para investimentos e emprego”. Fazia referência a duas medidas recentes do governo: 1) anular a dívida de tomadores de empréstimo do estatal Banco de Materiais – o presidente García, em uma atitude insólita, permitiu a entrada em uma sessão do Conselho de Ministros de um numeroso grupo de devedores que pediam a anulação de suas obrigações; sob essa pressão, a dívida foi anulada. 2) Uma proposta encabeçada pela APRA no Congresso de aprovação de uma lei de estabilidade absoluta no emprego, tornando quase impossível despedir um trabalhador de uma empresa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Informe Latinobarómetro 2005.*

NAÇÕES UNIDAS. *Peru: monitoramento de cultivos de coca.* Escritório contra a Droga e o Delito, jun. 2006.

POPULISMO DO REGIME gerará risco para investimentos e emprego. *El Comercio*, 1º dez. 2006.

FERNANDO ROSPIGLIOSI

Foi ministro do Interior em duas ocasiões durante o governo de Alejandro Toledo (julho de 2001 a junho de 2002 e julho de 2003 a maio de 2004) e Presidente do *Consejo Nacional de Inteligencia* (CNI), a agência de inteligência do Estado.

Atualmente é investigador do *Instituto de Estudios Peruanos* (centro privado de investigação acadêmica em Ciências Sociais) e colunista do diário Peru21.



FRANK PRIESS

**A** continuidade no México depois do triunfo eleitoral de Felipe Calderón por uma pequena margem nas eleições presidenciais de 2 de julho. O partido governamental PAN fortalecido nas eleições do Congresso. O desmoronamento do PRI, o partido governamental durante décadas. O PRD exitoso que novamente deverá decidir entre um papel como partido ou como movimento, e seu candidato presidencial derrotado. Grandes tarefas sem solução em um país polarizado. Dessa ou de outra maneira se poderia descrever em poucas palavras a situação atual no México no começo do sexênio do presidente eleito, iniciado em 1º de dezembro de 2006.

Felipe Calderón do Partido Ação Nacional PAN ganhou finalmente com cerca de 35% dos votos depositados, apenas meio por cento a mais do que seu opositor mais forte, Andrés Manuel López Obrador, da coalizão de partidos Coalizão para o bem de todos, formada por seu próprio partido PRD e pelos partidos pequenos PT e Convergência. Estes se associaram na Frente Ampla das forças esquerdistas, uma aliança que na verdade caberia em um só partido. Roberto Madrazo do Partido Revolucionário Institucional PRI ficou em terceiro lugar com aproximadamente 22% dos votos depositados. Os candidatos de dois partidos pequenos, Patricia Mercado Castro (Partido Alternativa Social-democrata e Camponesa) e Roberto Campa Cifrián (Partido Nova Aliança), convenceram quatro por cento dos eleitores com suas candidaturas. A participação eleitoral foi de 58% (41.758.191 votos depositados de 71.351.123 eleitores inscritos).

O que agora parece ser tão simples é um resultado definitivo – confirmado depois de longas contendas durante semanas no tribunal eleitoral e de recontagens parciais dos votos em milhares de distritos eleitorais – que até hoje não é aceito pelo perdedor López Obrador e por seus militantes. Devido a suas ações espetaculares – com destaque para o bloqueio do eixo principal de trânsito na capital do México – eles colaboraram consideravelmente para que a confiança de muitos mexicanos em suas instituições – somente parcialmente estabilizadas – esteja gravemente perturbada e para que as polarizações no país, já visíveis durante a campanha eleitoral, tenham se intensificado. O fato de López Obrador se autodeclarar “presidente legítimo do México” e de apresentar seu “gabinete fantasma” em 20 de novembro foi lógico, segundo seu ponto de vista. Seu discurso era cada vez mais radical, o que finalmente culminou no lema: “Ao diabo com as instituições”. Entretanto, López Obrador e o PRD pagam agora um alto preço político por seu papel como maus perdedores: nas pesquisas, estão em plena decadência. O candidato priista ganhou, claramente, com dez por cento de diferença, nas eleições governamentais no estado natal de López Obrador.

O ato do mesmo dia 20 de novembro significou para López Obrador provavelmente também uma decepção: “Dezenas de milhares” de seus simpatizantes incondicionais se encontraram no Zócalo, e não as centenas de milhares com que esteve acostumado no início de seus protestos. Nenhum dos governadores de seu partido o acompanhou, e Felipe Calderón lhe “roubou” a imprensa, apresentando no dia seguinte seu futuro gabinete econômico – obviamente, para muitos meios, um ato de maior importância que a atuação tragicômica do “legítimo”. A aposta de López Obrador no movimento de rua, entretanto, traz riscos para a governabilidade no México nos próximos anos.

Apesar de toda a crítica justificada, há muitas coisas a dizer a favor do trabalho das instituições, em especial do Instituto Federal Eleitoral IFE e do tribunal eleitoral. Para a democracia mexicana, é sumamente positivo que tenham sido administrados 130.477 distritos eleitorais sem problemas e que tenha havido somente 11 casos de irregularidades, que tenham sido mobilizados e treinados quatro milhões de ajudantes eleitorais, que se tenha realizado um processo transparente e consistente, garantindo assim que as eleições tenham sido limpas e democráticas. E no fim das contas, assim foram reconhecidas pelos observadores internacionais da ONU e da UE. Esse trabalho merece tantos mais elogios porque, pouco antes das eleições, se especulava muito sobre os assim chamados *focos vermelhos* do país, as regiões que, por diferentes causas, eram motivo de sérias preocupações.

## I. A CAMPANHA ELEITORAL EM UM PAÍS POLARIZADO

**A** cabou uma discussão que havia durado mais de meio ano, caracterizada até o fim por ofensas pessoais e suspeitas mútuas, e que levou o México a uma forte polarização. Nenhum outro país latino-americano se permite uma campanha eleitoral tão longa e “apaixonada”, em nenhuma parte do continente as eleições são tão custosas e tão intenso o bombardeio pelos meios de comunicação como no México. Depois de várias “mudanças de líderes”, a tensão havia culminado em um duelo entre Andrés Manuel López Obrador (AMLO) e Felipe Calderón, nas 12 últimas pesquisas, publicadas até uma semana antes das eleições. AMLO era vencedor em sete delas e Felipe Calderón em quatro, e uma apontou empate em 34%.

Salta à vista que o país se dividiu em um norte “alvianil” e um sul dominado pelo “sol asteca” segundo as cores dos partidos PAN e PRD. Já antes das eleições, distintos analistas, como Jorge Volpi (na revista *Proceso* de 4 de junho), haviam constatado tal divisão do país: o norte e oeste mais endinheirado e moderno, os que se podem permitir perdas, confiavam no projeto de Felipe Calderón, e os “perdedores”, os que carecem de “oportunidades” no sul e sudeste assim como nos entornos do Distrito Federal, se identificavam com López Obrador. É provável que, no fim das contas, a crescente classe média baixa – que compreende lares com salário anual entre 4.100 e 11.000 dólares americanos – tenha decidido a eleição, precisamente os que ocupam uma posição intermediária entre os 15% de ricos e os 40% de pobres do país. A revista *Wall Street Journal*, por exemplo, os considera os “novos clientes do Wal-Mart” e os localiza sobretudo nos subúrbios das grandes cidades, já tendo acesso a empréstimos para a construção de moradias e vivendo com o medo de se tornarem perdedores em caso de mudança no sistema econômico. Certamente, a estabilidade era para eles um ponto muito importante. Entretanto, a campanha de AMLO não tinha sensibilidade para essa classe e tampouco para a classe média nas cidades que se sentia criticada pela “retórica de classes” do candidato. Até suas necessidades de segurança – que se manifestaram eficazmente nas megamarchas em 2004, denegridas por AMLO como “direitistas” – eram ignoradas. Por outro lado, é preciso mencionar que Calderón não conseguiu se aproximar dos pobres do país com seu discurso sobre o crescimento econômico e o lema “trabalho, trabalho, trabalho” – um erro que certamente terá que reparar durante seu sexênio.

De toda forma, essas eleições confirmaram o atual sistema de três partidos no México, onde já não existe nenhuma força dominante – por causa dos

problemas internos do PRI, alguns observadores chegam inclusive a ver uma tendência de haver somente dois grandes partidos políticos. Entretanto, isso poderia ser uma precipitação que, sem dúvida, subestima a influência regional que o PRI tem. Não obstante, mesmo em regiões muito distintas, os eleitores habituais estão hesitando, e o eleitor flutuante começa a preponderar. Os eleitores tomam decisões cada vez mais pragmáticas e não se baseiam em relações antigas com o partido. De tal forma, tanto o resultado das eleições como as primeiras impressões sociodemográficas confirmam uma pesquisa do periódico *El Universal* (de 6 de junho), segundo a qual 48% dos mexicanos já se consideram “independentes”. De qualquer modo, suas 52 cadeiras no Senado (de 128, o PRI obteve 39, o PRD e seus aliados, 36, e os partidos pequenos, uma) dão ao PAN o papel de força majoritária, assim como na Câmara de Deputados, onde conseguiu 206 cadeiras frente às 160 do PRD e de sua coalizão eleitoral, 121 do PRI e 13 dos partidos menores. A distância para uma maioria absoluta não é tão grande como em tempos do presidente Vicente Fox e pode ser que conte com um PRI mais disposto a realizar acordos. Além disso, sem um PAN apoiando um veto presidencial contra propostas “incômodas”, não é possível fazer nenhuma legislação.

## 2. CAMPANHA ELEITORAL DOS PARTIDOS

Mas tudo isso não levou, nessa campanha, a grandes mudanças nos próprios partidos, como seria de esperar. Os motivos ideológicos na luta pelo centro e pelos grupos decisivos para as eleições de nenhuma maneira foram relegados a segundo plano, mas houve uma campanha eleitoral clássica entre os partidos. Somente o PRI e Roberto Madrazo tentavam, na fase final, reivindicar o centro político, ainda que sem muito êxito, porque tanto ao candidato como ao partido claramente faltava credibilidade. Enquanto isso, a campanha eleitoral do PAN se centrava consideravelmente nas disputas com o rival político, além de sua clara adesão ao credo da economia de livre comércio, à globalização, ao prosseguimento da atual orientação econômica e a um papel ativo nas relações exteriores. Uma análise minuciosa da situação demonstrava que sobretudo nas áreas do trabalho e da segurança havia a maior oportunidade de se diferenciar do rival e ao mesmo tempo de satisfazer as necessidades principais do povo. Sobretudo a partir de março 2006 se produziu uma campanha agressiva de ataques, que também na publicidade se centrava em AMLO. Como ele era apresentado como “perigo para o México”, muitos eleitores de esquerda, pelo menos por momentos, se sentiam inseguros.

A “personalidade autoritária” do candidato e seu populismo, como observadores como Enrique Krauze continuavam afirmando, faziam crescer as dúvidas sobre sua previsibilidade. Os empresários, por sua vez, que continuavam sendo atacados por AMLO nos debates com as classes alta e baixa da sociedade, se defendiam através de sua própria campanha de mídia. O presidente Fox reforçava todo o espetáculo com sua “campanha do equilíbrio”.

AMLO e sua coalizão, por sua vez, haviam começado a campanha eleitoral com um perfil bastante difuso que, com seu lema “prosperidade para todos – primeiro os pobres”, ressaltava o enfoque nas classes baixas. Pretendia convencê-las por meio de inumeráveis eventos de base, e o candidato se dirigia diretamente a 3,5 milhões de pessoas. Durante muito tempo se assegurou de ter uma clara vantagem advinda da simpatia popular de que gozava, a qual havia começado com seu desaforo, durante sua atividade como chefe de governo no Distrito Federal e que durou até março do ano 2006. Entretanto, isso contribuía muito para uma auto-estima exagerada que provocava claros erros na campanha, especialmente sua considerável ausência dos meios de comunicação – que culminou no cancelamento intencional do primeiro debate na televisão dos candidatos – e o enfrentamento pessoal com o popular presidente Fox, ao qual queria proibir a palavra de uma maneira autoritária.

Enquanto isso, os partidos pequenos sempre estavam em perigo de ser esmagados pela concorrência gigantesca dos grandes. Pelo menos os debates na televisão davam a seus principais candidatos a mesma oportunidade de se apresentar e de aproveitar o bom índice de audiência. Também nos noticiários da televisão e nas reportagens dos periódicos desfrutavam sua proeminência e nem falavam do PRI. Mas não é possível comprovar que com sua programação os meios hajam incitado claramente os eleitores contra López Obrador – o que era esperado sobretudo nas grandes emissoras *Televisa* e *TV Azteca*. De maneira verdadeiramente desagradável se tentava chegar a um equilíbrio, e havia somas enormes que os partidos mexicanos podiam gastar para suas campanhas eleitorais e não em último lugar para a publicidade na mídia. Os partidos investiram um montante estimado em 200 milhões de pesos mexicanos em suas atividades no ano 2006 (atualmente 1 euro corresponde a 14 pesos).

## 3. O FUTURO DOS PARTIDOS

Neste momento, se discute principalmente o futuro do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que, depois de sua derrota eleitoral no ano 2000, considerada inicialmente um acidente de trabalho, não conse-

guiu regressar ao poder. E, precisamente para esse partido, o poder, a Presidência, é a base para sua existência. É esperada agora do PRI uma nova orientação ou ainda a discussão de como o partido se apresentará no futuro. Entretanto, cerca de 10 milhões de mexicanos voltaram a votar no partido. Evidentemente, trata-se de um potencial de eleitores habituais que se mantêm firmes mesmo nas piores épocas e sob as condições mais desfavoráveis. Além disso, o governo em 17 Estados tem uma base que deve ser reforçada, o que dá ao partido a oportunidade de negociar a futura governabilidade no México como fator de poder significativo, no mesmo nível de outros partidos. O PRI será requisitado no governo como “partido dobradiça” – e irá se arrumando.

Conseqüentemente se evitou o ostracismo interno do partido: parece que há possibilidades de empreender negociações concretas com o vencedor das eleições e inclusive de fazer parte do gabinete ou de uma coalizão formal. Em nível inferior, seguramente haverá acordos sobre distribuição de cargos importantes e comissões no Congresso. De todo modo, os contatos com o PAN são muito mais intensos do que com o PRD, sobretudo, por questões financeiras: os governadores do partido dependem do entendimento pragmático com o novo presidente.

No PRD, se apresenta uma vez mais a questão de tornar-se partido ou continuar sendo um movimento. Depois das eleições, as tão famosas “tribos” se reagrupam e cogita-se continuar no futuro a estreita cooperação com os associados PT e Convergência, da coalizão nas eleições, através da Frente Ampla Esquerdista. É muito provável que isso leve um partido hoje uniforme a se transformar. Ao mesmo tempo, a tensão entre o movimento de protesto de López Obrador nas ruas e o trabalho parlamentar evidencia as fissuras: líderes tradicionais como Quauhtémoc Cárdenas já estão se distanciando da luta nas ruas, assim como os governadores do PRD estão adotando uma postura pragmática diante do novo governo federal – por razões similares às de seus colegas do PRI. Não restam dúvidas de que um partido moderno da esquerda moderada não faria mal ao México, entretanto continua bastante questionável que o PRD seja capaz de converter-se em tal partido.

Para o PAN, depois do triunfo eleitoral é muito interessante entender como se formam os campos de força dentro do partido, quão forte é a posição do futuro presidente e como se encaminha a colaboração: as bancadas do PAN no Senado e no Congresso são dominadas pela figura de Manuel Espino, e somente uma minoria está sob o comando de Calderón. Santiago Creel, por exemplo, alcançou o primeiro lugar na lista do PAN no Senado e tem muito boas probabilidades de êxito como líder da bancada. Por isso, será

necessário muito pragmatismo também nas relações entre a Presidência, o gabinete, o partido e as bancadas.

#### 4. E AGORA? OS DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

**P**ara o sistema político mexicano se prenuncia toda uma série de problemas estruturais, que também inclui a questão da governabilidade. Os partidos conseguirão encontrar soluções pragmáticas para os problemas urgentes do país, ao mesmo tempo em que tentam construir coalizões estáveis no Senado e no Congresso? Cabem dúvidas.

Também o processo de profissionalização da política mexicana necessita urgentemente de um impulso. O princípio da não-reeleição não obriga os deputados e senadores a prestarem contas a seus eleitores, e os parlamentares acabam se responsabilizando principalmente diante dos próprios líderes dos partidos, dos quais dependem seus futuros políticos no término dos respectivos mandatos. Assim, não desenvolvem a auto-estima como membros do Parlamento. Do mesmo modo, a constante mudança de pessoal impede qualquer especialização e põe o Parlamento em uma posição muito frágil perante o Poder Executivo que, na realidade, deveria ser controlado pelo Legislativo. Não obstante, sempre consegue assumir uma postura de obstrução por razões políticas de uma manobra de curto prazo. Entretanto, cabem as dúvidas sobre se existe disposição para cumprir os princípios da Constituição de 1917 – além da introdução de referendos para a reforma da Constituição, que também está na agenda – porque precisamente a presidência dos partidos não deve estar muito interessada nisso. Também é questionável que a proposta do ex-presidente Fox de introduzir um segundo turno tenha tanta ressonância.

As reformas que o governo de Fox não conseguiu levar a cabo – o sistema fiscal, a abertura do setor energético, a legislação trabalhista, a reforma do federalismo – continuam na agenda, além das questões permanentes como a migração e a segurança pública. Nos últimos anos, o México viveu sim um crescimento econômico sólido e estabilidade macroeconômica, mas isso não é motivo para relaxar. As fontes de petróleo se esgotarão, se não houver investimento em tecnologia moderna e exploração de novos campos, a competitividade diante da concorrência do Extremo Oriente no importante mercado norte-americano caiu. A criação de riqueza de muitos produtos mexicanos continua sendo baixa, os investimentos em ciência, tecnologia e educação são menores do que os de seus competidores internacionais. Não obstante, o México se encontra em uma boa posição por sua participação na zona de livre

comércio norte-americana, a NAFTA, e pela ratificação do acordo de livre intercâmbio com a União Européia, mas, segundo o ponto de vista de muitos observadores independentes, o país não dá a devida atenção a essa situação. É bastante evidente que a economia mexicana, que se encontra no décimo lugar em nível mundial e que é membro da OECD, não tem prioridades. Entretanto, o maior desafio é a questão social, e sem sua solução adequada, toda a agenda se torna questionável. Com quarenta por cento da população vivendo abaixo do limite de pobreza, não se poderá assegurar a democracia para o futuro. E esse não será o critério menos importante de avaliação do novo governo.

FRANK PRIESS

Representante da Fundação Konrad Adenauer no México.

## Eleições 2006 no Brasil: Considerações sobre os próximos quatro anos de governo Lula

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

### I. OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 2006 NO BRASIL

**L**uiz Inácio Lula da Silva reelegeu-se presidente do Brasil com praticamente a mesma porcentagem de votos que obtivera em 2002 (60,8% agora, 61,3% então). Apesar disso, sua vitória em 2006 foi menos “unânime” do que a de 2002: desta vez, ele não ganhou em todas as regiões do país (perdeu na região Sul) e foi derrotado em mais unidades da Federação (sete agora, inclusive São Paulo, o mais importante Estado do país; uma apenas em 2002: Alagoas).

Com quase dois terços dos votos, a vitória de Lula é, no entanto, incontestável. Ele aumentou sua votação do primeiro turno em mais de 12 pontos percentuais, enquanto seu adversário, Geraldo Alckmin, perdeu dois pontos. Os eleitores dos candidatos derrotados no primeiro turno – especialmente os de Cristovam Buarque e Heloísa Helena, ambos seus ex-companheiros de partido e agora à sua esquerda – migraram majoritariamente para Lula.

Lula é colocado entre os políticos de “esquerda” que venceram eleições presidenciais na América Latina em 2006. É verdade que seu principal adversário, Alckmin, sem dúvida pode ser considerado mais de centro-direita do que o presidente reeleito.

Mas Lula certamente figura entre os mais moderados desse grupo, ao lado, por exemplo, de Michelle Bachelet, do Chile (que poderiam ser agrupados na denominação de “nova esquerda” segundo o ex-chanceler mexicano

Jorge Castañeda), e bem distante de Hugo Chávez, da Venezuela, Evo Morales, da Bolívia, e Rafael Correa, do Equador.

No seu primeiro mandato, ele foi muito mais conservador – principalmente em política econômica – do que antecipavam os mercados e a maioria dos analistas políticos estrangeiros, embora tenha dado ênfase a programas sociais que melhoraram substancialmente as condições de vida das camadas mais pobres da população. Nada indica que fará qualquer coisa diferente disso nos próximos quatro anos.

**Tabela 1.** Governos estaduais – cenário político

	PSDB	PT	PMDB	PFL	PSB	PPS	PP	PSL	PDT
<b>2003</b>	7	3	5	4	4	2	0	1	1
<b>2007</b>	6	5	7	1	3	2	1	0	2

O presidente inicia seu segundo mandato com mais apoio entre os governadores de Estados do que tinha em 2002. Seu partido passou do comando de três Estados para cinco (inclusive a importante Bahia) e seu principal aliado, o PSB, embora tenha vencido em quatro unidades da Federação há quatro anos e só em três agora, controlará Ceará e Pernambuco, vitais no Nordeste. No total, Lula contará com o apoio de 16 dos 27 governadores.

#### Apoio e oposição ao governo Lula nos Estados



O PT de Lula, que muitos julgaram que seria dizimado nas eleições de 2006 devido aos grandes escândalos que envolveram seus mais importantes líderes de 2004 para cá, foi o partido que mais votos teve para a Câmara dos Deputados (embora sua bancada tenha sido a segunda maior) e se fortaleceu em quase todos os Legislativos estaduais.

O núcleo da oposição a Lula – PSDB (social-democrata) e PFL (de centro-direita) – que havia ganhado os governos de 11 Estados em 2002 (sete do PSDB e quatro do PFL) – ficou com apenas sete (seis do PSDB e um do PFL). O PFL, que nos últimos quatro anos teve o discurso mais aguerrido contra o governo Lula, encolheu também na Câmara dos Deputados (elegeu 84 em 2002 e 65 agora) e no Senado (passou de 19 para 17).

O PMDB – de centro e com grandes divisões internas – confirmou sua condição de maior partido do país, embora seu desempenho nas urnas tenha ficado aquém da expectativa. Terá o maior número de governos estaduais (sete) e a maior bancada na Câmara (89 em 513) e no Senado (19 em 81).

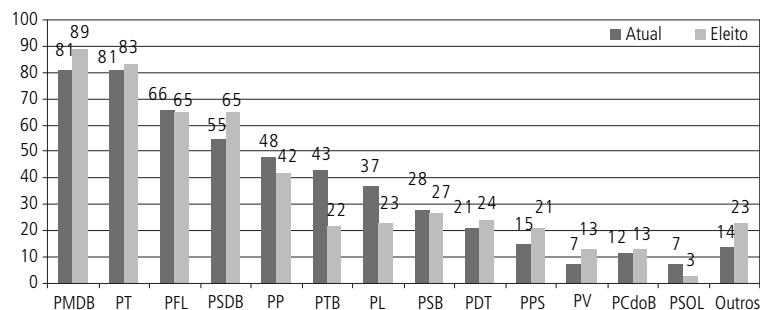
Mas o mais importante com referência ao papel do PMDB nos próximos quatro anos é que pela primeira vez o partido estará quase inteiramente unido no apoio ao governo Lula. Se isso de fato ocorrer, a situação do presidente no Congresso poderá ser confortável.

Na Câmara, ele deverá contar com pouco mais do que os 308 deputados que fazem dois terços da casa (talvez 310). No Senado, não chegará aos dois terços exigidos para reformas da Constituição (49 senadores), mas ficará próximo disso (em torno de 43).

**Tabela 2.** Senado Federal: composição partidária geral – 2007

PARTIDO	BANCADA ATUAL	BANCADA EM 2007	PARTIDO	BANCADA ATUAL	BANCADA EM 2007
PCdoB	1	2	PSB	2	3
PDT	4	5	PSD	0	0
PFL	16	17	PSDB	16	13
PL	3	3	PSOL	1	1
PMDB	20	19	PT	12	10
PP	0	1	PTB	4	4
PPS	0	1	PRTB	0	1
PRB	2	1	<b>TOTAL</b>	<b>81</b>	<b>81</b>

Gráfico I. Câmara dos Deputados – Bancadas atuais x eleitas



Entretanto, nem todas as perspectivas para o presidente são melhores para o segundo mandato do que pareciam ser para o primeiro. Setores importantes da opinião pública (estratos sociais com nível mais alto de educação formal e maior rendimento e líderes de opinião na imprensa), que o viam com desconfiança mas boa vontade em 2002 agora parecem claramente indispostos em relação a ele. A aura de líder comprometido com os mais altos princípios éticos foi substituída por suspeição quase generalizada nessa área. O avanço nas investigações dos diversos escândalos dos últimos quatro anos poderá causar problemas e embaraços para o presidente e seu governo nos próximos quatro.

Mas enquanto os indicadores econômicos permanecerem mais ou menos positivos, com níveis de crescimento que, embora abaixo da média mundial e da América do Sul, são bons quando comparados ao passado recente do país, dificilmente a repercussão política desses incidentes será suficiente para ameaçar a estabilidade do governo. É esse crescimento, ainda que modesto, mais os programas sociais (Bolsa Família, crédito consignado) e os aumentos reais do salário mínimo e dos salários mais baixos em geral que garantem a popularidade de Lula.

Os índices de avaliação positiva do governo Lula (53% de ótimo e bom segundo o mais recente levantamento do Instituto DataFolha) são recorde desde a retomada das eleições diretas para a Presidência em 1989. Com esse tipo de apoio, o trabalho da oposição continuará a ser tão difícil quanto foi no primeiro mandato, onde a quantidade de acusações contra o governo foi imensa, causou dezenas de baixas no primeiro escalão da administração pública federal, mas não abalou o prestígio pessoal do presidente.

Exatamente porque é na economia que se concentram as razões principais da popularidade de Lula (ao lado, é claro, do alcance dos programas sociais destinados às camadas mais pobres da população e de seu inegável carisma), é possível supor que as linhas básicas da atual política serão mantidas, com possíveis alterações apenas para dar mais prioridade ao setor produtivo (em vez do financeiro) e acelerar o desenvolvimento.

Os dois principais líderes da oposição resultantes das urnas em outubro de 2006, os governadores José Serra (SP) e Aécio Neves (MG), ambos do PSDB, são os maiores aspirantes à sucessão de Lula em 2010. A nenhum deles interessa litígio com o governo federal, situação que poderia prejudicar suas administrações e dificultar seu caminho para o Planalto.

A renovação na Câmara dos Deputados ficou na média histórica de cerca de metade (foi de 48%). Mas muitos dos “novos” deputados são ou figuras muito conhecidas do mundo político que retornam à Casa a que já pertenceram ou são parentes ou afilhados de velhos líderes.

Embora muitos dos acusados em escândalos por corrupção nos últimos dois anos tenham se reelegido ou voltado à Câmara, o número de votos dados a eles diminuiu em quase 50% na média, o que mostra uma atenção do eleitorado em relação a esse tema.

## 2. POLÍTICA EXTERNA

**E**m relação à política externa, o que se pode esperar do segundo mandato do presidente Lula? Em princípio, poucas mudanças. O chanceler Celso Amorim, que deverá ser mantido no cargo, já anunciou que as diretrizes do primeiro governo serão mantidas e aprofundadas.

Lula considera sua política externa um êxito, embora ela tenha sido objeto de inúmeras e pesadas crises por parte de jornais, revistas e diversos formadores de opinião no Brasil, o que constitui uma novidade no país, onde a condução dos negócios internacionais tem sido historicamente quase consensual.

Lula manterá sua política embora uma pesquisa de opinião pública realizada pelo Instituto Ipespe para o jornal *Valor Econômico* ter apontado que a maioria dos eleitores brasileiros faz críticas a aspectos importantes da política externa do governo Lula e gostaria de vê-los alterados.

Por exemplo, a maioria acha que Brasília deveria ter relacionamento menos amistoso do que o atual com o regime de Hugo Chávez, que o Brasil deveria ter reagido com mais dureza à nacionalização de recursos energéticos realizada pelo governo de Evo Morales e que o país deveria estar mais

próximo dos EUA e da União Européia do que tem estado nos últimos quatro anos.

Foi na política externa que Lula conseguiu ser – ao menos no nível retórico – mais fiel a seu ideário original de esquerda. Embora na prática sua atitude em relação aos EUA, às organizações financeiras multilaterais e aos mercados tenha sido de cautela, respeito e pragmatismo, seu discurso foi frequentemente inflado por conceitos que remontam ao movimento do Terceiro Mundo e agradou a seu eleitorado tradicional e a progressistas em geral pelo mundo.

O presidente brasileiro perdeu um pouco da condição de líder do processo político no subcontinente sul-americano. Com discurso mais desenvolvidamente de esquerda e com os recursos extraordinários que as altas dos preços de petróleo lhe propiciaram, seu colega venezuelano Hugo Chávez tomou a iniciativa e roubou muito espaço de Lula.

Chávez, por exemplo, deu suporte ao boliviano Evo Morales para confrontar o Brasil e sua empresa estatal de petróleo, a Petrobras, no episódio da nacionalização das fontes de energia da Bolívia, que causou constrangimentos a Lula. Além disso, Chávez praticamente forçou sua entrada imediata como sócio pleno do Mercosul graças à compra volumosa de títulos da dívida externa da Argentina. A influência de Chávez agora é claríssima na Bolívia, Argentina e Equador.

No entanto, não há uma disputa aberta e ostensiva entre Lula e Chávez. Ao contrário. A primeira viagem ao exterior do presidente brasileiro após a reeleição foi à Venezuela, onde deu apoio integral à campanha de reeleição de seu colega venezuelano. E há inúmeros projetos econômicos, em especial na área de energia e especificamente de petróleo, que os dois países podem concretizar com vantagens significativas para ambos.

Ao mesmo tempo, habilmente, Lula continua de maneira tácita a colocar-se à disposição dos EUA para funcionar como uma espécie de moderador da intemperividade de Chávez e valorizar-se como o líder com apoio popular e maior confiabilidade política no subcontinente com quem Washington pode sempre contar, apesar de eventuais arroubos retóricos antiamericanos.

Mesmo com esse entendimento subentendido, mas bastante claro, os EUA trataram de operar uma inteligente estratégia para isolar o Brasil (e o Mercosul) – depois do virtual cancelamento das negociações para construir a Alca (pelo qual o governo Lula orgulhosamente reivindica responsabilidade exclusiva, embora os motivos reais que causaram a paralisia do processo tenham sido muito mais complexos e originários tanto nos EUA quanto no

Brasil) – por meio de vários acordos bilaterais de livre comércio com países do continente.

Além do Nafta e do Cafta, que colocaram definitivamente o México e América Central na órbita comercial dos EUA, Chile, Peru, Colômbia e Panamá estão com seus acordos praticamente fechados com EUA, e Bolívia e Equador já iniciaram suas negociações com o mesmo objetivo. A tomada do controle do Congresso americano pelo partido democrata poderá atrasar ou mesmo inviabilizar a consecução ou ratificação de alguns desses tratados.

Mas a possibilidade de o Brasil perder mercado numa das regiões do mundo em que seus produtos industrializados têm tido historicamente mais penetração, devido às vantagens que os concorrentes americanos poderão obter graças a esses acordos, continuará sendo real.

É verdade, como argumenta o governo Lula, que em 2006 não se verificou perda de mercado para os produtos brasileiros na América do Sul, mas os acordos bilaterais dos países do subcontinente com os EUA ainda não estão plenamente operacionais.

Apesar de ter perdido espaço político no subcontinente, Lula continua sendo o único líder regional que merece o respeito dos demais e consegue conversar em condições de igualdade com todos. Embora a América do Sul esteja mais dividida do que nunca no passado recente (Argentina vs Uruguai, Venezuela vs Peru e Colômbia, Equador vs Peru), o Brasil continua sendo o elemento aglutinador capaz de fazer com que essas diferenças sejam superadas. Resta ver se o presidente Lula e sua equipe diplomática terão talento e condições para ser bem sucedidos.

Certamente um primeiro teste decisivo será a capacidade de o Brasil fechar um acordo com a Bolívia sobre as condições de comércio do gás natural boliviano após a nacionalização imposta pelo presidente Morales. Talvez situação muito similar à boliviana venha a ocorrer no Equador sob o comando de Rafael Correa com o suporte de Chávez.

A América do Sul continuará a ser a prioridade máxima da política externa de Lula. Isso não chega a ser novidade na história do Brasil. Há pelo menos um século que todos os governos têm se comportado com essa preocupação em mente: estar bem com todos os países do subcontinente e, se possível, exercer algum tipo de liderança sobre o conjunto deles.

Talvez motivado pela extraordinária receptividade que ele teve em quase todo o mundo logo após sua eleição em 2002 (conseqüência, sem dúvida, de sua extraordinária trajetória de vida), o presidente Lula teve o ímpeto inicial de deixar claramente explícita essa intenção de liderar a América do Sul e isso



pode ter sido um erro grave. Tradicionalmente, o Brasil tem preferido não alardear objetivos de liderança ou hegemonia.

A maneira voluntariosa com que o Brasil tentou obter quase todos os cargos importantes disponíveis na burocracia das organizações multilaterais (da OMC ao BID) e a campanha agressiva do país em busca de uma cadeira de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU criaram arestas e ressentimentos com algumas nações latino-americanas – principalmente Argentina e México – e reavivaram antigas desconfianças de outras, que sempre viram com algum temor as possibilidades de algum governo brasileiro sentir-se tentado a impor políticas aos vizinhos.

Lula parece ter aprendido a lição e em seus primeiros discursos após a reeleição, disse reiteradas vezes que não tem a intenção de liderar ninguém no mundo, apenas contribuir para promover a integração física, comercial e institucional da América do Sul.

Os instrumentos para essa integração devem ser a Comunidade Sul-Americana de Nações, a Casa, e o Mercosul ampliado. Embora haja muita descrença sobre a viabilidade institucional do projeto Casa, inclusive pelas grandes discordâncias que há entre diversos dos seus membros, ele vai andando, em grande parte devido aos esforços do governo Lula para que ele se concretize, apesar das inúmeras dificuldades para acelerar o processo devido à falta de concordância entre os integrantes, mesmo para decisões de valor quase exclusivamente simbólico. O Brasil ofereceu o Rio de Janeiro para receber a sede da secretaria da entidade e se dispôs a custear o órgão.

Aliás, uma das diferenças importantes entre o comportamento do governo Lula em relação a seus antecessores é a disposição que este tem tido de arcar com os custos materiais do processo de integração regional. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está disposto a financiar até US\$ 2 bilhões em projetos de infra-estrutura no subcontinente. É verdade que isso não chega a ser muito quando comparado com os recursos que a Venezuela é capaz de mobilizar, mas já é um início.

Do ponto de vista comercial e econômico, o Mercosul é o aparelho ideal da integração sul-americana pela estratégia do governo Lula. Mas ele também enfrenta sérios problemas, a começar pela disputa feroz entre Argentina e Uruguai sobre a instalação de fábricas de papel em território uruguaio às margens do rio da Prata. O cada vez menos disfarçado desejo do Uruguai de chegar a algum tipo de acordo de livre comércio com os EUA, as freqüentes disputas tarifárias entre Brasil e Argentina que provocam exceções mais e mais numerosas na Tarifa Externa Comum do grupo, a instalação de base militar

americana no Paraguai e o desejo do novo sócio pleno do Mercosul, a Venezuela, de utilizar a entidade como ponta de lança em seus embates retóricos e ideológicos com os EUA são alguns dos entraves recentes que vêm somar-se aos mais antigos e estruturais e tornar complicado o processo de se formar uma verdadeira união aduaneira na região.

O Mercosul impede que cada país-membro faça acordos de livre comércio individualmente com outros de fora da área. Isso tem contribuído para deixar o Brasil na condição de um dos poucos países emergentes de porte a não ter ampliado seu leque de acordos comerciais nos últimos 15 anos. O México, por exemplo, já tem tratados com mais de 30 nações e sua economia tem se beneficiado disso (a renda per capita mexicana é quase o dobro da brasileira). Enquanto isso, desentendimentos internos no Mercosul criam obstáculos para entendimentos com parceiros que se dispuseram a negociar com o bloco.

Embora a América do Sul deva continuar sendo a prioridade máxima da política externa do segundo mandato do presidente Lula, é muito provável que o estilo de grandes ambições no cenário geopolítico mundial que marcou os seus primeiros quatro anos também permaneça, o que pode dificultar – como ocorreu entre 2003 e agora – os próprios objetivos de integração subcontinental que devem – corretamente – ser os primeiros de sua lista em assuntos internacionais.

O fato é que o Brasil não dispõe de recursos materiais e humanos para atuar em tantas frentes tão intensamente como o governo Lula vem tentando. Além da América do Sul, a conclusão de um novo acordo mundial do comércio deve estar no topo da relação de objetivos brasileiros na arena global. Nesse campo, o governo Lula obteve uma grande vitória com a articulação do G-20 que, embora restrito provavelmente a apenas aquele movimento tático específico, impediu que a rodada de Doha se encerrasse com resultados muito pouco favoráveis para o conjunto das nações emergentes.

Mas não só OMC e América do Sul ocupam as atenções e energia dos formuladores e executores da política externa de Lula. Há a África, onde o Brasil parece achar ser capaz de ter um papel determinante (embora seja a China, de fato, quem disponha dos recursos para tanto e esteja fazendo a diferença naquele continente). E os países árabes, que Brasília tem a ambição de integrar com a América do Sul, mas com resultados ainda muito pouco animadores, além da realização de uma cúpula em território brasileiro. E a China, com quem o Brasil parece acreditar que será capaz de estabelecer uma aliança estratégica, embora até agora as vantagens sob quase todos os aspectos só estejam pendendo para o prato chinês da balança.

O chanceler Celso Amorim tem reiterado em entrevistas após a reeleição do presidente Lula que estes e outros pontos de sua agenda serão mantidos no segundo mandato e que as relações com os EUA e a União Européia, embora importantes, não terão mais prioridade do que a aproximação Sul-Sul que pretende concretizar.

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA  
 Diretor de Relações Institucionais da Patri  
 Relações Governamentais & Políticas Públicas.

## Eleições e perspectivas pós-eleitorais no Equador

CARLOS DE LA TORRE<sup>1</sup>

**E**ste trabalho analisa as eleições presidenciais de 2006 concentrando-se em como Rafael Correa venceu o segundo turno eleitoral para, em seguida, descrever as principais tendências e os possíveis cenários políticos pós-eleitorais. O artigo está dividido em três partes: a primeira descreve os resultados do primeiro turno eleitoral de 15 de outubro de 2006. A segunda analisa como se articularam as redes clientelistas, os discursos e as estratégias dos dois finalistas e que valores e propostas desenvolveram no segundo turno. A terceira parte analisa os possíveis cenários políticos para o novo governo e reflete sobre as perspectivas do processo democrático nos próximos anos.

### I. O PRIMEIRO TURNO

**E**m 15 de outubro de 2006 o país viveu sua oitava eleição presidencial desde a última transição à democracia em 1979. Além da Presidência, estavam em jogo o Congresso, as cadeiras para o Parlamento Andino e a renovação de *consejeros municipales*<sup>2</sup> e de *concejales provinciales*.<sup>3</sup> Essa eleição se deu em um

1. Agradeço a Miguel Alvejar, Andrés Barriga, Nashira Chávez, Fander Falconí e Thalia Flores pelo apoio na compilação de informação para este trabalho.
2. ocupante de cargo público com atribuições semelhantes às dos vereadores brasileiros (N. do T.).
3. ocupante de cargo público com atribuições semelhantes às dos deputados estaduais brasileiros (N. do T.).

contexto de relativa estabilidade macroeconômica e de crise da institucionalidade democrática, pois os três últimos presidentes eleitos foram depostos pelo Congresso em eventos que combinaram mobilizações populares com golpes de Estado constitucionais.<sup>4</sup> Semelhantemente ao que ocorreu em outras eleições presidenciais nas quais haviam participado ao menos nove candidatos, esta disputa contou com 13 aspirantes, dois a mais do que na eleição de 2002! Os vencedores (ver Tabela 1) foram o homem mais rico do Equador, Álvaro Noboa, candidato do Partido Renovador Institucional de Ação Nacional (PRIAN), que obteve 26,83% dos votos, e o economista e professor universitário Rafael Correa, do Movimento Aliança PAIS (Pátria Altiya e Soberana) com 22,84% dos votos. No segundo turno de 26 de novembro, Correa conseguiu reverter a tendência de triunfo fácil de seu rival e ganhou com 56,67% dos votos.

**Tabela 1.** Resultado das eleições presidenciais, 15 de outubro de 2006

Org. Política	Candidato	VOTOS			
		%	Total	Homens	Mulheres
PRIAN	Alvaro Noboa	26,83	<b>1.464.251</b>	748.037	716.214
MPAIS/PS-FA	Rafael Correa Delgado	22,84	<b>1.246.333</b>	675.110	571.223
PSP	Gilmar Gutiérrez	17,42	<b>950.895</b>	451.913	498.982
ID/RED	Leon Roldos Aguilera	14,84	<b>809.754</b>	365.377	444.377
PSC	Cynthia Viteri	9,63	<b>525.728</b>	205.130	320.598
MUPP-NP	Luis Macas	2,19	<b>119.577</b>	60.656	58.921
PRE	Fernando Rosero	2,08	<b>113.323</b>	59.651	53.672
MRD	Marco Proaño Maya	1,42	<b>77.655</b>	39.572	38.083
MPD	Luis Villacis	1,33	<b>72.762</b>	36.807	35.955
CFP	Jaime Damerval	0,46	<b>25.284</b>	14.508	10.776
ATR	Marcelo Larrea Cabrera	0,43	<b>23.233</b>	12.569	10.664
MRPP	Lenin Torres	0,28	<b>15.357</b>	7.933	7.424
INA	Carlos Sagnay da Bastida	0,25	<b>13.455</b>	6.866	6.589

4. Ver de la Torre, Carlos. Populismo, democracia, protestos e crises políticas recorrentes no Equador. *Europa América Latina - Análises e Informações*, n. 21 Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

A Tabela 2 resume os resultados das eleições para representantes locais, para parlamentares andinos e para deputados. A observação da tabela evidencia que o partido de Álvaro Noboa foi o mais votado. O PRIAM aumentou seu apoio de 12,16%, nas últimas eleições pluripessoais para representantes locais de 2004, para quase 22% em 2006. O PRIAM é a primeira força parlamentar motivo pelo qual elegerá o presidente do Congresso. O Partido Social Cristão obteve 14,48% dos votos em 2006 abaixo dos 26,78% que havia conseguido alcançar na eleição anterior. O Partido Sociedade Patriótica, dos irmãos Lucio e Gilmar Gutiérrez, com 13,93%, se constituiu na terceira força do país e no segundo bloco parlamentar (ver Tabela 3). Também cabe destacar que a alta votação alcançada por Rafael Correa no primeiro turno não se traduziu em votos para representantes locais da Aliança País. O voto foi para ele não para seu partido, que não apresentou candidatos para o Congresso e que será advertido pelo Tribunal Supremo Eleitoral junto com outros partidos que não atingiram 5% da votação.

**Tabela 2.** Votação pluripessoal nacional outubro 2006

Org. Política	Concejales	Consejeros	Deputados	Parlamento	Total
PRIAN	17,48	20,41	24,54	24,49	21,73
PSC	12,03	16,69	15,65	13,54	14,48
PSP	13,51	12,75	11,98	17,48	13,93
PRE	6,56	7,53	8,78	5,68	7,14
RED	6,99	7,54	7,23	4,79	6,64
ID	7,14	5,92	6,13	4,79	5,99
UDC	4,47	3,11	4,06	8,11	4,94
A. País	6,14	7,11	0,13	6,13	4,88
PS-FA	4,34	3,42	3,20	6,13	4,27
MUPP-NP	5,27	3,68	4,09	3,03	4,02
MPD	5,10	4,02	4,48	3,26	4,21
MRD	1,37	1,27	1,69	0,97	1,33
CFP	1,20	1,02	1,47	0,73	1,11
Outros	–				100,0

Devido à complicada distribuição de cadeiras, a conformação do novo parlamento não necessariamente reflete a votação obtida pelos diferentes partidos. A Tabela 3 ilustra o novo parlamento que tomará posse em janeiro de 2007 e com o qual Correa terá que negociar ou entrar em aberto conflito.

Tabela 3. Congresso 2007-2011

Partido	Número de cadeiras	Partido	Número de cadeiras
PRIAN	28	PACHAKUTIK	6
PSP	24	UDC	5
PSC	13	RED	4
ID	8	MPD	3
PRE	6	OUTROS	3
		Total	100

Fonte: Tribunal Supremo Eleitoral

## 2. ENCENAÇÕES, REDES E DISCURSOS NO SEGUNDO TURNO ELEITORAL

No segundo turno se enfrentaram estilos e propostas diferentes. Álvaro Noboa, o homem mais rico do país, pela terceira vez tentava chegar à Presidência com promessas que abarcavam a construção de 300 mil casas e outras obras que seriam feitas graças à iniciativa do capital privado e de uma maior integração do país ao mercado mundial. Rafael Correa, um professor universitário que ocupou por poucos meses a pasta de Economia no governo de Alfredo Palacio, articulou propostas antineoliberais, nacionalistas e um discurso contrário aos partidos políticos e a favor de uma Assembléia Constituinte que renove “um projeto de vida em comum, um acordo social amplo”.<sup>5</sup>

Álvaro Noboa combinou o poder de seu império econômico com as redes clientelistas de seu partido político e com o trabalho de sua fundação social Cruzada Nova Humanidade para forjar a maior força política do país.

5. Plano de Governo da Aliança País 2007-2011, p. 20.

Noboa se parece com o neopopulista boliviano Max Fernández que construiu seu partido em torno de sua empresa cervejeira e de suas obras de beneficência.<sup>6</sup> Do mesmo modo que este, Noboa associou o uso de símbolos religiosos com as trocas clientelistas. Mas diferentemente de Fernández, que simbolizava a mobilidade social dos empresários de origens sociais populares e “cholos”, Noboa foi herdeiro da principal fortuna do país.

No segundo turno, os atos de massas da Noboa repetiram um mesmo roteiro em que o comício político era acompanhado de um show artístico e da entrega de remédios, computadores, cadeiras de rodas e microcrédito para que uma pessoa pobre se convertesse em empresária. As trocas de bens e serviços como computadores, cadeiras de rodas e assistência médica aos mais pobres em troca de lealdade política diferem quanto a sua regularidade e intensidade. Nos lugares em que a Fundação Cruzada Nova Humanidade e o PRIAM têm uma presença mais antiga e nos quais se formaram redes que estão em constante contato com a beneficência e o partido, como na província do Guayas, a lealdade a Noboa é mais sólida. Nesses lugares se formaram núcleos duros de seguidores baseados nas trocas de lealdade por serviços oferecidos constantemente.

Como apontou Javier Auyero, as pessoas que estão em proximidade permanente com as redes para resolver problemas, que englobam desde os contatos para conseguir um emprego até remédios e educação, têm uma visão de mundo e interpretação da realidade mediada por essas trocas.<sup>7</sup> Os políticos aparecem como pessoas desinteressadas que ajudam os pobres e os pobres vêem a si mesmos como aqueles que puderam sair da adversidade graças à generosidade desinteressada dos políticos aos quais, por carinho, amizade e lealdade devem seu apoio político. Aqueles que estão mais distantes das redes para resolver problemas e conseguem benefícios de modo esporádico não sentem as mesmas obrigações de lealdade, a quem são oferecidos serviços médicos, por exemplo. Para muitos, o que importa é ter acesso a esses presentes sem sentir a necessidade de corresponder com seus votos. Quando não há lealdades cimentadas em trocas e favores de longa duração, não há garantias para que seus votos favoreçam o candidato que deu os presentes. Muitas pessoas podem obter os serviços e votar em outro candidato ou podem buscar redes de resolução de problemas de caciques que sejam leais a outros políticos.

6. Mayorga, Fernando. *Neopopulismo y democracia*. Compadres y padrinos en la política boliviana. Cochabamba: CESU-UMSS, 2002.

7. Auyero, Javier. *Por people's politics*. Durham e Londres: Duke University Press, 2000.

As trocas clientelistas representam visões de mundo e valores culturais. A maior parte dos analistas políticos e os organizadores da campanha de Correa apresentaram Noboa como um milionário cínico que pretendia comprar a Presidência com sua carteira. Essas críticas, que representam o clientelismo como a compra de votos dos pobres por políticos inescrupulosos, foram aceitas como válidas por setores de classe média contrários a Noboa. Mas esses questionamentos não ajudam a compreender como as pessoas organizadas em redes que estão em constante contato com o partido e a fundação de serviço social de Noboa entendem a política. Tampouco permitem entender como Noboa e seu círculo interpretaram esses atos.

Noboa utilizou a simbologia paternalista do bom patrão na fazenda para oferecer seu apadrinhamento e sua caridade a todos os pobres do Equador. Ao se sentir como um bom patrão, como uma pessoa que em lugar de desfrutar sua fortuna se condói pela dor alheia e dedica seu tempo e dinheiro para ajudar os outros, aos quais também agrada com apresentações de músicos de fama internacional, o político se assume como o bom patrão de toda a nação. É por isso que a ele e seu círculo incomodaram tanto as críticas de que era um cínico com uma carteira recheada, pois se via como uma boa pessoa que sentia dor pela pobreza e se sentia como o enviado que deveria erradicá-la seja através da caridade cristã ou, ainda melhor, da cadeira presidencial.

Já que a política se baseia em troca de lealdades por bens e por carinho não admira que tudo esteja mediado por símbolos religiosos. O candidato, como se se tratasse de um batismo ou da festa das colheitas na fazenda, não tem problemas de misturar as rezas, as invocações a Deus e as bênçãos com a troca de presentes por lealdade e votos. Como o patrão que foi honrado com o apadrinhamento do filho de seus empregados ou o fazendeiro que é homenageado nas festas das colheitas, Noboa correspondeu a essa honra financiando atos para os quais contratou grupos de música internacionais. Como bom patrão, bailou um pouco, brilhou roupa de gala e manteve a distância e a proximidade que todo patrão guarda de seus subordinados, demonstrando e reforçando as diferenças entre ele e “seus” pobres.

Os vínculos clientelistas não são só instrumentais. Baseiam-se em valores como a amizade, a lealdade e, sobretudo, a confiança. O político confia sem nenhuma garantia que seus presentes assegurarão a lealdade e os votos dos mais necessitados. Os pobres confiam em que o candidato cumpra suas promessas. O pior que pode ocorrer para que essas trocas se curtocircuitem é que se dê impressão de que alguma das partes está interessada só em troca material, que seja pouco honesta e enganadora. Por isso as revelações de que milha-

res de cédulas de inscrição nos programas de habitação do PRIAM haviam sido encontradas em uma recicladora de lixo na cidade de Manta causaram grande agitação. Para os opositores de Noboa, essa foi a oportunidade para tentar apresentá-lo como um embusteiro e estelionatário. Além do mais, esse foi um dos mecanismos utilizados por jornalistas de oposição para apresentar “evidências” da manipulação da Noboa e de sua enganação aos pobres. Os partidários da Noboa afirmaram que as papeletas haviam sido roubadas e que em todo caso os dados já estavam inseridos nas bases de dados do partido e, por isso, as pessoas não deveriam se preocupar. Mas a dúvida foi semeada e muitas pessoas que não estavam tão próximas às redes de troca e resolução de problemas do PRIAM viram em Noboa o que seus opositores argumentavam: um político que como os demais enganava os mais necessitados.

Rafael Correa teve uma carreira política meteórica. Até abril de 2005 foi um professor universitário conhecido fora de suas classes e dos espaços acadêmicos por suas intervenções, sobretudo radiofônicas, contra a dolarização e por suas críticas ao modelo neoliberal. Depois da derrocada de Lucio Gutiérrez em 20 de abril de 2005, em que grupos cidadãos demandaram desde o restabelecimento do Estado de Direito até que se “vayan todos” os políticos, ocupou por 100 dias a pasta de Economia no governo de Alfredo Palacio. Foi o ministro mais controverso e tomou a atenção dos meios de comunicação por seu estilo confrontador contra os organismos internacionais e por suas intervenções contra o modelo neoliberal. Depois de sair do governo, organizou o Movimento Aliança País em novembro de 2005. Durante o primeiro turno, sua estratégia política foi neopopulista.<sup>8</sup> Arremeteu contra os partidos políticos, representando a disputa como uma luta ética e sem quartel entre a partidocracia, fonte de todos os males, e a cidadania encarnada em sua pessoa. Para dar coerência a sua proposta antipartidos recusou-se a apresentar candidatos ao Congresso, pregando o voto nulo. Essa estratégia resultou em cerca de 17% de votos nulos em nível nacional e em que seu movimento não tenha nem um só representante no parlamento.<sup>9</sup>

Correa sintonizou-se com a rejeição de grande parte da população aos partidos e aos políticos. Esses sentimentos se expressaram nas ruas de Quito nas

8. Weyland, Kurt. Clarifying a contested concept. Populism in the study of Latin American politics. *Comparative Politics* 34 (1), p. 1-23, 2001.

9. Segundo os dados do Tribunal Supremo Eleitoral, 1.401.217 pessoas de um eleitorado de 9.165.125 anularam seu voto em nível nacional. Isso significa que o anularam 15,29% do total de pessoas inscritas.

manifestações contra Gutiérrez com a palavra de ordem “que se vayan todos” e no ataque de cidadãos contra os deputados em 15 de abril de 2005 no qual alguns foram agredidos. Os sentimentos contra os políticos não se restringiam a Quito nem a uma classe social. Um estudo da Participação Cidadã baseado em grupos focais e entrevistas em profundidade com pessoas de várias classes sociais, regiões e grupos étnicos realizado em julho de 2006 evidenciou que para a maior parte dos participantes os políticos eram os responsáveis pela corrupção, o que, por sua vez, causava problemas econômicos como a pobreza e os trabalhos indignos e mal remunerados em condições precárias.<sup>10</sup> A campanha de Correa deu forma e sentido a essa rejeição e apresentou a Assembléia Constituinte como a alternativa à partidocracia e como a panacéia que resolveria os problemas políticos, sociais e econômicos da nação.

Correa modificou sua retórica e estratégia para o segundo turno. No afã de alcançar os votos de Gilmar Gutiérrez, irmão de Lucio que obteve 17,42% dos votos entre os setores mais pobres do país, e com a intenção de neutralizar o clientelismo de Noboa, apresentou seu plano de Sócio País. Suas ofertas abarcaram programas de habitação, aumentos do bônus de pobreza, subsídios para o consumo de luz e telefone dos mais pobres e microcréditos. Apresentou a eleição como uma alternativa entre “dois projetos de sociedade. Aqueles que consideram a pátria um negócio a mais e que consideram que tudo é mercadoria, frente àqueles que queremos uma pátria ativa e soberana, com educação, saúde, habitação e dignidade.” Um dos temas que mais reforçou foi o da dignidade. Ante as doações de cadeiras de rodas com as quais Noboa presenteava as pessoas mais desvalidas e necessitadas da caridade do milionário, contrapôs a dignidade de seu candidato à vice-presidência, Lenín Moreno, que está imobilizado em uma cadeira de rodas por ter sido vítima de um assalto violento. Ante as propostas do bom patrão, encarnou a rejeição aos fazendeiros. Apelou para suas origens de classe média e para o fato de sua mãe ter migrado para os Estados Unidos a fim de demonstrar que apesar de ser igual às pessoas comuns é superior a elas, pois graças a sua dedicação e trabalho triunfou e será premiado com a máxima recompensa, a Presidência da República.

Ainda que tenha suavizado sua retórica neopopulista contra a partidocracia, não deixou de manifestar sua ambivalência em relação à democracia liberal e sua fé na democracia dos tumultos. Disse que a presença massiva nas

10. Participação Cidadã. Equador: Democracia ou dominocracia? 2006, manuscrito não publicado.

concentrações ilustrava seu triunfo e clamou pela vigilância sobre a eleição, pois assegurou que já lhe haviam roubado a vitória no primeiro turno. Esta desqualificação das instituições do Estado ilustra o que provavelmente será sua atitude diante das normas e instituições do Estado de Direito. Ou seja, aceitar os procedimentos e normas que lhe convenham e questionar as que não lhe favoreçam, apoiando-se na presença do povo nas ruas, nos comícios e nas marchas que, como por obra da graça, demonstram não só sua liderança como encarnam a essência do que Correa acredita ser a democracia.

A política equatoriana se baseou na construção dos adversários políticos como inimigos irreconciliáveis e na política como uma luta maniqueísta entre opções éticas. De acordo com Murray Edelman, “os inimigos se caracterizam por uma série de atributos que os marcam como a encarnação do mal e da imoralidade e, portanto, como um risco contínuo”.<sup>11</sup> Desse modo, Noboa utilizou o anticomunismo e o antichavismo para forjar a imagem de Correa como um servidor de Cuba e da Venezuela. Quando o presidente venezuelano interveio no segundo turno da campanha eleitoral, com declarações contra o “oligarca” e “explorador” Noboa, sua campanha utilizou essas imagens para tentar criar sentimentos de rejeição a Correa. Mas, diferentemente do que ocorreu no Peru, essas declarações não debilitaram a campanha de Correa. Para começar, os telespectadores foram bombardeados excessivamente com anúncios em que apareciam as declarações de Chávez. Correa, além disso, disse que, mesmo sendo amigo pessoal de Hugo Chávez, estava certo ao qualificar Noboa como um explorador e um oligarca e não aceitava a intromissão de ninguém nos assuntos internos do Equador. Por último, a campanha de Noboa acreditou que a maior parte da população repudiava o presidente venezuelano, quando Chávez tem níveis de aprovação muito altos no país. Por exemplo, o estudo da Participação Cidadã demonstra que pessoas de diferentes estratos sociais vêem em Chávez “a mistura perfeita para construir um paraíso”, pois equilibra a força de Fidel Castro nos temas sociais e de soberania nacional sem anular completamente a liberdade, valor muito apreciado no país.<sup>12</sup>

Correa, por sua parte, caracterizou Noboa como um oligarca que roubou a herança de seus irmãos, que explora seus empregados, que utiliza terceirizadas que pagam salários ínfimos e que como A Boa, apelido que utilizou em várias propagandas de televisão, busca acumular não só o poder

11. Edelman, Murray. *Constructing the Political Spectacle*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988, p. 67.

12. Participação Cidadã, Equador: ¿Democracia ou Dominocracia?, p. 56.

econômico mas também o Estado para seus negócios pessoais. Ainda que a campanha da Noboa tenha conseguido atemorizar setores de classe média alta, a de Correa aterrorizou o equatoriano comum e os grupos de empresários que manifestaram seu temor de que Noboa utilizasse o Estado para seus negócios particulares.

A criação de inimigos que simbolizam os medos e objeções de vários grupos sociais, ainda que seja eficiente para mobilizar e neutralizar votos, traz o risco de causar enfrentamentos e rivalidades profundas. Por exemplo, a caracterização de todos os políticos como parte da “partidocracia” e como máfias corruptas parece dificultar que Correa encontre apoio no Congresso – onde não tem nem um representante de seu movimento – às suas idéias de convocar uma consulta popular como primeiro passo para uma Assembléia Constituinte de poderes plenos e assim redigir uma nova carta política que sintetize um novo pacto social.

### 3. OS POSSÍVEIS CENÁRIOS PÓS-ELEITORAIS

A proposta de Assembléia Nacional Constituinte de plenos poderes foi o eixo da campanha eleitoral de Correa. Funcionou como um mito mobilizador, pois deu sentido aos sentimentos antipartidos e propôs uma alternativa ao domínio exercido por estes, baseada na participação direta e deliberativa dos cidadãos. No programa de governo da Aliança País, se aponta que a Assembléia ajudará a construir uma “democracia ativa, radical e deliberativa” e que propiciará “um modelo participativo através do qual todos os cidadãos e cidadãs possam exercer o poder, tomar parte das decisões públicas e controlar a atuação de seus representantes políticos”.<sup>13</sup> A Assembléia Constituinte não será um mero mecanismo para fazer reformas políticas. Mais propriamente, buscará criar “um projeto de vida comum, um acordo social amplo” em que a “sociedade mobilizada terá que participar não só na eleição dos constituintes”, mas também terá que “se apoderar da Constituição e depois pressionar para que se cumpra o acordado”.<sup>14</sup> O economista de esquerda Alberto Acosta, próximo colaborador de Correa, escolhido ministro da Energia, vê a Assembléia “como uma oportunidade para construir cidadania, para que as pessoas participem... O que queremos é que este novo trato, este

13. Plano de Governo da Aliança País 2007-2011, p. 19.

14. Ibid. 20

novo projeto de vida em comum, esse pacto social que se veja refletido em uma Carta Fundamental seja nosso, da cidadania”.<sup>15</sup>

Quando aterrissa seu plano de governo em propostas concretas, os objetivos da Assembléia não são tão grandiosos. Buscam a revocatória do mandato do presidente e do vice-presidente, a independência dos poderes do Estado que, segundo sua análise, estão em mãos da partidocracia, a transformação do sistema eleitoral para possibilitar candidaturas que não estejam vinculadas aos partidos e mecanismos de participação e planejamento democráticos.<sup>16</sup>

Convocar uma Assembléia não é tão fácil, pois, de acordo com a Constituição, o processo deve passar por uma consulta popular que precisa ser autorizada pelo Congresso, no qual Correa não tem nenhum deputado. Se Correa decidir não seguir esse procedimento, pode mandar o projeto de consulta popular junto com um estatuto para a eleição de constituintes diretamente ao Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), controlado pelos partidos políticos. Uma terceira opção é a de que com 8% das assinaturas da lista eleitoral submeta o pedido de consulta diretamente ao TSE. Para viabilizar a consulta, as opções de Correa são muito complexas. A primeira seria pactuar com algumas agremiações políticas e limitar o conteúdo dos temas de que se trataria na Assembléia, por exemplo que esta não dissolva o Congresso. Se houver esse pacto, a Assembléia Constituinte já não seria de plenos poderes. Alguns partidos estão dispostos a fazê-lo, limitando o papel da Constituinte à busca da criação de mecanismos institucionais que dêem condições de governabilidade e às reformas políticas que despolitizariam os organismos de controle e democratizariam os partidos e as eleições. Correa argumentou que a Assembléia poderá coexistir com o Congresso, que limitará suas funções e que só “fiscaliza[rá] ou legisla[rá] determinados corpos legais”.<sup>17</sup> Essa agenda, que a jornalista Thalia Flores qualifica de sensata, porque evitaria a confrontação entre o Legislativo e o Executivo, tem grandes problemas, tendo em vista que o núcleo duro de seguidores de Correa continua propondo uma Assembléia de plenos poderes pois, nas palavras de Acosta, os objetivos vão além da reforma política e de uma nova Constituição. Intelectuais próximos a Correa, entusiasmados com a Assembléia, já estão alertando que perto do presidente “existem pessoas que

15. “Será indispensável a mobilização social.” *Expreso*, Guayaquil, 04/12/06, <http://www.expreso.ec/html/politica1.asp>

16. Plano de Governo, p. 21.

17. “Congresso e Assembléia podem coexistir.” *El Comercio*, Quito, 29 de novembro, 2006, p. 6.

preferem avançar a negociação com os partidos políticos no melhor estilo tradicional: a portas fechadas, fazendo concessões que provoquem, a longo prazo, novas frustrações”, e pedem à cidadania “vigilância e mobilização”.<sup>18</sup>

A segunda opção de Correa é pressionar o Congresso e o Tribunal Supremo Eleitoral para que viabilizem a Assembléia. Essa pressão se dará desde as ruas, através da mobilização. Nas palavras de Acosta, “o grau de conflito vai depender do Congresso Nacional”.<sup>19</sup> A Aliança País conta com uma estrutura organizada para levar a cabo essas mobilizações. Durante a campanha, se organizaram comitês cidadãos familiares que, do mesmo modo que os círculos bolivarianos venezuelanos, poderiam ser as bases que se mobilizarão a favor de Correa e os eixos para a distribuição de programas focalizados contra a pobreza. Há, ainda, os brigadistas que percorreram os bairros na eleição e o fervor dos jovens bolivarianos que foram um dos pilares de sua candidatura. Esse núcleo duro pode somar forças se houver confrontações, sobretudo em Quito, onde Correa tem grande apoio e onde ocorreram episódios de violência coletiva contra os congressistas.

A mobilização popular, assumo, se baseará nos repertórios de protesto existentes, nos quais as pessoas procuram o enfrentamento com a polícia. Será muito difícil que os manifestantes protestem como os estadunidenses e se contentem em andar gritando palavras de ordem em redor do Congresso. O mais provável é que se proteste bloqueando ruas e lançando pedras e outros objetos contra a polícia e os símbolos do poder como o Congresso.<sup>20</sup>

Os congressistas têm poucas opções. A melhor seria pactuar com Correa para uma Constituinte com uma agenda limitada que garanta que os congressistas ficarão em seu trabalho pelos quatro anos para os quais foram eleitos. Se esse cenário não se concretizar, é duvidoso que fiquem com os braços cruzados enquanto os seguidores de Correa os encurralam. É possível que levem manifestantes à rua ou procurem artimanhas legais para frear o governo ou ainda para tratar de se livrar do presidente.

Outro grande problema para o governo é o tempo na política. Correa deve agir logo para que a consulta popular que convoque a Assembléia seja decidida rapidamente e para que a eleição para a Assembléia se dê em um prazo curto. Se o tempo passa, e essa pode ser a estratégia do Congresso,

18. Javier Ponce, Cenários do governo de Rafael Correa. *La Insignia*, 8 de dezembro de 2006, p.2. [http://www.lainsignia.org/2006/dezembro/ibe\\_022.htm](http://www.lainsignia.org/2006/dezembro/ibe_022.htm).

19. “Será indispensável a mobilização social.” p. 3.

20. de la Torre, “Populismo, democracia, protesto” p. 31.

Correa pode perder apoio e os projetos da consulta e da Assembléia podem desestabilizá-lo. Se o processo se estende, corre o risco não só de perder a consulta, pois os governos perdem apoio rapidamente, mas também de não contar com maiorias para promover seus objetivos de reforma econômica e social. Esse risco se amplia porque parece que, para alguém ser eleito representante, só precisará ter uma quantidade de assinaturas. Correa disse que “os que aspirarem a ser constituintes não terão que cumprir nenhum tipo de pré-requisito”.<sup>21</sup> Imagino que as pessoas votarão naqueles que conhecem, ou seja, políticos, líderes desportivos e dos bairros, personalidades do meio artístico, da vida noturna e dos meios de comunicação de massa. Quantos desses se aproximarão do projeto de Correa de uma Pátria Altiva e Soberana?

Mas Correa conta com uma arma política muito forte: a capacidade de que as políticas sociais e econômicas nascidas no Executivo lhe somem aliados. O novo governo assumirá o poder em condições econômicas bastante favoráveis. O PIB cresceu em um ritmo moderado de 3,3% em 2006. Ainda que esse crescimento tenha significado uma redução do alto índice de 2004, em que alcançou 7,6%, o governo conta com um superávit do setor público equivalente a 3,9% do PIB. Os altos preços do petróleo e as remessas dos imigrantes sustentaram essa relativa prosperidade econômica, na qual a dívida caiu de 86,7% do PIB em 2000 para 36,8% em 2006. A inflação segue baixa, 2,1% em 2006, e o consumo aumentou.<sup>22</sup>

Ainda que entre 1999 e 2005 a porcentagem de pessoas pobres e indigentes tenha sido reduzida de 63,5% para 45,2% e de 31,3% para 17,1%, quase a metade da população é pobre. Correa conta com dinheiro para cumprir suas promessas aos mais pobres. Poderá duplicar o bônus da pobreza de \$15 para \$30 ao mês, criar um bônus de habitação para a construção de moradia (prometeu entre 50 mil e 100 mil casas ao ano) e subsidiar os consumos de luz, telefone e água para os mais pobres. Essas políticas universalistas virão sob uma forma que um de seus colaboradores próximos chama de um “pacoteço ao contrário”. Ou seja, ao invés de um governo que assume subir os preços dos bens de consumo e reduzir os subsídios, aumentará os subsídios aos mais pobres. Também está sendo estudada a redução do imposto sobre o valor agregado de 12 para 10%, com o objetivo de gerar “maior dinamismo na economia, maiores níveis de vendas e, como consequência, aumen-

21. “Correa fala do estatuto da Assembléia.” *El Comercio*, Quito, 1 de dezembro, 2006, p. 6.

22. Conaghan, Catherine, “Correa’s challenge: can Ecuador’s comeback kid govern?” no prelo em *Current History*, fevereiro 2007.



tar a arrecadação”.<sup>23</sup> A essas políticas de subsídios poderão se somar programas clientelistas que ajudem a cimentar o apoio dos comitês familiares existentes e a promover a formação de mais comitês. A combinação de políticas de tom mais universalista com programas clientelistas lhe poderia dar o capital político para possivelmente vencer o enfrentamento com o Congresso e com os partidos políticos.

Ainda que os salários médios reais tenham crescido 3,5% entre 2003 e 2005 e o desemprego tenha tido uma pequena queda de 11% em 2004 para 10,4% no primeiro semestre de 2006, a subocupação aumentou de 42,6% em 2004 para 48,3% no primeiro semestre de 2006. Segundo a CEPAL, houve uma maior precarização do emprego.<sup>24</sup> Ante essa realidade, as promessas de Correa de terminar com as terceirizadoras e de criar empregos dignos têm grande eco na população.

Durante a campanha Correa manifestou que “a vida prevalecerá à dívida” e como presidente eleito disse que renegociará a dívida externa seguindo o modelo argentino que implicou uma renegociação de até 75% do capital.<sup>25</sup> Quando lhe afirmaram que suas declarações deixavam nervosos os mercados internacionais, sugeriu-lhes que “tomassem um valium”.<sup>26</sup> O problema é que não só eles terão que tomar tranquilizantes, mas também muitos empresários nacionais. O presidente da Câmara de Indústrias de Guayaquil, Alberto Dassum, ressaltou que a possível moratória da dívida externa é um “mau sinal” e que se preocupa que a Assembléia atente contra a “segurança jurídica”.<sup>27</sup> Outros temas de conflito com os empresários são o plano de fazer uma nova reforma agrária nas terras mal utilizadas e o controle dos bancos. Para regular o sistema bancário, Correa prometeu “que serão proibidas comissões e controladas as taxas de juros. Que os créditos serão mais bem distribuídos para que não haja concentração de consumo e importações e que serão estabelecidos limites aos depósitos que os bancos podem ter fora do país”.<sup>28</sup>

23. “A aplicação de subsídios será o eixo da agenda econômica.” *El Comercio*, Quito, 1 de dezembro, 2006, p. 11.
24. CEPAL, *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2005-2006*, julho 2006, p. 173.
25. “Dívida: mudanças à argentina.” *Hoy*, Quito, 15 de dezembro, 2006, p. 3A.
26. “Rafael Correa quer sentar os credores à mesa.” *El Comercio*, Quito, 29 de novembro 2006, p. 10.
27. “O panorama para o empresário é de grande cautela.” *El Comercio*, Quito, 28 de novembro de 2006, p. 2.
28. “12 conceitos básicos de Rafael Correa.” *El Comercio*, Quito, 26 de novembro, 2006, p. 9.

O governo, em resumo, buscará fortalecer o papel do Estado “tanto como regulador como promotor de processos de redistribuição da riqueza, fortalecimento da infra-estrutura estatal em casos como o do petróleo, da eletricidade e das comunicações”.<sup>29</sup> Mas, para cumprir essas promessas que buscam alterar o papel do Estado e satisfazer algumas das necessidades dos mais pobres, deve reconciliar sua política nacionalista e redistributiva com o pragmatismo necessário para não espantar os investidores estrangeiros e os capitalistas locais. Além disso, terá que fazer políticas redistributivas sem cair na tentação da irresponsabilidade fiscal e deverá manter a dolarização que, nas palavras de Thalia Flores, “é a única certeza e é uma blindagem” diante das tentações do populismo econômico.

Como aponta Catherine Conaghan, ainda que a Carta nacionalista lhe pudesse fazer ganhar créditos políticos no país, seu maior sócio comercial são os Estados Unidos, que de imediato estendeu as tarifas preferenciais para as exportações equatorianas por seis meses. Mas se Correa cumprir sua promessa de fechar a base militar de Manta, de onde os Estados Unidos monitoram o narcotráfico e a migração ilegal, essas relações vão esfriar.<sup>30</sup> Por último, Correa está privilegiando relações com os países socialistas democráticos como Chile, Brasil, Argentina ao invés das relações com Venezuela e Cuba.

Correa parece estar abrindo demasiadas frentes de luta para levar a cabo sua “revolução cidadã”. Seu nacionalismo pode provocar enfrentamentos com os organismos multilaterais que podem ser arriscados para um país tão pequeno. Algumas de suas políticas econômicas sofrerão resistência dos setores empresariais. Além disso, terá o desafio de reativar a produção petrolífera e de revitalizar a companhia estatal de petróleo, pois o Equador exporta óleo cru e importa derivados que são subsidiados pelo Estado. Se a esse panorama delicado se soma o provável conflito com o Congresso e os partidos políticos, poderiam se repetir as experiências recentes em que os presidentes eleitos foram depostos por alianças entre os militares e os políticos e por mobilizações populares.

#### 4. CONCLUSÕES

**E**ssa eleição se deu em nome da cidadania e da democracia. Correa disse buscar um aprofundamento desta por meio da criação de espaços deliberativos de construção da cidadania. Noboa disse ser a encarnação da estabili-

29. Ponce, Javier, “Cenários,” p. 3.
30. “Correa’s challenge.”

dade democrática diante das ameaças bolivarianas de Correa. O termo democracia de novo apareceu como o eixo das lutas políticas pelo qual se analisará brevemente o que os atores políticos entendem por democracia.

Para começar, do mesmo modo que a maioria de políticos equatorianos, Correa e Noboa tomaram atitudes instrumentais em relação aos procedimentos e normas da democracia liberal. Desse modo, ainda que reconheçam algumas instituições, nem sempre respeitam as leis e os procedimentos. Noboa jamais pagou as multas por ter se excedido nos gastos eleitorais, por exemplo, e Correa provavelmente terá que utilizar artimanhas legais para viabilizar a consulta popular. Essa atitude instrumental diante da lei termina minando a legitimidade do sistema democrático.

Correa propôs a construção de cidadania como alternativa ao clientelismo em que se assenta o sistema de partidos em vigência. A idéia de eleições sem a mediação de partidos, os chamados à criação de espaços deliberativos e de planejamento democrático se baseiam nesse projeto de revitalizar o cidadão. Mas o problema é que, na ausência de instituições sólidas, esses chamados à cidadanização possam se transformar na criação de mecanismos de apoio incondicional aos planos do líder. As assembleias podem ser manipuladas e as resoluções já podem estar pactuadas de antemão para que, dando a sensação de participação, sejam executadas as diretrizes que vêm de cima. Na ausência de um Estado de Direito que garanta a dissensão, as assembleias e comitês deliberativos podem se degenerar em espaços a partir dos quais se defenda o processo ou a revolução e a partir dos quais se desqualifique como inimigos os que não estejam de acordo com as diretrizes que vêm de cima.

Para muitos seguidores de Correa, a democracia e a possibilidade de que ocorram mudanças decorrerão das lutas e dos enfrentamentos nas ruas e em outros espaços públicos. Essa visão de que a verdadeira democracia está nas ruas é um legado da forma populista pela qual se entendeu a democracia no Equador como a ocupação de espaços públicos em nome de um líder. A democracia dos tumultos, vista como a essência da expressão da vontade do soberano, tem o defeito de embasar-se no desconhecimento dos direitos dos opositores, transformados nos inimigos que devem ser silenciados.

Em conclusão, os novos cenários que prometem maior democratização devem assegurar espaços para que a dissensão se articule e, se propõem a criação de cidadanias, não podem cair na tentação de, em nome do líder ou do processo de mudança, atropelar instrumentalmente a normativa, sem respeitar os direitos daqueles que não comunguem com seu projeto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 12 CONCEITOS BÁSICOS de Rafael Correa. *El Comercio*, Quito, p. 9, 26 nov. 2006.
- A APLICAÇÃO DE subsídios será o eixo da agenda econômica. *El Comercio*, Quito, p. 11, 1º dez. 2006.
- AUYERO, Javier. *Por people's politics*. Durham e Londres: Duke University Press, 2000.
- CEPAL. *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe, 2005-2006*. p. 173, jul. 2006.
- CONAGHAN, Catherine. Correa's challenge: can Ecuador's comeback kid govern? *Current History*, fevereiro 2007. (no prelo)
- CONGRESSO E ASSEMBLÉIA podem coexistir. *El Comercio*, Quito, p. 6, 29 nov. 2006.
- DE LA TORRE, Carlos. Populismo, democracia, protestos e crises políticas recorrentes no Equador. *Europa América Latina - Análises e Informações*, n. 21, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2006.
- DÍVIDA: MUDANÇAS à argentina. *Hoy*, Quito, p. 3A, 15 dez. 2006.
- EDELMAN, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- MAYORGA, Fernando. *Neopopulismo y democracia*. Compadres y padrinos en la política boliviana. Cochabamba: CESU-UMSS, 2002.
- O PANORAMA PARA o empresário é de grande cautela. *El Comercio*, Quito, p. 2, 28 nov. 2006.
- PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. Equador: Democracia ou dominocracia? 2006, manuscrito não publicado.
- PONCE, Javier. Cenários do governo de Rafael Correa. *La Insignia*, 8 dez. 2006, p.2. [http://www.lainsignia.org/2006/dezembro/ibe\\_022.htm](http://www.lainsignia.org/2006/dezembro/ibe_022.htm).
- RAFAEL CORREA QUER sentar os credores à mesa. *El Comercio*, Quito, p. 10, 29 nov. 2006.
- SERÁ INDISPENSÁVEL A mobilização social. *Expreso*, Guayaquil, 04/12/06, <http://www.expreso.ec/html/politica1.asp>
- WEYLAND, Kurt. Clarifying a contested concept. Populism in the study of Latin American politics. *Comparative Politics* 34 (1), p. 1-23, 2001.

CARLOS DE LA TORRE  
Professor-pesquisador de FLACSO-Ecuador.

JORGE ESPINOZA MALTEZ  
MORENA GUADALUPE ESPINOZA

**E**m 5 de novembro de 2006, o partido Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), com Daniel Ortega como candidato, venceu as mais recentes votações presidenciais da Nicarágua, depois de três derrotas consecutivas do mesmo candidato liderando esse agrupamento político de origem marxista, que nos anos 80 dirigiu uma revolução sociopolítica, cujo impacto (positivo ou negativo, conforme a avaliação) ainda persiste.

As últimas quatro eleições foram marcadas pela polarização política que se explica como seqüelas de um conflito sociopolítico e militar que estremeceu o país e pôs essa nação centro-americana na encruzilhada da Guerra Fria.

#### I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS, REFERENTES DO NOVO MAPA POLÍTICO

**E**m 19 de julho de 1979 a FSLN, liderando distintos setores sociais, tomou o poder por meio de uma guerra civil que culminou na derrota de Anastasio Somoza Debayle, o último ditador da família Somoza, que desgovernou a Nicarágua com mão de ferro durante cinco décadas nas quais contou com a assessoria e o financiamento dos governos dos Estados Unidos. Na década de 1980, houve transformações sociopolíticas e econômicas. Ao invés da economia de mercado passou-se a seguir o modelo de economia centralizada. A

insurreição vitoriosa mudou a história contemporânea do país ao se constituir em triunfo da Revolução Popular Sandinista, abrindo e fortalecendo relações de cooperação com os países da órbita socialista hegemônica pela URSS.

Em 1981, os anti-sandinistas (Resistência Nicaragüense) chamados contra-revolucionários iniciaram a guerra ao novo governo. Era um exército irregular organizado e financiado pelo presidente Ronald Reagan, que acusava os sandinistas de apoiar a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional, FMLN, movimento guerrilheiro (de esquerda) de El Salvador. Além disso, os Estados Unidos impuseram um bloqueio econômico. Por essas ações, o governo de Reagan teve um problema internacional, a ponto de ter sido sentenciado culpado pelo Tribunal Internacional da Haia.

### 1.1 1990-2006: quatro disputas eleitorais

A FSLN governou até 25 de abril de 1990, dois meses antes (25 de fevereiro de 1990) o partido, que se autodefinia como “vanguarda do povo e de sua revolução”, perdeu as eleições para Violeta Barrios de Chamorro, que liderava a União Nacional Opositora (UM), uma aliança de vários partidos opostos ao modelo sandinista. Chamorro se centrou em desmontar as incipientes empresas estatais fomentadas pelos sandinistas; em abrir o mercado e em tentar estabilizar a macroeconomia. Para isso, houve uma série de privatizações e demissões em massa através do plano de conversão ocupacional no setor público visando reduzir ao máximo o gasto público.

A segunda eleição depois da etapa revolucionária ocorreu em novembro de 1996. Deu-se o mesmo fenômeno da UM, mas dessa vez os partidos competiram sob a legenda do Partido Liberal Constitucionalista (PLC). Assim, o PLC chega ao poder com a vitória e leva à Presidência o doutor Arnoldo Alemán, que assume a máxima magistratura em 10 de janeiro de 1997. Seu governo continuou as transformações macroeconômicas, aplicou medidas neoliberais e foi manchado por uma série de acusações de corrupção tanto contra o presidente, como contra sua família e funcionários públicos muito próximos a ele.

O atual presidente, o engenheiro Enrique Bolaños, foi o terceiro a vencer Daniel Ortega nas urnas. Bolaños foi eleito em novembro de 2000, quando concorreu como candidato do PLC e venceu, apesar da questionada imagem do presidente desse partido, o doutor Arnoldo Alemán (acusado de corrupção).

### 1.2 Interesses econômicos divergentes, chave para explicar a divisão entre liberais

Em entrevista concedida para este artigo, o doutor em Sociologia Napoleón Alvarado destaca que observadores políticos concordam que, a partir do período de governo do doutor Alemán, a cúpula do PLC compõe-se por setores sociais do estrato socioeconômico baixo e médio, que enriqueceram à sombra do governo e emergiram como um novo bloco econômico e político. O novo grupo exerce o poder e o disputará com o setor empresarial, a aristocracia financeira e os velhos grupos econômicos que no passado exerceram controle hegemônico da economia nacional. Esse último setor era a base da Aliança Liberal Nicaragüense, ALN, grupo político que, com o banqueiro Eduardo Montealegre como candidato, era o favorito do governo dos Estados Unidos.

A origem divergente (e até excludente) dos interesses econômicos representados pelo PLC e pela ALN é um dado relevante para explicar a divisão interna dos liberais, fato que ajuda a avaliar a dimensão da divergência entre o PLC e a ALN (Aliança Liberal Nicaragüense), realidade que, no limite, foi determinante nos resultados eleitorais na Nicarágua durante o recente novembro de 2006.

O novo bloco político-econômico (novos ricos em ascensão), que controla o PLC e que tem como cabeça visível o ex-presidente Alemán, exercerá o poder e o disputará com a ALN, ou seja – seguindo esse enfoque –, o grupo emergente se enfrenta politicamente com o setor empresarial com trajetória e tradição na Nicarágua.

Na Nicarágua, historicamente o setor empresarial nunca aglutinou com êxito um agrupamento político que dispute e assuma o poder político. A revolução liberal de José Santos Zelaya (1893) percebeu a oportunidade de uma modernização integral do país e assentou as bases para que o incipiente empresariado *criollo* se organizasse politicamente e assumisse as rédeas do poder político, mas o modelo desenvolvido pela revolução liberal foi abruptamente interrompido em 1909 pela intervenção direta (política, econômica e militar) dos Estados Unidos, potência que desde essa época interferirá no rumo e nas atribuições dos nicaragüenses.<sup>1</sup>

1. “Em 1910 e 1911, quando destroem o governo de Zelaya, os Estados Unidos conseguem com os pactos Dawson proibir, proscrever, declarar ilegítimo o Partido Liberal e seus líderes. Liquidam o liberalismo e os liberais. Desaparecem do mapa e por escrito: *(continua)*”

Os setores econômicos tradicionais deixaram que outros exercessem o poder político e reservaram para si o poder econômico. Muitos recebem os benefícios que a classe política lhes oferece. Conviveram e cresceram com as diferentes administrações da família Somoza. Para esse grupo econômico, esse estado de coisas é o ideal se quem exerce o poder se alinha política, econômica e ideologicamente com os Estados Unidos.

### 1.3 Nicarágua pós-bélica dividida em três grandes blocos eleitorais

De acordo com a interpretação do doutor Alvarado, o triunfo de Ortega torna evidentes algumas considerações sobre a realidade política da Nicarágua de hoje, a saber:

1. Demonstra que nas quatro últimas eleições na Nicarágua nenhuma força política venceu completamente.
2. Consta que o eleitorado da Nicarágua continua dividido em três grandes segmentos mais ou menos homogêneos e bastante similares numericamente. Esses setores são: a) anti-sandinistas; b) não sandinistas; c) sandinistas.

Em 1990, o um terço de “voto duro” sandinista se manteve, assim como ocorreu com o outro terço de “voto duro” anti-sandinista; nessa ocasião, o setor que decidiu as eleições foi o setor não sandinista, mas que não é originalmente anti-sandinista. Em 1996, quando Alemán venceu, se manteve a mesma dinâmica. O PLC reteve o “voto duro” anti-sandinista e captou esse outro setor de eleitores que alguns chamam “indeciso” e outros denominam “democrático”, mas que, para fins práticos, é um segmento de eleitores que adere à opção política que na conjuntura da eleição lhe faça a oferta mais atraente, mais estável e menos traumática.

Em 2001, o grande eleitor foi sempre “o medo”: o engenheiro Bolaños, eleito como candidato do PLC, foi o terceiro que venceu Daniel Ortega nas urnas. Destacou novamente como eixo de campanha eleitoral o medo do retorno da FSLN ao poder.

(continuação) esses pactos afirmam que nunca mais Zelaya e o zelayismo poderão retornar ao poder”. Aldo Diaz Lacayo, historiador e ex-diplomata nicaraguense, na entrevista intitulada “Nicarágua tensiona projeto dos Estados Unidos na região”. Periódico *El Nuevo Diario*, 27 de abril de 2006.

As eleições de 2006 demonstram que no fundo o eleitor não se moveu. A FSLN, nas quatro eleições manteve a mesma porcentagem (44%), do mesmo modo que as forças liberais (55%). Os sandinistas obtiveram 37,9%, e se somados os 6% do MRS, que são votos dissidentes da mesma ideologia, se chega à mesma porcentagem. Nesse ano, como os liberais participaram divididos, somados seus respectivos votos, obtiveram porcentagem similar a votações anteriores: 27% o PLC e 28% a ALN.<sup>2</sup>

De acordo com o doutor Alvarado, essa atitude quase imóvel do eleitor nicaraguense pode ser explicada através da psicologia social. Apesar de transcorridos 16 anos desde o acordo de paz entre sandinistas e contra-revolucionários, a profunda dor e tragédia da guerra ainda está latente. Parte da dinâmica da guerra é polarizar o conflito, representando os antagonistas em bons e maus, mesmo sendo a realidade humana uma mescla. A guerra humana se faz ideológica e emocional. O aspecto ideológico que subjaz a cada grupo antagonístico pode ser vencido racionalmente, mas não é fácil superar a enorme carga emocional assumida durante a vivência de um enfrentamento armado que deixou pelo menos 50 mil mortos.

A propaganda eleitoral também foi uma guerra na qual cada partido construiu um inimigo. As quatro disputas eleitorais foram marcadas por propaganda eleitoral que rememora diretamente essa guerra. Os opositores da FSLN a venderam como um inimigo presente e os eleitores que emocionalmente a vêem como um inimigo votam no partido contrário que tenha maior oportunidade de vencê-lo, independentemente de quem o lidere ou de qual seja seu programa de governo. Isso explica por que tanto Alemán como Ortega têm seguidores e adversários.

## 2. ELEIÇÕES 2006

**E**m 2006 participaram cinco partidos: a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) que formou com vários grupos políticos minoritários a aliança “Unida Nicarágua Triunfa” representando quase todos os setores sociopolíticos. A FSLN conseguiu capitalizar o “voto duro sandinista” e seu eixo de propaganda de “reconciliação e paz” desenvolvido durante a campanha teria neutralizado temores em setores não sandinistas.

Os liberais participaram em duas facções: o Partido Liberal Constitucionalista (PLC) e a Aliança Liberal Nicaraguense (ALN). O PLC se manteve

2. Dados oficiais do Conselho Supremo Eleitoral CSE.

firme no apoio ao ex-presidente e atual réu Arnoldo Alemán e seus votos teriam sido provenientes do “voto duro anti-sandinista”.

A ALN, uma fração que se despreendeu do PLC, centrou sua crítica na atual liderança do PLC (Alemán) e o acusou de fazer muitas concessões à FSLN, durante as negociações políticas nas quais o PLC e a FSLN acordaram reformas da Constituição, permitindo a distribuição de cargos nos distintos poderes do Estado. Esses acordos são conhecidos por seus críticos como o Pacto. A ALN conseguiu o maior número de votos dos setores não sandinistas e provavelmente uma forte corrente de votos foi proveniente dos dissidentes sandinistas que na véspera das eleições apoiavam o MRS, mas ecoaram a idéia de que seu voto deveria ser útil, isto é, deveria ser dado a uma força potencialmente vencedora “capaz de derrotar Daniel Ortega...”.

Entre o PLC e a ALN, durante a campanha, houve uma verdadeira batalha pelo segundo lugar porque a FSLN sempre liderou a intenção de votos nas pesquisas. O cálculo político era que, se houvesse um segundo turno eleitoral, o segundo colocado ganharia, dado que a maioria dos eleitores se inclinaria contra a Frente Sandinista.<sup>3</sup> A propaganda entre liberais foi violentíssima.

O quarto partido na disputa foi o Movimento Renovador Sandinista (MRS), representante de uma divisão do sandinismo, que se define por uma opção mais de centro-esquerda e questiona as atitudes da cúpula da FSLN durante as últimas décadas, por ter se aproximado do Dr. Arnoldo Alemán. O MRS foi liderado por Herty Lewites, que foi ministro do Turismo durante os anos 80 e prefeito da capital, Manágua, pela Frente Sandinista, no início do século XXI. Lewites, renomado dissidente sandinista, contava com muita simpatia de parte dos sandinistas e não sandinistas, do mesmo modo que de setores liberais e de centro. Durante a campanha eleitoral, chegou a estar à frente nas pesquisas de intenção de votos. Sua morte repentina, de infarto, provocou uma reviravolta nas aspirações do MRS, que no fim só obteve cinco deputados.

A chapa que substituiu Herty Lewites era formada por Edmundo Jarquín e Carlos Mejía Godoy. Jarquín, um funcionário público honrado do sandinismo e renomado economista que renunciou a seu trabalho no BID para se

3. Um dia após as eleições, depois de divulgado o primeiro informe oficial de resultados eleitorais, Eduardo Montealegre, em conferência de imprensa, afirmou que “esperará que o Conselho Supremo Eleitoral termine a contagem dos votos das eleições de ontem, mas que as estatísticas de seu partido apresentam uma diferença de menos de cinco pontos frente à FSLN, motivo pelo qual está ‘pronto’ para uma segundo turno” (*El Nuevo Diario*, Edição digital. 6 de novembro de 2006).

integrar à disputa eleitoral; Mejía Godoy é o popular “cantautor” da revolução sandinista. Observadores políticos concordaram que a campanha do MRS foi uma das mais inovadoras, mas não teve financiamento suficiente para chegar a todos os rincões do país.<sup>4</sup>

O quinto partido participante foi a Alternativa pela Mudança (AC), único grupo a concorrer sozinho, que terminou com menor número de votos, a ponto de não obter sequer uma cadeira na Assembléia Nacional. Seu candidato presidencial foi Edén Pastora, o legendário “Comandante Zero” que liderou o comando sandinista que tomou o Palácio Nacional (Parlamento) de Somoza na etapa pré-insurrecional, em agosto de 1978.

## 2.1 Por que a FSLN venceu?

O triunfo eleitoral sandinista é o resultado de uma espécie de equação sociopolítica na qual se combina a divisão do voto liberal (“voto duro anti-sandinista”, representado pelo PLC), e o voto não sandinista (ALN), organização que também teria atraído eleitores da terceira via e dissidentes sandinistas. A divisão do “voto democrático” requereu outros componentes tais como a redução do requisito constitucional que baixou para 35% a porcentagem de votos válidos para que um partido consiga a Presidência, toda vez que a opção vencedora supere a segunda força em cinco por cento de votos. Essa reforma constitucional é parte dos acordos feitos em anos recentes entre o PLC (com Alemán como líder) e a FSLN liderada por Ortega. É parte do que os críticos chamam “o Pacto PLC-FSLN”.

Os Estados Unidos tiveram um papel preponderante através de sua embaixada em Manágua, que respaldou a candidatura de um político principiante da ALN<sup>5</sup> e deixou evidente que o PLC – com o doutor Alemán à frente – administra “o voto duro anti-sandinista” e representa ao menos 20 por

4. Em agosto de 2006, pesquisa da CID Gallup revelou que Edmundo Jarquín tinha 14% de votos a seu favor, um mês depois de ter assumido a candidatura. Canal 2/A Prensa/CID Gallup.

5. Em todo o ano de 2006, o embaixador Paul Trivelli foi um ator a mais da campanha política nicaraguense. Tentou unificar as forças liberais para que participassem juntas e chegou ao extremo de propor eleições primárias organizadas e fiscalizadas por funcionários estadunidenses. Quando essa iniciativa foi desdenhada pelo PLC, o embaixador censurou o Dr. Arnoldo Alemán e de modo progressivo foi deixando claro seu apoio público à candidatura de Eduardo Montealegre, da ALN. Ver periódico *El Nuevo Diario* de: 3, 4 e 5 de janeiro de 2006, 5, 6, 8 e 19 de abril de 2006 e 26 de setembro de 2006.

cento do eleitorado. Isso já havia sido constatado nas eleições municipais, quando o PLC teve um êxito extraordinário contra seus dissidentes.

O bombardeio midiático pró-ALN, tentando “convencer” os eventuais eleitores de que essa opção liberal tinha a maior intenção de votos e seria capaz de derrotar a Frente Sandinista, no fim se converteu em um bumerangue para o resultado final do “voto democrático”, porque se infere que essa facção conseguiu atrair votos que eram do PLC e, assim, dar à Frente Sandinista a vantagem de cinco por cento.

## 2.2 *Um governo (obrigado a ser) de centro pela realidade política*

No contexto que se vislumbra, o novo governo terá como seu maior desafio equilibrar a economia nacional e as relações internacionais, garantindo uma economia de mercado e tendo como eixo central a busca material de uma melhora significativa das condições de vida da maioria.

Se conseguir manter esse equilíbrio, será um governo exitoso com amplas possibilidades de se reeleger na próxima disputa eleitoral. Se os dois campos de ação se chocarem, será um desastre como governo e será a última oportunidade de Daniel Ortega de estar na Presidência. Além do mais, daria à FSLN uma imagem negativa que dificultaria muito o aumento de seu número de simpatizantes e alguns dos eleitores que lhe estão dando uma “segunda oportunidade” se voltariam para outras forças políticas.

Concordando com essa análise, o ex-presidente da Assembléia Nacional, Cairo Manuel López, afirma que esta é a “oportunidade de ouro para um bom governo” que deveria se centrar em:

1. Formar uma equipe de governo pluralista;
2. Respeitar a propriedade privada;
3. Respeitar as liberdades fundamentais;
4. Atrair o investimento estrangeiro.

## 2.3 *Quadro político pós-eleitoral: um governo de unidade nacional à vista*

Durante os anos 80, Ortega manteve um governo vertical com tendência socialista. Com o novo contexto econômico e social mundial não se vislumbra que no período 2007-2011 tente reeditá-lo. Tudo indica que a FSLN terá uma tendência de centro, equilibrando sua bandeira de luta pelos pobres

com as novas leis do mercado global. A FSLN venceu tendo como chapa eleitoral Daniel Ortega e como vice-presidente Jaime Morales Carazo, ex-dirigente da Contra-revolução, ligado economicamente ao sistema financeiro. É liberal renomado e padrinho do ex-presidente Alemán.

O lema eleitoral da FSLN foi “paz e reconciliação”. Os atos de Ortega antes e depois da eleição mostram que a tendência de seu governo é promover um governo de “unidade nacional”. Prova disso é que o presidente eleito, depois de confirmada sua vitória, teve seu primeiro encontro público com investidores nacionais e estrangeiros, aos quais reafirmou a vontade de seu próximo governo de respeitar as regras do jogo, promovendo a responsabilidade empresarial e tratando de não descuidar dos interesses sociais dos trabalhadores.

Nas primeiras semanas transcorridas depois das eleições, Ortega conversou com diferentes setores, a empresa privada, governos centro-americanos e latino-americanos, meios de comunicação etc. Comprometeu-se a respeitar a liberdade de expressão, contrariamente ao forte controle estatal dos meios de comunicação dos anos 80. Como presidente eleito, se reuniu com quase todos os presidentes centro-americanos e, em conferência em Honduras, acompanhado do presidente dessa nação, Manuel Zelaya, expressou seu interesse de que na América Central haja união e de que os exércitos e o nível de armas na região se reduzam a limites razoáveis.

## 2.4 *Os três possíveis cenários*

1. Que as ações e a prática político-econômica levem o novo governo à esquerda. A Frente Sandinista terá que vencer a tentação de atender a demandas sociais que a realidade orçamentária não permite cobrir. Sua origem como movimento guerrilheiro de esquerda e os antecedentes de tendência populista terão que se equilibrar com maturidade, prudência e pragmatismo político.
2. Que o novo governo, em seu afã e interesse de “não ficar mal com os gringos” nem com os “investidores internacionais” nem com os empresários *criollos*, opte por uma política econômica (independente da linguagem que use) que privilegie o mercado, em detrimento do Estado e da situação social da população economicamente mais vulnerável, o que na prática o empurraria para a direita.
3. E o terceiro cenário é equilibrar mercado e Estado. Se o novo governo caminhar só pela linha da atual euforia da ascensão da esquerda nos

povos latino-americanos, e se não tiver boas relações com os Estados Unidos e com o FMI, não conseguirá ter êxito. Por outro lado, perderá popularidade se não atender às demandas socioeconômicas básicas da população que são reais e legítimas. Nesse caso, tenderia só à direita.

Assumindo que os dois primeiros cenários são extremos, a verdade está mais ou menos no meio termo, ou seja, no bom desempenho governamental nesse contexto, ou seja, no terceiro cenário.

O desafio está colocado. O novo governo será obrigado a construir esse equilíbrio. É um equilíbrio que cabe a um partido que demonstrou, sem dúvida, a maior habilidade política dos últimos quarenta anos. O desafio é trabalhar com base nos limites que essas opções lhe dão. Mas, na realidade, não há como esperar que o novo governo possa sair do sistema democrático ou possa romper com as regras do jogo democrático.

### 2.5 Outros desafios: os equilíbrios obrigatórios para o governo e demais setores políticos protagonistas

O novo governo, se chegasse a optar pela linha de centro que a atual conjuntura pressagia, tem três equilíbrios a fazer:

1. Como poderá ter boas relações com os Estados Unidos e ao mesmo tempo com a Venezuela e a esquerda latino-americana?
2. Estando sujeito à disciplina do FMI – que diz não se deve gastar o que não se tem –, como poderá o novo governo dar ao povo da Nicarágua uma melhoria econômica significativa?
3. Como fará para, respeitando o mercado e as liberdades do mercado, conseguir que o Estado desempenhe um papel real em pontos econômicos estratégicos ou importantes para o futuro da nação? Terá que resolver a velha discussão Estado-mercado.

Nenhum dos três partidos mais fortes conseguiu os 47 deputados necessários para aprovar leis nem muito menos os 60% de votos necessários para ocupar cargos importantes como os de juiz da Corte Suprema de Justiça e do Conselho Supremo Eleitoral.<sup>6</sup> Portanto, para a aprovação de leis e nomeação

6. Assim estabelece o Artigo 138 da Constituição Política da Nicarágua.

de magistrados será preciso ter os votos de ao menos duas das bancadas parlamentares. A unidade PLC e ALN não se vislumbra.

### 3. FSLN “SÓCIA MAJORITÁRIA” COM O PLC OU A ALN COMO EVENTUAIS “SÓCIOS MENORES”

Uma das perguntas-chave do novo mapa político é se vai haver ou não um equilíbrio de forças. Se isso ocorrer, haverá estabilidade. Se não, não haverá. Existe o entrave dos cargos importantes dos quais ninguém abrirá mão, porque os dois sócios vão procurar um modo de co-governar e de ganhar força para a próxima eleição em 2011. Isso indica que a FSLN deverá buscar um aliado estratégico que pode ser o PLC ou a ALN.

#### 3.1 Quem é o aliado estratégico nesse novo contexto?

Uma eventual aliança (estratégica) do novo governo – leia-se FSLN – com o PLC tem a vantagem de que já se conhecem, já sabem que quando dizem que cumprirão um acordo, o cumprem. A desvantagem para a FSLN seria ser mal vista pela má fama de Arnoldo Alemán. Pagaria um custo alto, ainda que fosse uma aliança bastante estável.

Uma possível aliança (estratégica) da FSLN com a ALN tem a vantagem de dar maior estabilidade global, de representar o capital banqueiro e de ser bem vista pelos Estados Unidos. Como desvantagem: a imaturidade política das forças da ALN. É necessário esperar para saber como trabalharão os diferentes membros dessa aliança, se serão estáveis ou se haverá conflitos internos que possam enfraquecer esse novo partido.

A outra possibilidade é a de que a FSLN se alie estrategicamente com o PLC, segundo o Dr. Alvarado, e com a ALN, de forma secundária. Desse modo, manteria sua idéia de “unidade nacional”. Ao repartir os cargos, o governo contemplaria os dois e evitaria que uma das facções liberais se afastasse. O ideal seria manter alianças com ambas as forças (liberais), porque, para certas leis, um partido lhe dará mais respaldo do que outro.

Os cinco deputados do MRS podem ter um papel importante quanto à formação de alianças com outras bancadas. Se a FSLN mantiver sua promessa de governo equilibrado, e os membros do MRS não se deixarem levar pelas diferenças emocionais que têm com a cúpula sandinista, os dissidentes sandinistas também serão seus aliados na aprovação de leis, pois estariam atuando



na linha de sua plataforma programática, de centro. Caso contrário, o MRS se voltaria para negociações com as tendências liberais.

### 3.2 Guerra para ser a segunda força política

Tanto o PLC como a ALN desde a campanha eleitoral disputaram o segundo lugar como força política. Tal disputa continua. Segundo os resultados das eleições presidenciais, a ALN obteve o segundo lugar com 28,3% e, por isso, Eduardo Montealegre, candidato presidencial da ALN, foi eleito deputado, segundo o artigo 133 da Constituição Política da Nicarágua. Não obstante, se levamos em conta os resultados das eleições de deputados departamentais e nacionais, o PLC ocupa o segundo lugar, porque obteve 25 cadeiras e mais seis para o Parlamento Centro-americano (Parlacen).

A nova Assembléia Nacional ficou assim: a FSLN obteve 38 deputados, o PLC ficou com 25, a ALN com 22 e o MRS, com 5 representantes. A FSLN obteve 37,9%, a ALN 28,3%, o PLC 27,11%, o MRS 6,29% e a AC 0,29%.<sup>7</sup>

## 4. PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

O Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD revela que em 2005 79,9% dos nicaragüenses sobreviviam com uma renda diária de dois dólares, ou seja, estão abaixo da linha da pobreza. Em 2004, o governo do engenheiro Bolaños conseguiu o perdão de 80% da dívida externa. Não obstante, a alta taxa de desemprego<sup>8</sup> e de migração para a Costa Rica e os Estados Unidos<sup>9</sup> mostra que a maioria da população carece das condições mínimas para ter uma vida digna.

7. Dados oficiais do Conselho Supremo Eleitoral (CSE).

8. O Índice de Desenvolvimento Humano do ano 2000 revelou que cerca de 60% das pessoas ocupadas estão no setor informal, ou seja, não têm um emprego fixo. A maioria são mulheres.

9. Nos anos 70 e 80, a quantidade de nicaragüenses no exterior representava menos de 3% da população. Na década de 1990 essa proporção chegou a 13%. Até 2001, os principais destinos eram Costa Rica e Estados Unidos, 69% e 29% do total de migrantes respectivamente. Estima-se que na Costa Rica haja cerca de 350 mil migrantes nicaragüenses ilegais e que o fluxo anual seja de 20 a 30 mil pessoas. (Olimpia, Torres citada em Espinosa Isolda. Perfil de género de la economía nicaragüense en el nuevo contexto de la apertura comercial. UNIFEM 2004).

A análise de Cairo Manuel López, ex-presidente da Assembléia Nacional, expressa que na atual conjuntura os depósitos a prazo foram transferidos para contas de poupança ou de depósitos à vista e tanto os investidores como os bancos credores estão na expectativa de como atuará o novo governo, o qual provavelmente procurará manter o fluxo da economia. Para isso, provavelmente haja certas medidas econômicas como o aumento de impostos de bebidas gasosas, runs e cigarros, o aumento ao imposto seletivo de consumo e a ampliação da base de contribuintes.

Conjectura-se que o córdoba não será desvalorizado em um curto prazo, as remessas se manterão e darão alguma estabilidade e mesmo que a construção possa decrescer, o Programa de rodovias e caminhos poderia se dinamizar. Provavelmente também pode haver um aumento do turismo social da Europa.

Por outra parte, o mesmo Cairo Amador prevê que à medida que forem sendo aplicadas as diferentes medidas econômicas, se essas tenderem mais a um dos extremos, para a esquerda ou para a direita, o país teria tensões com a América Central e os Estados Unidos.

Uma das principais tarefas do novo governo é capitalizar a globalização sem que isso ocorra em detrimento do atendimento das demandas sociais mínimas. Em síntese, seguramente a nova administração, na área econômica, escolherá um ministro que tranquilize o setor privado, especificamente o bancário, e procure melhorar o setor social. Deve respeitar as leis do mercado, mas encontrar mecanismos que dêem certas garantias mínimas. Por exemplo, conseguir abastecer todo o sistema de saúde pública com os produtos básicos.

Nesse sentido, o governo deveria buscar ampliar os mercados e, além do CAFTA, firmar Tratados de Livre Comércio (TLC) com o Cone Sul e outros países, para ter uma economia na qual haja diversificação da dependência. O desafio, então, não é somente atuar com cautela e audácia diante da globalização, mas também de se abrir a novos mercados tais como os do Brasil, da Venezuela e da Ásia.

## 5. OUTROS DESAFIOS PARA O NOVO GOVERNO

Entre os desafios do novo governo estão: melhorar as relações com os Estados Unidos, promover o investimento estrangeiro, despolarizar a sociedade (superar os medos), desatar as associações e movimentos sociais para que tragam equilíbrio e as medidas políticas não se precipitem à direita, abrir novos mercados (utilizar a globalização a seu favor), ter boas relações Estado-empresas e manter um governo transparente.

### 5.1 Melhorar relações com os Estados Unidos

A situação no Iraque, Afeganistão e Líbano influi na posição dos Estados Unidos com respeito à América Central. O resultado eleitoral de 7 de novembro no Estados Unidos foi uma mudança gigante para as duas câmaras. O eleitorado vê que Bush vai pelo caminho errado e dá a oportunidade aos democratas, faltando apenas dois anos para as eleições. Indica que os republicanos deveriam se dedicar à melhoria de sua imagem para não perder a próxima disputa eleitoral e evitar novos conflitos internacionais.

O custo da Guerra no Iraque ultrapassou os 350 bilhões de dólares e já morreram mais de 2.900 soldados estadunidenses, segundo a AFP, baseada em cifras do Pentágono. 22 mil foram feridos. O informe do Grupo de Estudo sobre o Iraque enumerou 79 recomendações ao governo do presidente George W. Bush e predisse a retirada das tropas estadunidenses, no mais tardar, no primeiro trimestre de 2008.<sup>10</sup>

O cenário estadunidense é tão importante para Nicarágua como as eleições nacionais. Se o Partido Republicano tivesse sido ratificado não teria acontecido essa aproximação com a Nicarágua. Em 28 de novembro de 2006, Thomas Shannon, subsecretário de Estado e Ortega se reuniram e revisaram a agenda bilateral. O representante estadunidense declarou “fazer todo o possível para desenvolver uma relação respeitosa e produtiva com o novo governo, sempre dentro do marco da democracia e do livre comércio”.<sup>11</sup> A imprensa local avaliou as declarações de Shannon como ponderadas. A FSLN em sua campanha eleitoral e em seu plano de governo propõe “manter relações dignas e respeitadas com todas as nações, incluindo os Estados Unidos, cujo povo respeitamos”.<sup>12</sup> Portanto, ambos os governos estão interessados em melhorar suas relações.

### 5.2 As ofertas que a FSLN deveria fazer aos Estados Unidos

A FSLN deveria capitalizar esse contexto, não para “se aproveitar da situação” mas para melhorar a relação com os Estados Unidos, porque, se con-

- 
10. Publicado no diário *La Prensa*, Nicarágua, 7 de dezembro de 2006. Primeira página.
  11. Publicado no diário *La Prensa*, Nicarágua, 28 de novembro de 2006. Seção Política.
  12. Programa de Governo de Reconciliação e Unidade Nacional. Aliança Unida Nicarágua Triunfa, FSLN. Página 9. 2006.

seguiram se entender com os republicanos, provavelmente o fariam com mais facilidade com os democratas.

Em nossa entrevista, o doutor Napoleón Alvarado opina que a FSLN deveria dar sinais de aproximação. Um deles deveria ser propor aos Estados Unidos que a Nicarágua seja o baluarte da luta contra o narcotráfico na América Central, pois isso nos favorece. A FSLN combateu o tráfico de droga nos anos 80. É um ponto de contato que interessa aos Estados Unidos e à Nicarágua. Envolver o exército e a polícia. Uma verdadeira luta contra as drogas não afeta a segurança nacional. Esse tipo de acordo pode melhorar a relação da Nicarágua com o FMI, devido ao peso que os Estados Unidos têm nesse organismo financeiro.

## 6. EUROPA NA EXPECTATIVA

**A** Europa de hoje pouco ou nada tem a ver com a dos anos 80, quando houve uma ampla solidariedade dos países socialistas e ocidentais. A nova conformação das nações européias mostra que de certo modo está curvada aos Estados Unidos, porque enviou militares para onde não queria. Se isso aconteceu, foi porque perdeu uma autonomia muito importante e não tem a capacidade, primeiro, e o desejo, depois, de ter relações com a Nicarágua como as que houve na década de 1980.

Por outra parte, o descrédito causado pela “pinhata”<sup>13</sup> foi mundial e não estimula que Europa ajude muito ou que haja uma mudança radical. O mais provável é que a Europa manterá mais ou menos as mesmas relações, talvez um pouco mais estreitas com algum país, enquanto não haja nenhum sinal diferente. O mapa político na Europa também vai mudar, mas pelo menos nos próximos cinco anos a relação será mais ou menos igual. Depois das eleições, a missão de observadores da União Européia divulgou que não tinha havido fraude e que respeitava os resultados.<sup>14</sup>

- 
13. A FSLN é acusada de, após a súbita derrota eleitoral sofrida em 25 de fevereiro de 1990, ter desviado recursos estatais para fins sociais, mas nessa “repartição” teriam ocorrido abusos, beneficiando os mais próximos à cúpula sandinista; esse episódio ficou conhecido como “a piñata” (Vasilha de barro, cheia de doces, que no baile de máscaras do primeiro domingo da Quaresma é pendurada no teto para que os concorrentes, com os olhos vendados, procurem quebrá-la com um porrete; por ext., a que se põe em uma festa familiar, de aniversário ou infantil. N. do T.).
  14. Citado em titular: “UE avalia virtual triunfo de Ortega”, 6 de novembro de 2006. Diário *La Prensa*, edição digital.

Atualmente, é o FMI que mede o cumprimento dos compromissos macroeconômicos do governo. Há um acordo internacional segundo o qual, se o país está ajustado ao FMI, o governo europeu o apóia, mas, caso contrário, não o faz.

#### 7. O PAPEL DO NOVO GOVERNO: ACABAR COM O MEDO

**A** Frente Sandinista não vai mais ser julgada pelo que fez e não fez na década de 1980. Começará a ser julgada pelo que fizer ou não fizer neste novo período. Seguramente em uma nova campanha eleitoral o medo da guerra já não será visto (não poderia ser o eixo de campanha) e, assim, terá sido sepultado. Neste período, o medo não vai ser eliminado, mas sofrerá um giro. Se houver um bom governo, provavelmente boa parte do um terço não sandinista passará para FSLN e vice-versa.

Administrar o governo com transparência é outro dos desafios que esperam o novo governo. A herança das administrações recentes criou um ambiente de certa desconfiança quanto ao manejo dos fundos públicos e mostrou a vulnerabilidade da institucionalidade e a falta de controles eficientes do gasto estatal.

#### 8. LIBERAR AS ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA NÃO SE PRECIPITAR À DIREITA

**U**m desafio vital para a FSLN é educar as pessoas, dizer-lhes o que o governo pode cumprir e o que não. Sua vantagem é ter credibilidade em setores populares. Pode falar, argumentar e explicar-lhes o que está acontecendo. Além disso, necessita que os movimentos populares sejam livres porque o FMI libera os contrários. Devem pressionar o governo o suficiente para que este possa ter mais liberdade para atender suas demandas.

Paradoxalmente a FSLN também tem o desafio de deixar as agremiações sociais livres porque necessita ter a pressão do grande capital, que lutará por políticas de direita, e do setor popular, que deve lutar por políticas sociais que atenuem os problemas. Ambas as pressões serão necessárias para satisfazer os dois lados. Isso pode ser um problema porque os dirigentes sandinistas não estão acostumados a deixar as massas livres, estão convencidos de que o modelo de direção exitoso é o verticalismo, dado que prevalece o conceito de ser um partido de vanguarda.

#### 9. ESTADO-EMPRESA PRIVADA (A MODO DE CASO)

**O** novo governo tem o desafio de demonstrar que na Nicarágua existe, sim, Estado, para regular (buscando a eficiência) o papel das empresas (transnacionais) que prestam serviços. Por exemplo, o setor energético é um dos mais vulneráveis, e dos mais questionados. É de esperar que o tom da FSLN seja: respeitemo-nos e joguemos limpo. Tentaria acordos. Criaria uma comissão que chegasse ao fundo do problema. Diria: “Se Hugo Chávez me dispõe o petróleo, vocês vão cumprir o contrato, ou faremos um novo contrato, ou novas cláusulas”.

Igual dinâmica se daria com as demais empresas. A tônica natural será a busca do consenso. A eficiência nada tem a ver com socialismo, eficiência é uma discussão técnica, não ideológica. Sem eficiência, a economia (de mercado) não funciona.

Supomos que o governo não quer expulsar as transnacionais nem estas querem deixar o país. Isso está dentro da lógica da vontade política da FSLN de respeitar as regras do jogo do atual estado de coisas. Respeitar o jogo “democrático”. Se estivéssemos em 1979, a FSLN diria a essa transnacional: Fora!

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CONFERÊNCIA DE Cairo Manuel Loupez. Jurista, ex-presidente da Assembléia Nacional. Presidente do “Grupo Pró-Justiça”
- CONSTITUIÇÃO POLÍTICA da República da Nicarágua.
- ENTREVISTA COM Napoleón Alvarado. Doutor em Sociologia, Doutor em Psicologia. Diretor do Centro de Ação Sociocultural CEAS, Diretor de Envío 1986-1993.
- ESPINOSA GONZÁLEZ, Isolda. *Perfil de género de la economía nicaragüense en el nuevo contexto de la apertura comercial*. Nicarágua: UNIFEM, 2004.
- PNUD. *Informe de Desenvolvimento Humano*, 2000.
- PNUD. *Informe de Desenvolvimento Humano*, 2005.
- PROGRAMA DE GOVERNO de Reconciliação e Unidade Nacional. Aliança Unida Nicarágua Triunfa, FSLN, 2006.

## FONTES ELETRÔNICAS

Página web do Conselho Supremo Eleitoral: [www.cse.gob.ni](http://www.cse.gob.ni)

Artigos de *El Nuevo Diario* [www.elnuevodiario.com.ni](http://www.elnuevodiario.com.ni)

Artigos de *La Prensa* [www.laprensa.com.ni](http://www.laprensa.com.ni)

Canal 2/A Prensa/CID Gallup. Pesquisa “Opinião pública nacional. Nicarágua #53 agosto, 2006.

JORGE ESPINOZA MALTEZ

Licenciado em Sociologia e em Jornalismo. Pós-graduado em Jornalismo Investigativo. Pós-graduado em Comunicação e Direitos da Infância.

MORENA GUADALUPE ESPINOZA

Licenciada em Comunicação Social. Pós-graduada em Jornalismo Investigativo. Pós-graduada em Comunicação e Direitos da Infância.

## Eleições presidenciais na Venezuela 2006: consolidação do projeto da “Revolução Bolivariana” e reafirmação da oposição democrática

CARLOS S. LUNA RAMÍREZ

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho documental, destinado principalmente a informar a opinião pública especializada da República Federativa do Brasil sobre o transcurso das diversas eleições acontecidas na América Latina, neste capítulo centrará sua atenção no último processo eleitoral do calendário eleitoral em nosso continente, ou seja, as eleições presidenciais da República Bolivariana da Venezuela que escolheram o homem que dirigirá os destinos da nação no período constitucional 2007-2013.

Nesse processo de eleições levado a cabo em 3 de dezembro de 2006, enfrentaram-se o candidato-presidente da Venezuela, que aspirava à reeleição, o tenente-coronel (R) Hugo Rafael Chávez Frías, e o governador do Estado Zulia, Manuel Rosales Guerrero, candidato de uma coalizão de partidos de oposição denominada “Unidade Nacional”, assim como outras pessoas, seja por iniciativa própria ou postulados por partidos de projeção limitada.

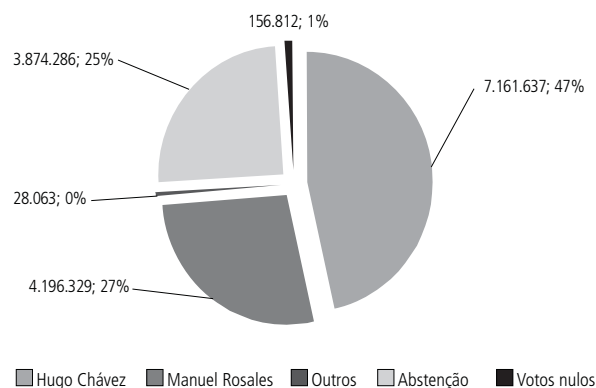
De todo esse processo saiu vitorioso o candidato-presidente Hugo Chávez Frías, que ostenta o poder desde o ano de 1999 e que agora se prepara para iniciar seu segundo período constitucional, focado em instaurar o denominado *socialismo do século XXI*, projeto este que visa à transformação do sistema político, econômico e social da Venezuela, por meio de uma reforma constitucional orientada a sustentar o ordenamento jurídico capaz de formar o *novo republicano venezuelano*.

Dito isso, o objeto desse artigo é o esclarecimento do leitor a respeito dos resultados oficiais das referidas eleições e que constituem o quadro político pós-eleitoral, a respeito do projeto político que se põe em marcha a partir do novo governo, das condições socioeconômicas do processo político, dos desafios políticos a serem enfrentados pelo novo governo nos próximos anos, das perspectivas políticas e do processo democrático, ainda mais quando se vislumbra no horizonte um processo de reforma constitucional que traz consigo múltiplas incertezas.

### I. O QUADRO POLÍTICO PÓS-ELEITORAL DA VENEZUELA EM 2007

Segundo informações extraídas do Poder Eleitoral, por meio da página web do Conselho Nacional Eleitoral ([www.cne.gov.ve](http://www.cne.gov.ve)), assim como de diários de circulação nacional, tais como *El Nacional* e *El Universal*, quase 12 milhões de eleitores devidamente inscritos no Registro Eleitoral Permanente se mobilizaram com vistas a escolher o presidente da República Bolivariana da Venezuela para o período constitucional 2007-2013. Destes, 7.161.637 votantes deram seu apoio ao candidato aspirante à reeleição, Hugo Chávez Frías, enquanto 4.196.329 pessoas marcaram as diversas cédulas que respaldavam o candidato da Unidade Nacional, Manuel Rosales Guerrero, como fica evidenciado no Gráfico 1:

Gráfico 1. Eleições presidenciais na Venezuela - dezembro de 2006.



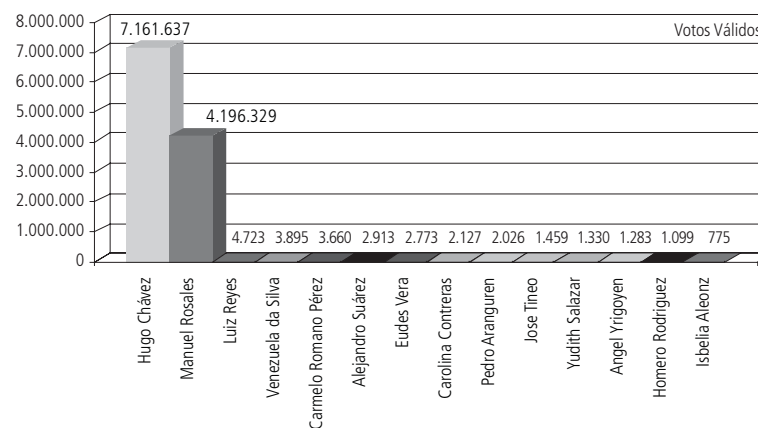
Fonte: CNE – Venezuela

Nota: Essa publicação baseia-se nos dados parciais totalizados até o dia 5 de dezembro às 10:53 a.m.

Esses resultados deixam claros muitos aspectos substantivos a serem analisados: em primeiro lugar, a alta participação que, mesmo com uma abstenção em níveis próximos ao valor histórico, superou as expectativas do Conselho Nacional Eleitoral, ainda mais depois dos altos níveis de silêncio eleitoral registrados nas eleições parlamentares de 2005, devido à desconfiança dos atores políticos de oposição frente ao sistema automatizado de votação. Os quase 12 milhões de votantes que compareceram às mesas em 3 de dezembro de 2006 geraram outro dado sem precedentes: superaram os mais altos níveis de participação que haviam sido registrados por ocasião do Referendo Revocatório Presidencial de 15 de agosto de 2004: 9.815.631 cidadãos.

Em segundo lugar, fica claro que o sistema político venezuelano continua fortemente polarizado. Segundo os números fornecidos pelo Conselho Nacional Eleitoral, no momento de proclamar vencedor das eleições e nomear o tenente-coronel Hugo Chávez como presidente eleito (com 95% das atas nacionais totalizadas), pôde-se observar que 99,75% dos sufrágios emitidos se acumularam entre as duas principais tendências, ou seja, a de Hugo Chávez e a de Manuel Rosales (oficialismo e oposição, respectivamente); enquanto que os restantes 12 candidatos tiveram que lutar para dividir os restantes 25.000 votos (Gráfico 2).

Gráfico 2. Eleições presidenciais na Venezuela - dezembro de 2006.



Fonte: CNE – Venezuela

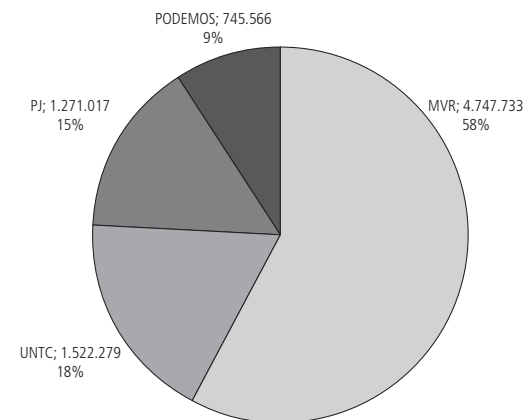
Nota: Essa publicação baseia-se nos dados parciais totalizados até o dia 5 de dezembro às 10:53 a.m.

A “polarização” aumenta graças ao fato de que, do lado do presidente-candidato Chávez, sua figura se consolida ao conseguir um milhão de votos a mais que os registrados pela opção “NÃO” no Referendo Revocatório Presidencial, e quase duplica a mais alta votação conseguida por todos os candidatos na história da democracia venezuelana, obtida por Carlos Andrés Pérez (3,8 milhões de votos, em 1988). Por sua vez, o candidato da “Unidade Nacional”, Manuel Rosales aumentou seu capital político em mais de 200.000 votos em relação à votação obtida pelo “SIM” no Referendo Revocatório, quando a oposição acumulou 3.989.008 votos.

Por último, quanto aos votos por partidos políticos e à polarização política por regiões geográficas, os partidos que saem consolidados dentro do espectro nacional são, pelo lado do oficialismo, o Movimento Quinta República (MVR) (contribuindo com 4.747.733 votos à causa de Chávez) e o PODEMOS (com 745.566 votos); enquanto no setor oposicionista prevalecem “Um Novo Tempo Contigo” (UNTC) – partido político regional fundado pelo governador Manuel Rosales no Estado Zulia e que agora passa a ter estatura nacional – e Primeiro Justiça (PJ). Aqui é preciso enfatizar a transformação do sistema político venezuelano, dada a decadência – e quase desaparecimento – dos partidos políticos tradicionais, dos quais só sobrevive o Partido Social-Cristão COPEI, que deu à candidatura de Rosales 254.719 votos. Enquanto isso, a Ação Democrática, o Movimento ao Socialismo (MAS) e a União Republicana Democrática (URD) – expoentes do antigo sistema mal chamado de *puntofijista* – desaparecem do espectro político nacional. Com isso, sem dúvida alguma foi cumprido um dos objetivos prioritários do presidente Chávez desde 1998: “Acabar com as elites políticas tradicionais”, efeito este que favorece novos agrupamentos políticos e, com isso, novas representações (Gráfico 3).

Quanto à distribuição geográfica dos votos, Chávez obteve a vitória em todos os estados, com a ressalva de que nos 10 principais centros urbanos do país, onde se concentram quase 40% do total dos votos da Venezuela, a diferença entre os dois principais candidatos foi de apenas 12%. Rosales, em cidades como Maracaibo, San Cristóbal e Mérida, assim como no leste de Caracas, obteve a vitória; enquanto o apoio chavista se concentrou em zonas rurais ou cidades pequenas. Desse modo, pode-se concluir que o apoio à oposição comandada por Manuel Rosales se consolida no ocidente nacional, enquanto que a trincheira do presidente da República se baseia no oriente e nas planícies do país.

Gráfico 3. Eleições presidenciais na Venezuela - dezembro de 2006.



Fonte: CNE – Venezuela

Nota: Essa publicação baseia-se nos dados parciais totalizados até o dia 5 de dezembro às 10:53 a.m.

## 2. REFLEXÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO QUE SE IMPLANTA: “O SOCIALISMO DO SÉCULO XXI”

**A** bandeira discursiva de Hugo Chávez desde antes de 1998, momento em que ganha suas primeiras eleições que o fizeram presidente constitucional da República da Venezuela, foi a chamada *Revolução Bolivariana*, embasada em uma transformação do corpo sociopolítico – semelhante ao jacobinismo francês em tempos da Revolução – que amputasse todas aquelas estruturas corrompidas do corpo social, instaurando assim novas instituições. Tempos depois foi formulada a necessidade da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que malbaratou a ruptura da ordem da Constituição de 1961 e, subseqüentemente, dando nascimento à “Constituição Bolivariana da Venezuela de 1999”.

A partir desse momento, a Revolução Bolivariana procurou estabelecer na Venezuela uma “Democracia Social de Direito e de Justiça, de respeito aos direitos humanos através da vida coletiva baseada na liberdade, igualdade, solidariedade e na equidade”;<sup>1</sup> enquanto no plano internacional – e ecoamos

1. Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007.

o que foi dito pelo Prof. Carlos A. Romero – começa uma mudança estrutural da identidade tradicional da política externa venezuelana. A Venezuela começa, assim, um processo de ruptura das tradicionais alianças com os Estados Unidos da América, para se identificar agora como uma nação que busca um mundo multipolar; que quer mudar o conceito comumente aceito de “democracia representativa liberal para o de uma democracia representativa e protagônica”, que se propõe uma nação antiocidental, antiglobalizadora, terceiro-mundista e apoiada em seu potencial petrolífero e gasífero.

Isso posto, a pergunta é como tornar realidade todos esses postulados. Ao responder a essa questão, percebe-se como o governo bolivariano teve que enfrentar uma série de “marchas e contramarchas” e de adaptações da revolução às circunstâncias internas e mundiais. Tal como mencionam os jornalistas Cecilia Caione e Hernán Lugo Galicia, Chávez, em 1998, acreditava em uma democracia revolucionária, nacionalista, menos representativa e mais participativa em prol da humanização do capitalismo; posteriormente, a formulação da “terceira via” proposta pelo primeiro-ministro britânico Tony Blair teve certa repercussão em suas idéias; Chávez, posteriormente, volta seus olhos para Cuba e para Fidel Castro, com o que a Revolução Bolivariana adquire sua dimensão socialista atual, cujo estandarte é o “socialismo do século XXI”, algo que ainda está por definir.

Já assegurada a reeleição de Hugo Chávez Frías para o período 2007-2013, a nova cruzada política é reformar a Constituição Nacional visando adaptá-la ao caráter socialista da República Bolivariana da Venezuela. Para maior clareza, esse discurso por demais ambíguo foi caracterizado pelo presidente Chávez – no dia de sua reeleição – do seguinte modo: “O socialismo do século XXI será original, cristão, indígena e bolivariano”.<sup>2</sup>

Assim, esse modelo novo, que aparentemente não quer seguir a receita do que foi feito em outros países, propõe a refundação da República, a qual há de ser concretizada pela entrada protagônica do “Poder Popular”, conceito que se vê materializado no chamado “Parlamentarismo de Rua e Conselhos Comuns como eixo central da transformação do Estado”.

Por outro lado, no que compete à área econômica, ainda que os parlamentares governistas, dentre os quais estão Carlos Escarrá e Erick Rodríguez, sustentem que a propriedade privada será respeitada, incluem-se outros tipos de propriedade como a social, a coletiva e a pública. Subseqüentemente, afir-

2. CAIONE e ACOSTA. Reforma Constitucional será la nueva batalla ideológica. *El Nacional*. Domingo 10 de Dezembro de 2006, Pág. A-2.

ma-se que “as relações de poder deixarão de ser verticais, convertendo-se em horizontais; para isso as formas de correlação dos fatores de produção não estarão baseadas no capital, mas sim no homem”.<sup>3</sup> Com essas palavras, tem-se a impressão de se estar em uma fase transitória dentro de um processo que se distancia do capitalismo e adota claras marcas do socialismo utópico. Em decorrência, surgem sempre perguntas politológicas centrais tais como: como serão distribuídos o poder e os recursos em uma sociedade não hierarquizada e estruturalmente assimétrica? E como se dará a função do estabelecimento da ordem e a tomada de decisões dentro do contrato social...Será também coletiva ou se concentrará em um só homem ou ainda em uma pequena elite dominante?

Outras questões centrais em que o governo bolivariano se propõe tocar nesse novo período 2007-2013, e que poderiam afetar a democracia venezuelana substantivamente seriam: em primeiro lugar a reeleição indefinida do presidente da República e a formação de um partido único da Revolução, o que atentaria contra o princípio de alternância no poder, assim como contra a pluralidade de pensamento e o dissenso – o que se constituiria em um comportamento intersocial contrário ao costume dos governos latino-americanos e da maioria do mundo.

Em segundo lugar, passar de um Estado descentralizado a um centralizado mas desconcentrado seria uma contradição do preceito constitucional que nos definiu tradicionalmente como um Estado Federal, ao mesmo tempo em que daria cada vez maiores poderes ao presidente e à elite política em postos a partir dos quais poderiam “estrangular” financeiramente aquelas regiões que estivessem em desacordo com o governo de turno, eliminando todos os avanços conseguidos desde a época da Comissão Presidencial para a Reforma do Estado (COPRE), que, na década de 1980, rompeu com um esquema hiperpresidencialista estabelecido na Constituição de 1961.

Por último, mas não menos importante, analisar as concessões dos meios de comunicação privados, assim como aprofundar a Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão ou Lei Resorte dariam amparo a um possível fechamento daqueles canais críticos ao governo e, desse modo, daria um golpe certeiro na liberdade de expressão e informação como forma de manifestar dissensão política; o que, junto com as mudanças a serem implementadas através da instauração do “Estado docente e o poder pátrio em mãos do Estado”, estaria construindo, sim, um novo republicano, mas obediente e

3. CAIONE e ACOSTA. Reforma Constitucional será la nueva batalla ideológica, op. cit.

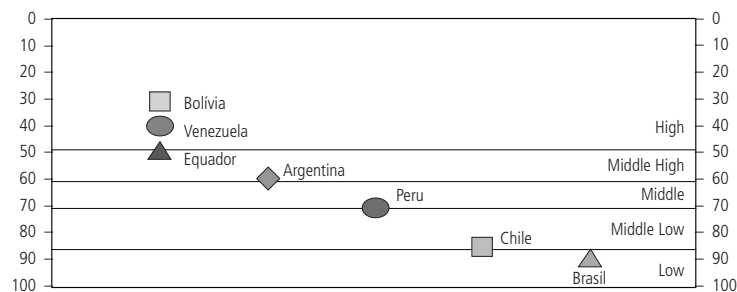
submisso a uma ideologia ou linha política determinada, e não com liberdade para pensar e para construir seu destino de acordo com suas potencialidades específicas, princípio central de uma genuína democracia.

### 3. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DO PROCESSO POLÍTICO E DESAFIOS A SEREM ENFRENTADOS PELO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ FRÍAS NO PERÍODO 2007-2013

Vistos os cenários políticos decorrentes de uma eventual reforma constitucional para instaurar o denominado *socialismo do século XXI*, é imprescindível analisar qual seria sua sustentabilidade econômica, assim como os desafios para o governo bolivariano cumprir suas promessas sociais, em sua segunda fase, ou seja, de 2007 a 2013.

Apoiando-nos em fontes diversas, tais como *Merrill Lynch*, Agência Internacional de Energia, Departamento de Energia dos Estados Unidos, *British Petroleum*, e em gráficos elaborados pela *Global Business Consultants* (GBC), companhia venezuelana de análise do contexto político, econômico e energético no âmbito da América Latina, devemos indicar em primeiro lugar que a Venezuela, comparativamente com suas contrapartes latino-americanas, navegou por águas turbulentas, principalmente no plano político – produto da crescente polarização que existe no país –, o que repercutiu no índice de risco-país de modo prejudicial, colocando-nos sob a classificação de risco-país alto (Gráfico 4).

**Gráfico 4.** Comparação do risco-país. (por atores selecionados na América Latina)



Fonte: ICRG / Benavente & Assoc./GBC

Não é nada casual o fato de que dois países que se encontram em uma fase de transformação política e econômica em direção à esquerda, e especialmente sensíveis ao cenário global dada sua potencialidade energética, como a Venezuela e a Bolívia, se encontrem no nível alto do índice de risco-país. No que diz respeito a nosso objeto de estudo, a Venezuela sob a Revolução Bolivariana, a percepção dos mercados é de crescente polarização política, o que deixa latente a possibilidade de um conflito social; ao mesmo tempo, dada a estatização da economia, há sucessiva contração do setor privado nacional e elevado gasto público associado ao gasto social – principalmente nas chamadas “Missões”; além disso, o progressivo desconhecimento dos direitos de propriedade, assim como os aumentos tributários determinados pela discricionariedade do setor público, fazem com que o clima de negócios se torne cada vez mais desfavorável para os interesses nacionais venezuelanos.

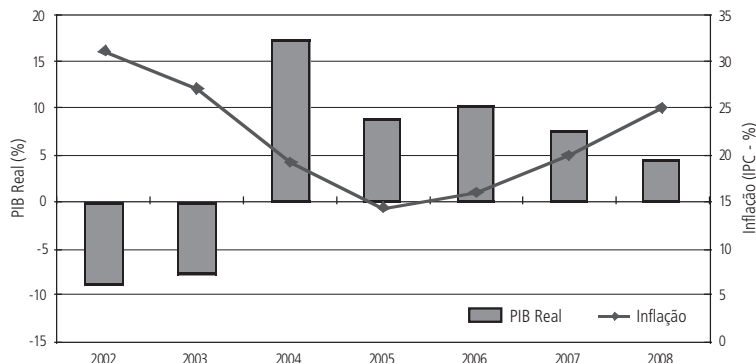
No informe da Merrill Lynch, quando trata da Venezuela, destaca-se o fato de que esse país padeça a “doença holandesa”, já que uma de suas características é a de que os setores não tradicionais da economia nacional caminhem a reboque da renda gerada pela Petróleos da Venezuela (PDVSA), que se constituiu na “conta de crédito financiadora do gasto público”, dada a frouxa política fiscal desenvolvida, enquanto o setor produtivo se torna pouco rentável frente aos mercados internacionais dada a apreciação da taxa de câmbio, razão pela qual os bens importados são mais baratos do que os produzidos internamente, o que contradiz a muito propagandeada “soberania produtiva”.

Na mesma ordem de idéias, dada a grande liquidez monetária existente, observa-se um crescimento da demanda agregada interna, satisfeita em grande medida com bens importados. Tudo isso faz com que paulatinamente haja um decréscimo nos níveis do Produto Interno Bruto (PIB). Ao mesmo tempo, o Banco Central da Venezuela é cada vez menos autônomo e menos capaz de controlar e, conseqüentemente, esterilizar a base monetária que foi expandida graças aos altos preços petrolíferos desde 2003. Concomitantemente a medida de controle de câmbio – tão prolongada no tempo, quando a teoria econômica nos fala de mantê-la no máximo por 6 meses – criou uma situação na qual a disparidade US\$-Bs no mercado paralelo é cada vez maior com relação ao valor oficial fixo.

Desse modo, a moeda nacional venezuelana em termos reais mantém um permanente comportamento de depreciação; ao mesmo tempo, aumenta a inflação, que, segundo os representantes governamentais, permanece sob controle através da instrumentação de subsídios e preços controlados (Gráfico 5).



**Gráfico 5.** Principais indicadores macroeconômicos da Venezuela.

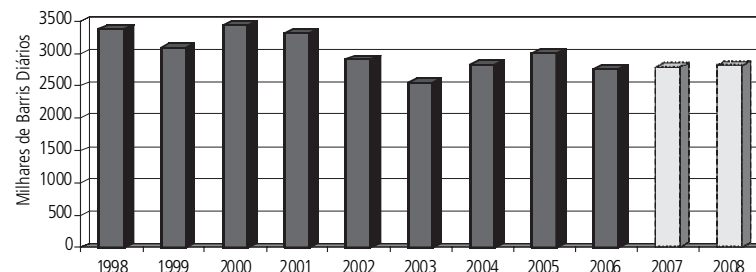


Fontes: GBC / Merrill Lynch Report

Isso posto, o sustentáculo da economia nacional é a indústria petrolífera. Entretanto, a PDVSA poderá suportar toda a carga de um Estado que se torna cada vez mais paquidêmico ao mesmo tempo em que proliferam problemas econômicos estruturais? A resposta parece ser não, devido ao fato de que grande parte dos lucros da companhia estão sendo redirigidos para financiar os planos sociais do governo bolivariano (aproximadamente US\$ 7 bilhões para 2007), perdendo assim a PDVSA o norte de sua função, que não é outro que o negócio petrolífero, ou seja, operações “águas acima” (exploração e produção) e “águas abaixo” (transformação, refino, transporte e comercialização). Esse desvio de recursos para outros fins estranhos ao negócio limita os investimentos próprios para explorar novas jazidas produtivas, tais como a Faixa Petrolífera do Orinoco (FPO), a qual requer grandes aportes em tecnologia para extrair óleo cru extrapesado de grandes profundidades.

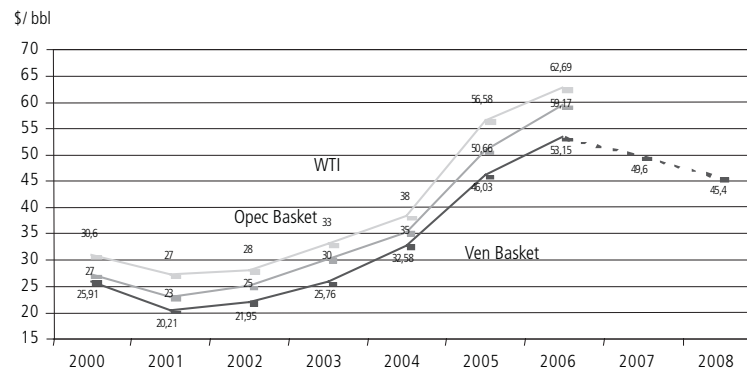
Sem dúvida alguma, isso pode acarretar um estancamento da produção venezuelana em 2007-2008, que obrigaria o Estado ou a forçar as companhias internacionais petrolíferas a entrar ainda mais no sistema de empresas mistas ou a abrir muito mais o setor e limitar a participação de PDVSA no negócio, isso sem contar com uma baixa dos preços no mercado internacional que, dado um prolongado reaquecimento do mesmo, faz com que busque o equilíbrio na baixa (Gráficos 6 e 7).

**Gráfico 6.** Produção petrolífera da Venezuela (1998-2008).



Fonte: EIA-DOE / BP / Merrill Lynch

**Gráfico 7.** Preços internacionais de petróleo comparados.



Fonte: Menpet.gov.ve / GBC / Merrill Lynch Report

Finalmente, quais são os principais desafios a serem enfrentados pelos atores políticos nos próximos anos na Venezuela? No que diz respeito ao oficialismo, deve enfrentar a grande agenda política, econômica, social e ética de promessas que fez ao povo e torná-las realidades concretas, para resolver problemas como o resgate dos meninos de rua, a construção massiva de moradias dignas para a grande quantidade de prejudicados existente, a criação de cidades satélites para descongestionar os principais centros urbanos do país com sustentabilidade plena, a negociação dos contratos coletivos de funcionários públicos, médicos e educadores dentre outros, a revitalização do setor privado e o conseqüente fomento do emprego, porque o número de empresas ati-

vas caiu de 450.000, em 1998, para 330.000 na atualidade, o que provocou a redução do emprego em 71%; reduzir o déficit fiscal, que aumentou por meio da criação de ministérios, institutos e missões, aumentando em decorrência a dívida pública interna de 2,7 bilhões de dólares para 35 bilhões, e a externa de 37 para 47 bilhões de dólares (13% e 27% respectivamente); e por último, mas não menos importante, o combate contra a insegurança pessoal e a corrupção, o que será possível através de uma verdadeira restituição de valores cidadãos através da educação – familiar e formal na escola – e não somente com retórica política.

Por sua vez, a oposição venezuelana se vê ante o desafio de lutar contra a fragmentação e de manter o espaço político ganho nas eleições de 3 de dezembro, nas quais conseguiu demolir o discurso presidencial e a imagem perante a opinião pública internacional de ser fascista, golpista, terrorista e de não ter nenhuma qualidade democrática.

A partir disso, deve-se consolidar uma frente única que faça política de verdade nas ruas, superando a síndrome midiática, para assim reunir apoio popular, que lhe permita recuperar o espaço perdido no Parlamento Nacional, voltar a seus domínios e ganhar governos e prefeituras diante da ineficiência dos dirigentes oficialistas; e ser um todo monolítico, apesar de sua diversidade, para impedir a radicalização da Revolução Bolivariana, ainda mais ante a proximidade do início da campanha pelas reformas constitucionais e de um eventual referendo aprovatório de tal projeto, no qual, sem dúvida, voltarão a se encarar duas formas de ver a Venezuela e o mundo, duas ideologias: democracia liberal versus populismo socialista – produto de uma polarização política que parece que se manifesta e se desdobra.

*“Nada é mais perigoso do que deixar permanecer longo tempo um mesmo cidadão no poder, já que o povo se acostuma a obedecer, e ele a mandar; daí têm origem a usurpação e a tirania”.*

S.E. O Libertador, Simón Bolívar

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAIONE, Cecília, ACOSTA RAMÍREZ, Narela. Reforma Constitucional será la Nueva Batalla Ideológica. *El Nacional*. Domingo 10 de dezembro de 2006. Página A-2.
- CAIONE, Cecília, LUGO GALICIA, Hernán. Chávez Construyó un “Estado Paralelo” para cumplir sus promesas e sueños. *El Nacional*. Domingo 26 de novembro de 2006. Página A-8.

HARNECKER, Marta. Taller de Alto Nivel “El Nuevo Mapa Estratégico”: Intervenciones do Presidente da República Hugo Chávez Frías. Edições do Ministério da Comunicação e Informação da República Bolivariana da Venezuela, Caracas-Venezuela, 2005.

LUGO GALICIA, Hernán. Estoy dispuesto a dialogar sin condiciones, sin chantaje. *El Nacional*. Miércoles 06 de dezembro de 2006. Página A-2.

MINISTERIO DE SANIDAD Y DESARROLLO SOCIAL DE LA REPUBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA (2001): Líneas Generales del Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2001-2007. <http://www.msds.gov.ve/msdsweb/Leyes/PESInternacional.htm>

PEREIRA, Javier. Chávez rebasó la barrera dos 7 millones. *El Nacional*. Miércoles 06 de dezembro de 2006. Página A-4.

RODRIGUEZ PONS, Corina. Transición hacia la Economía Socialista puede demorar una década. *El Nacional*. Domingo 10 de dezembro de 2006. Página A-22.

RODRIGUEZ, Paulimar. Rosales: Este é un triunfo político en medio de un revés electoral. *El Nacional*. Miércoles 06 de dezembro de 2006. Página A-7.

ROMERO, Carlos A. *Jugando com el Globo*. La política exterior de Hugo Chávez. 1 ed. Bogotá, Colombia: Ediciones B, 2006.

\_\_\_\_\_. El pasado e el presente da política exterior de Venezuela. MIMEO.

#### FONTES ELETRÔNICAS

BRITISH PETROLEUM: [www.bp.com](http://www.bp.com)

CANAL DE NOTÍCIAS “GLOBOVISION”: [www.globovisión.com](http://www.globovisión.com)

CONSELHO NACIONAL ELEITORAL da REPÚBLICA BOLIVARIANA da VENEZUELA: [www.cne.gov.ve](http://www.cne.gov.ve)

DEPARTAMENTO DE ENERGIA dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: [www.eia-doe.gov](http://www.eia-doe.gov)

DIARIO “EL NACIONAL”: [www.el-nacional.com](http://www.el-nacional.com)

DIARIO “EL UNIVERSAL”: [www.eluniversal.com](http://www.eluniversal.com)

MERRILL LYNCH: <http://www.ml.com/>

CARLOS S. LUNA RAMÍREZ

Licenciado em Estudos Internacionais UCV, especialista em Direito e Políticas Internacionais UCV, professor da Escola de Estudos Políticos e Administrativos da UCV e *research associate* de Global Business Consultants (GBC).

## Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*

---



Brasil: o que resta fazer? (n.3, 2006)

Educação e pobreza na América Latina (n.2, 2006)

China por toda parte (n.1, 2006)

Energia: da crise aos conflitos? (n.4, 2005)

Desarmamento, segurança pública e cultura da paz (n. 03, 2005)

Reforma política: agora vai? (n. 02, 2005)

Reformas na Onu (n. 01, 2005)

Liberdade Religiosa em questão (n. 04, 2004)

Revolução no Campo (n. 03, 2004)

Neopopulismo na América Latina (n. 02, 2004)

Avanços nas Prefeituras: novos caminhos da democracia (n. 01, 2004)

Mundo virtual (n. 06, 2003)

Os intelectuais e a política na América Latina (n. 05, 2003)

Experiências asiáticas: modelo para o Brasil? (n. 04, 2003)

Segurança cidadã e polícia na democracia (n. 03, 2003)

Reformas das políticas econômicas: experiências e alternativas (n. 02, 2003)

Eleições e partidos (n. 01, 2003)  
O Terceiro Poder em crise: impasses e saídas (n. 06, 2002)  
O Nordeste à procura da sustentabilidade (n. 05, 2002)  
Dilemas da Dívida (n. 04, 2002)  
Ano eleitoral: tempo para balanço (n. 03, 2002)  
Sindicalismo e relações trabalhistas (n. 02, 2002)  
Bioética (n. 01, 2002)  
As caras da juventude (n. 06, 2001)  
Segurança e soberania (n. 05, 2001)  
Amazônia: avança o Brasil? (n. 04, 2001)  
Burocracia e Reforma do Estado (n. 03, 2001)  
União Européia: transtornos e alcance da integração regional (n. 02, 2001)  
A violência do cotidiano (n. 01, 2001)  
Os custos da corrupção (n. 10, 2000)  
Fé, vida e participação (n. 09, 2000)  
Biotecnologia em discussão (n. 08, 2000)  
Política externa na América do Sul (n. 07, 2000)  
Universidade: panorama e perspectivas (n. 06, 2000)  
A Rússia no início da era Putin (n. 05, 2000)  
Os municípios e as eleições de 2000 (n. 04, 2000)  
Acesso à justiça e cidadania (n. 03, 2000)  
O Brasil no cenário internacional (n. 02, 2000)  
Pobreza e política social (n. 01, 2000)



### Descentralización de la Educación Pública en América Latina

*Fernando Filgueira y Michael Fritsche (orgs.)*

ISBN: 85-7504-106-1

R\$ 40,00

El volumen que aquí se ofrece al lector permite pasar una página fundamental en la historia de nuestros sistemas educativos. La evidencia de los casos y las reflexiones y análisis que se plasman en la introducción y conclusión muestran una región transformada en sus estructuras de autoridad y gestión educativas, en muchos casos en direcciones inesperadas, en donde la descentralización constituyó un bloque fundamental, y a primera vista paradójal, en la construcción de capacidades centrales de gobierno educativo, que se encontraban ausentes en un falso centralismo pasado, patrimonial, clientelar e ineficiente. El tránsito de los viejos modelos a los nuevos sistemas de gobierno educativo no ha sido simple ni lineal.

Para assinar ou adquirir os Cadernos Adenauer, acesse:

[www.adenauer.org.br](http://www.adenauer.org.br)

---

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO  
POR CACAU MENDES EM AGARAMOND  
E IMPRESSO NO RIO DE JANEIRO  
POR IMPRINTA EXPRESS  
EM PAPEL PÓLEN SOFT 80G/M<sup>2</sup>  
PARA A FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER  
NO VERÃO DE 2007.